

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL

Rafael de Medeiros Knabben

O USO AMBÍGUO DA FORÇA: uma leitura antropológica das
narrativas de policiais federais argentinos de Buenos Aires

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social da
Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial
para obtenção do grau de mestre
em antropologia social.

Orientador: Prof. Dr. Theophilos
Rifiotis

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Knabben, Rafael de Medeiros

O uso ambíguo da força : Uma leitura antropológica das narrativas de policiais federais argentinos de Buenos Aires / Rafael de Medeiros Knabben ; orientador, Theophilos Rifiotis - Florianópolis, SC, 2013.
139 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia Social. 2. Policiais. 3. Uso da Força Física. 4. Narrativas. 5. Buenos Aires. I. Rifiotis, Theophilos . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III. Título.

A Érico Knabben Filho

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer os policiais federais argentinos que participaram dessa pesquisa.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Em especial ao professor Alberto Groisman pelas provocações e importantes contribuições ao longo dos meus anos de estudo na UFSC, à professora Jean Langdon, à professora Vânia Zikan Cardoso e ao professor Scott Head. Agradeço ao meu orientador, professor Theophilos Rifiotis, pelas discussões sempre frutíferas.

Agradeço à Adriana e Karla pelo seu trabalho na secretaria do PPGAS.

Agradeço à minha família. Gostaria de aproveitar para demonstrar a minha gratidão a Anéte Knabben, por todo o seu apoio, carinho e por toda a inspiração que me proporciona. Agradeço à minha avó, Terezinha de Jesus Francalacci Knabben, e ao meu pai, Érico, e a Nine, pelas conversas e pelos cafés da manhã após as noites viradas em cima da dissertação.

Agradeço também aos meus sogros, Orlando Cichowicz e a Vânia Casagrande Cichowicz, pela torcida ao longo dos meses de trabalho e pela acolhida que encontrei junto a eles.

Agradeço a Carlitos pelos anos de café e conversa, e por todas as revoluções porvir.

Agradeço à minha companheira, Ana Paula, por termos passado juntos todo o processo que desembocou nesta dissertação – a época em que progetávamos as nossas pesquisas em Buenos Aires, a mudança para a Argentina e os nossos trabalhos de campo lá, e, por fim, a escrita deste trabalho. São incontáveis as coisas pelas quais eu poderia agradecê-la. Mas gostaria de lhe agradecer especialmente pela inspiração diária que me proporciona e por todos os afetos e amor que ela gera em mim.

“Covenants without the sword are but words.”
Thomas Hobbes

“On peut tout faire avec une baïonnette, sauf s’asseoir dessus.”
Talleyrand-Périgord

RESUMO

Esta dissertação foi escrita a partir de um trabalho de campo feito junto a policiais federais argentinos da cidade de Buenos Aires, ao longo do qual entrei em contato e ouvi narrativas desses policiais, as quais vieram a tratar sobre diversos temas relacionados à sua profissão. Essas narrativas vieram a assumir a forma de queixa, através das quais os policiais reclamaram, criticaram e se lamentaram sobre os percalços e frustrações relacionados à atividade policial na Argentina atual. Apesar dos narradores terem falado sobre uma variedade de assuntos, esse trabalho se volta para uma questão em especial que atravessa as narrativas ao longo dos seus muitos momentos e relatos: o impasse que se coloca diante do policial na medida em que o uso que faz da força física gera expectativas conflitantes por parte das “pessoas em geral”. O que acontece porque ao mesmo tempo em que é esperado dos policiais que venham a resolver problemas em que a força física possa ser necessária, os narradores se veem vistos pelas “pessoas”, pela “sociedade” e pelo “governo atual” como “violentos”, “corruptos” e ligados à “última ditadura” na medida em que a sua profissão é associada à força física. O impasse aí criado atravessa as narrativas dos policiais e torna-se especialmente problemático nas falas dos narradores na medida em que afeta diversas situações e âmbitos da atividade profissional ao longo dos relatos ouvidos. Com isso, essa dissertação tem como objetivo discutir as maneiras com que esse impasse é contado nas queixas dos policiais, bem como as suas implicações junto ao trabalho policial.

Palavras-chaves: policiais, narrativas, uso da força física, direitos humanos, Buenos Aires

ABSTRACT

This dissertation was written from a fieldwork with the Argentine federal police of the city of Buenos Aires, along which I contacted and heard narratives of these policemen, who told me various topics related to their profession. These narratives took the form of complaints, through which the officers complained, criticized and lamented the struggles and frustrations related to police activity in Argentina today told by them. Despite the narrators talked about a variety of subjects, this study turns to a particular issue that passes through many moments and stories of the narratives: the stalemate which the policemen face when they use physical force generates conflicting expectations on the part of the "people in general". This stalemate happens because while it is expected from the policemen to solve problems in which physical force may be necessary, the narrators find themselves seen by "people," by "society" and the "current government" as "violent", "corrupt" and "associated to the last dictatorship" because their profession is associated to physical strength. This stalemate becomes especially problematic in the policemen's narratives since it affects different situations and areas of professional activity told by them. Thus, this dissertation aims to discuss the ways in which this stalemate is told in policemen's complaints as well as its implications to police work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
PRIMEIRO CAPÍTULO - As queixas	27
- A Polícia Federal e a “política argentina”	27
- A performatividade do queixar-se	43
SEGUNDO CAPÍTULO – Os ofícios policiais	57
- “Ayudar a las personas” e “Proteger a la gente de bien”	57
- A pragmática para a imprevisibilidade	82
TERCEIRO CAPÍTULO – A “Libertad para trabajar”	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133

INTRODUÇÃO

A princípio, quando cheguei na Argentina no início de janeiro de 2012 para realizar o trabalho de campo que deu origem a essa dissertação, a pesquisa que eu imaginava realizar se propunha ouvir policiais federais argentinos falar sobre as suas experiências pessoais ao atuar junto a manifestações públicas. A relação entre policiais e protestos era um tema que eu já havia tido contato anteriormente quando conduzi a pesquisa que originou o meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais na UFSC (2008)¹. O meu interesse voltou-se aos policiais do nosso país vizinho a partir de informações recebidas de colegas acadêmicos e através da mídia argentina sobre esforços de organizações de defesa dos direitos humanos junto ao governo nacional argentino, que visavam restringir a utilização da força física contra manifestações públicas por parte de policiais². Com isso, decidi fazer um trabalho de campo com policiais federais argentinos para escutar a o que eles tinham para falar sobre esse contexto de regulação da sua atuação junto a protestos.

Porém, quando procurei fazer os primeiros contatos com os policiais no país vizinho, deparei-me com uma série de dificuldades. Antes de chegar à Argentina, eu já havia desenvolvido uma rede de contatos, principalmente junto a colegas que estudam a polícia e os seus membros, para que eu pudesse, ao menos, dar os primeiros passos quando chegasse em campo. Mas assim que busquei ativar essa rede,

¹ Esse TCC é intitulado *Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar*: uma análise de narrativas de policiais que atuaram nas manifestações contra os aumentos de tarifas de ônibus em Florianópolis de 2005 e 2007 sobre esses eventos (KNABBEN, 2008).

² Em relação aos esforços de regulação das forças policiais em contexto de manifestações públicas, Marcela Perelman (2007) faz uma reflexão e avaliação sobre os rumos desses esforços na Argentina nas últimas décadas num texto apresentado no encontro “*La justicia frente a la protesta social en Argentina*”, organizado pelo *Centro de Estudios Legales e Sociales (CELS)*. Outro texto da mesma autora (2009) a respeito da polícia e manifestações públicas trata sobre a perspectiva do policial em relação aos protestos *piqueteros*.

não demorou muito para que eu percebesse as suas limitações e as dificuldades que eu passaria a enfrentar nos primeiros meses de trabalho de campo. Primeiramente, porque a maioria desses colegas com que entrei em contato estudam a *Policía de la Provincia de Buenos Aires*, e, portanto, pouco poderiam contribuir em relação aos policiais da *Policía Federal Argentina* (PFA), que eram os interlocutores que eu procurava. Segundo, porque, fora do âmbito acadêmico, em Buenos Aires os meus conhecidos eram poucos. E, quando resolvi recorrer a eles perguntando-lhes se poderiam me ajudar com a pesquisa, apenas o porteiro do prédio em que morava na cidade, Valerio³, disse conhecer algum policial federal e poder me colocar em contato com ele. Assim, nessa primeira etapa de tentativa de entrada em campo, além dos policiais que trabalhavam no necrotério que se localizava próximo à minha residência, os quais conheci através de Valerio e que se mostraram importantes para esse estudo, cheguei a tentar contato com policiais que trabalham no *Museo policial* da PFA através de uma conhecida da Universidade de Buenos Aires, mas não rendeu muitos frutos.

Com as minhas opções a esvaír-se, as expectativas de poder desbravar o campo tornaram-se angústia e ceticismo. Os únicos contatos com policiais federais que havia conseguido, o sargento primeiro Mariano e o Javier que trabalhavam no necrotério judicial de Buenos Aires, ao longo dos nossos contatos passaram a se mostrar cada vez mais esquivos comigo e não me apresentaram nenhum colega que talvez poderia se interessar em participar da pesquisa. Já haviam se passado dois meses em que eu me encontrava na Argentina para fazer o trabalho de campo e os resultados tinham sido pífios. Entretanto, certo dia, a minha companheira, Ana Paula, também aluna de mestrado do PPGAS da UFSC e que fazia trabalho de campo junto a ciganos *rom kalderash* que vivem em Buenos Aires, chegou no nosso apartamento depois de uma ida à campo com o número de telefone de um policial que ela abordou na rua para convidá-lo a participar da minha pesquisa, e que se mostrou disposto a tal. Ela, diante dos meus poucos sucessos em encontrar policiais através de amigos e conhecidos, resolveu falar

³ Utilizo de alcunhas fictícias na denominação dos policiais e de outras pessoas de algum modo envolvidas com o trabalho de campo, a fim de preservar o anonimato dos participantes dessa pesquisa.

diretamente com o policial e utilizar o que ela chama de “papo de vendedora” que “herdou do seu pai”. Iniciava-se aí uma mudança determinante para os rumos dessa pesquisa.

Antes disso, a ideia de entrar em contato diretamente com os policiais em serviço para apresentar-me como estudante de antropologia, explicar a pesquisa e convidá-los a participar dela era uma alternativa que eu cogitava com algum receio devido às dificuldades associadas à polícia e aos seus membros em se deixar inquirir por alguém de fora dessa instituição. Pois, afinal de contas, tratava-se da polícia, uma instituição de difícil acesso para curiosos de fora, como um antropólogo, e sobre a qual Philip Abrams (1988) já havia comentado em uma importante discussão sobre os obstáculos em se estudar o Estado e as suas instituições. Ou, no caso da polícia argentina, Marcelo Saín (2010) apontou a resistência dessa polícia em relação às inspeções e indagações de terceiros (como a mídia, acadêmicos, e os próprios políticos, juízes e governantes), e Paul Hathazy (2010) descreveu essa polícia como “opaca” por se mostrar “refratária aos esforços realizados a partir do exterior da estrutura organizacional para conhecer seus discursos e práticas” (HATHAZY, 2010, p. 139, tradução minha). Em relação à polícia brasileira, no caso o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar catarinense, Maíra Marchi Gomes (2010) reconheceu que a sua entrada em campo junto aos policiais apenas aconteceu porque a própria autora compartilhava com os seus interlocutores a condição de policial. Se, a princípio, as dificuldades encontradas nas minhas tentativas de entrada em campo pareciam confirmar o que grande parte da bibliografia afirmava sobre os desafios de estudar a polícia, a partir de um certo momento, passei a me questionar até que ponto alguns desses textos não contribuía para mistificá-la.

A partir do primeiro encontro marcado através do número de telefone que Ana Paula me trouxe, eu e a minha companheira - que me ajudava tanto ao entrar em contato com os policiais junto comigo, quanto ao me ensinar a sua arte do “papo de vendedor” - passamos a abordar policiais federais diretamente na rua, a puxar uma conversa e nos apresentarmos como estudante de antropologia, até convidá-los a participar da pesquisa. Algo que em muitas vezes era facilitado pela nossa condição de estrangeiros em relação aos policiais, já que a diferença de países proporcionava assuntos com eles, ao mesmo tempo

em que foi importante para a forma com que as narrativas dos interlocutores dessa pesquisa se deram, como será visto no primeiro capítulo. Em alguns casos, os policiais nos recebiam de maneira evasiva, às vezes desconfiada, e acabavam por se esquivar do convite. Mas, mas na grande maioria desses contatos, os nossos interlocutores mostravam-se bastante abertos e interessados em falar conosco, mesmo se alguns, quando eu ligava para marcar um encontro, acabam por dar uma desculpa afim de não podermos realizá-lo. De qualquer forma, dessa maneira foram pegos vários números de telefone e muitos encontros com policiais federais foram marcados.

Na medida em que fiz contato com os meus interlocutores principalmente através da abordagem e do convite diretos a policiais que estavam em serviços nas ruas e nas estações de metrô do centro de Buenos Aires, os policiais federais que se dispuseram a participar dessa pesquisa foram todos *suboficiales*⁴. Sublinho esse fato e o associo à forma de contato com esses policiais pois, ao contrário dos *oficiales*, os seus superiores hierárquicos, os *suboficiales* têm grande parte do seu serviço feito nas ruas e outros locais públicos, em atividades como, por exemplo, rondas ou apenas de guarda em determinado local. Especificamente, a maioria dos narradores eram agentes, a graduação mais baixa na PFA, mas também cabos e sargentos primeiros que já trabalhavam há mais tempo na polícia e, por isso, estavam acima dos agentes na hierarquia da instituição. Os interlocutores dessa pesquisa eram todos homens, com a maioria deles na casa entre os vinte e cinquenta anos. Ao contrário da idade, o tempo de serviço na polícia variou bastante entre os interlocutores, com policiais que se consideravam recém-chegados na profissão, agente com um ano e meio na polícia, e outros, os mais velhos, que chegavam a ter vinte e dois e vinte quatro anos como policiais federais.

⁴ Os *suboficiales* equivalem, na ordem hierárquica policial, aos praças nas polícias militares brasileiras. São os policiais que estão na base da hierarquia instituição, sendo aqueles que, como contou certa vez o agente Sebastián ao comparar *oficiales* e *suboficiales*, “têm as ideias e trabalham nos escritórios, nós trabalhamos nas ruas, com as pessoas, e cumprimos as ordens que vêm deles”. Na hierarquia da *Policía Federal Argentina*, as suas graduações são: *agente*, *cabo*, *cabo primero*, *sargento*, *sargento primero*, *suboficial escribiente*, *suboficial auxiliar*, *suboficial mayor*.

Gostaria de sublinhar desde já que as narrativas dos policiais que participaram dessa pesquisa se deram em espanhol, idioma que, apesar de eu dominá-lo e possuir alguma fluência, não se trata da minha língua materna, que é o português. Assim, apesar de reconhecer que a língua está longe de se reduzir às determinações gerais e formais que procuram sobredeterminá-la a partir de certos sentidos ditos “oficiais”, ressalvo que não possuo nessa pesquisa a sensibilidade de um nativo da língua falada pelos meus interlocutores. Fato que, por um lado, pode acarretar a não percepção de algumas nuances entre as palavras ditas pelos policiais, como, por um outro, pode me permitir algumas reflexões fruto da curiosidade de quem não tem nos termos e nas expressões escutadas algo naturalizado. De qualquer maneira, procurei manter nesse trabalho alguns termos em espanhol conforme foram utilizados pelos narradores, alguns, como *delincuente*, mantêm-se na mesma forma na medida em que foram repetidamente utilizados pelos diversos policiais que participaram dessa pesquisa, outras expressões são postas em espanhol na primeira vez que aparecem nesse trabalho, e depois passam ao português na medida em que são aqui repetidas.

Como disse acima, a princípio, a pesquisa a ser feita junto aos policiais federais argentinos seria sobre as suas experiências em atuações junto a manifestações públicas. Entretanto, dada a forma com que aconteceram os nossos contatos, preferi não restringir as suas narrativas a temas específicos, e perguntar e pedir que falassem mais sobre assuntos já abordados ao longo das nossas conversas. Tratava-se, por um lado, de uma maneira de deixá-los mais à vontade para participar da pesquisa, tendo em vista o modo com que se deram os nossos contatos, mas também, e principalmente, de uma escolha epistemológica importante preocupada com o valor etnográfico dos seus relatos e os seus potenciais impactos na condução da pesquisa. Como ressaltou Roy Wagner (2010), ao chegar em campo, carregamos nossos conceitos e formulações, “nós os levamos conosco quando visitamos outras culturas, junto com nossa escova de dentes e nossos romances favoritos” (2010, p. 10). Assim, ao invés de reduzir as suas falas a uma curiosidade minha formulada antes de encontrá-los, procurei dar margem a que eles conduzissem as suas narrativas e escolhessem os temas e situações a serem contados e refletidos ao longo das suas falas. Com isso, procurei deixar com que as palavras dos meus interlocutores

torcessem o meu projeto de pesquisa ao longo das nossas conversas e levassem esse estudo a reflexões não imaginadas antes do meu contato com eles.

Pelo visto, foi uma decisão acertada, pois, a despeito dos policiais contarem alguns episódios em que atuaram junto a manifestações públicas e protestos, as suas narrativas falaram de diversos assuntos relacionados à atividade policial. Entretanto, dentro da multiplicidade de temas e situações que foram narrados, as falas dos interlocutores dessa pesquisa compartilhavam entre si muitos momentos em que uma atitude crítica e indignada preponderava através das suas palavras. Ao longo dos nossos encontros os policiais reclamavam de várias coisas em relação à sua profissão, como salário que lhes é pago, falavam mal do “governo atual” e da “sociedade” que hostilizam a polícia e os seus membros, lamentavam as condições de trabalho na polícia, e se queixavam sobre os “direitos humanos” no seu país, de como eles servem para restringir a “liberdade para trabalhar” dos policiais. Diante do que eu escutava dos meus interlocutores, se, por um momento, me perguntei até que ponto parte da bibliografia sobre a polícia contribui para mistificar os desafios em estudá-la, em outro, mais tarde, passei a me questionar se a facilidade que encontrei ao conversar diretamente com os policiais nas ruas de Buenos Aires enquanto estavam de serviço não se deve, em grande parte, ao fato de eles considerarem o meu interesse em ouvi-los uma oportunidade para se queixarem sobre os problemas que enfrentam na sua profissão.

Para ambas as questões, a resposta pode passar por uma reflexão feita a partir da distinção de J.-P. Brodeur (2001) entre, de um lado, a polícia, a instituição, o órgão burocrático, e, de outro, o policial, o “trabalhador social” descrito por esse autor⁵. Ao reconhecer a importância analítica da diferença entre policial e polícia sugerida por Brodeur, pode-se refletir que as dificuldades encontradas por alguns dos autores citados acima ao estudar a polícia deveu-se, em grande medida, por tratar os policiais apenas como membros de uma instituição estatal. Com isso, confunde-se a polícia e o policial e dificulta-se a possibilidade de pensá-los como sujeitos que transitam em diferentes

⁵ A diferença entre “polícia” e “policial” feita por Brodeur (2001) será melhor trabalhada no segundo capítulo.

âmbitos da sociedade ao longo do seu “trabalho social”, nos quais a sua condição de policial pode assumir diversos sentidos, e não somente um formal e institucional. Não sendo surpresa as dificuldades em contactá-los através de uma instituição que se mostra refratária a esforços externos em investigar a ela e aos seus membros.

No que concerne ao modo com que as narrativas são pensadas nesse trabalho, gostaria de salientar que, seguindo as reflexões de Jean Landgon (1999) sobre o tema, elas serão tratadas como “o resultado do evento da sua própria narração num contexto cultural particular” (1999, p. 15) no qual os sujeitos envolvidos nessa “experiência multissensorial” interagem e produzem sentido para si, para as suas palavras, para os seus gestos e para o que os cercam ao longo da própria interação proporcionada pela ocasião da narrativa. Desse modo, foi importante trazer essa pesquisa as noções de contextualização e de performatividade⁶. Quanto à primeira noção, ela se faz importante nesse trabalho por permitir pensar o evento narrado e o evento narrativo como mutuamente implicados, na medida em que os participantes da narrativa examinam reflexivamente o discurso em sua emergência, inserindo avaliações sobre sua estrutura e significado na própria fala (BAUMAN & BRIGGS, 2008). Acerca da performatividade, ela será pensada junto às narrativas por permitir refleti-las não apenas como “transmissoras de sentidos”, mas por serem utilizadas para pensar o que se diz, o que se faz, e para agir através da fala. Esse agir, de todo modo, não se configura enquanto um ato realizado por um sujeito pré-concebido à interação do contar. As narrativas constituem-se, antes, como experiências abertas por serem interpelativas, por escaparem daquilo que se quer determinantes nelas e nos sujeitos (BUTLER, 1999). Assim, através da fala, tanto a narrativa, como o contexto e o sujeito policial se constituem mutuamente no ato de narrar (CARDOSO, 2007; BUTLER, 1999).

Em relação aos contatos feitos diretamente com os policiais em serviço ao longo do trabalho de campo, a distinção proposta por Brodeur entre polícia e policial nos permite refletir até que ponto os encontros desses policiais com um antropólogo brasileiro curioso em ouvi-los não

⁶ As noções de contextualização e performatividade serão discutidas mais profundamente no primeiro capítulo desse trabalho.

lhes possibilitou investir nessa interação certas expectativas e interesses que não eram apenas de ordem formal e institucional. Com isso, é válido questionar se o fato das narrativas desses policiais assumirem a forma de queixas – com consequências importantes quanto ao lugar do narrador nas suas falas e do sujeito policial que emerge dessas interlocuções – não passa pelo caráter até certo ponto informal com que se deram os contatos com eles, ao contrário das formalidades assumidas em âmbitos estritamente institucionais, por exemplo.

Nas narrativas em forma de queixa aqui estudadas, os policiais criticaram, reclamaram, se lamentaram e denunciaram uma série de frustrações e percalços identificados por eles na sua atividade profissional e os associaram a elementos diversos, como o “governo atual”, a “sociedade”, as “pessoas em geral”, os “direitos humanos” e por aí vai. Apesar de falarem sobre assuntos diversos, as queixas dos policiais refletem sobre as condições do ofício policial na Argentina atual, principalmente no que tange às restrições que enxergam em relação à “liberdade para trabalhar”. Dentro disso, ainda que o uso força física seja um elemento controverso nas falas dos policiais, com muitos deles, por exemplo, buscando se dissociar da imagem com a qual se veem vistos pelas outras pessoas, isto é, ligados a esse uso, o recurso à força física por parte do policial é discutido pelos narradores através de outros tantos assuntos e situações contadas. Como quando os narradores falam que o “governo atual” procura vincular a polícia à “última ditadura” na Argentina e ao “abuso” da “violência” através da associação feita por esse “governo” entre policiais e o uso da força. Desse modo, mesmo em narrativas que não falam de situações em que o policial teve de usar a força física por algum motivo, o recurso à força ainda assim é contado e refletido pelos narradores na medida em que eles o situam entre as suas palavras de diversas maneiras, como quando se queixam do modo que se veem vistos como “violentos” pelas “pessoas em geral” por serem policiais, ou comentam a forma com que os “direitos humanos” lhes atrapalham o serviço.

Os policiais, ao contarem as suas frustrações e percalços relacionados ao uso da força física na sua profissão, demonstram se encontrar diante de um impasse que atravessa a prática policial ao longo das suas narrativas. Pois, ao mesmo tempo que o trabalho policial consiste, como afirmou Egon Bittner (*apud* Brodeur, 2001), em resolver

problemas em que a força pode vir a ser utilizada, os policiais que participaram dessa pesquisa se veem vistos negativamente ao serem associados pelas “pessoas em geral”, pela “sociedade” e pelo “governo atual” não somente ao uso da força física, mas à “violência” e o seu “abuso”. Assim, nas falas dos narradores, em torno dos sujeitos policiais constitui-se uma zona cinza e nebulosa marcada pela ambiguidade a partir de expectativas antagônicas em relação ao uso da força física por parte do policial, que é demandada e rejeitada ao mesmo tempo. O impasse aí criado atravessa as narrativas dos policiais e torna-se especialmente problemático para os narradores na medida em que afeta diversas situações e âmbitos da sua atividade profissional. Com isso, essa dissertação tem como objetivo discutir as maneiras com que esse impasse é contado nas queixas dos policiais, bem como as suas implicações junto ao trabalho policial.

Tendo em vista esse objetivo, essa dissertação é dividida em três capítulos. No primeiro deles, é discutido, conforme as falas dos policiais, sobre o momento atual da política argentina e as suas transformações e implicações junto à atividade policial. Dentro disso, a relação do “governo” e da “sociedade” com a polícia e os seus membros é contextualizada e refletida a partir das reclamações e críticas dirigidas ao “governo” pelos narradores. Ao tratar sobre o que os policiais contam (e se queixam) sobre a política atual argentina, esse capítulo aproveita para pensar o modo com que as narrativas estudadas assumiram a forma de queixas.

O segundo capítulo volta a sua atenção para o modo com que a atividade policial é narrada pelos interlocutores dessa pesquisa, além do modo com que a força física é contada em associação à profissão dos policiais. Com isso, na primeira parte desse capítulo serão discutidos duas formas com que o ofício policial aparece nas falas dos policiais, uma em que aquilo que o policial faz é descrito como “ajuda às outras pessoas”, e a outra forma que é contada nos termos de “proteção à gente de bem”. A segunda parte trata do reconhecimento por parte dos narradores da “insegurança” e dos “riscos” relacionados à sua profissão, bem como sobre os seus efeitos ao nível da atuação policial que cria um ser para a imprevisibilidade e para o controle das situações em que se vê envolvido.

O terceiro capítulo concentra-se, por sua vez, no que aparece nas queixas dos policiais como restrições à sua “liberdade para trabalhar”. Assim, é discutido o modo com que os narradores veem a sua prática profissional ser limitada por elementos diversos, em especial os “direitos humanos”, que sintetizam nas falas estudadas uma série de frustrações e percalços enfrentados pelos policiais.

Por fim, as considerações finais visam concluir essa dissertação com uma breve reflexão sobre o impasse em torno do uso da força por parte do policial a partir do que os policiais me contaram e do que foi discutido nesse trabalho.

PRIMEIRO CAPÍTULO – As queixas

A Polícia Federal e a “política argentina”

Quando cheguei pela primeira vez no *Museo Policial*⁷, ele estava em reformas fazia mais ou menos um mês, e os últimos arranjos ainda eram feitos para a sua reabertura. E foi num museu em fase montagem, com os objetos meio dispersos e meio arrumados, entre os vários manequins fardados, quadros, armas do século XX e XIX, documentos históricos, e por aí vai, que esperei por algum tempo para poder falar com um policial que talvez pudesse me ajudar na pesquisa que começava a conduzir. O fato de o museu ainda não estar de todo pronto, porém, me entreteve no meu longo tempo de espera. Mais interessante que um visitar um museu, somente observar um museu se tornando museu.

Durante essa espera, e já depois de ter dado várias voltas pelos mesmos corredores do lugar, notei que um policial e uma senhora que trabalham no museu paravam diante de cada objeto e revisavam juntos um texto com informações históricas sobre ele. Apesar de ter me apresentado e conversado com eles quando havia chegado, preferi não incomodá-los no seu serviço e os acompanhei um pouco a distância, curioso com as informações sobre os objetos. Num certo momento, eles se detiveram diante de um quadro arredondado, do qual se destacava a figura de um galo. Ao comentar esse quadro, o policial ressaltou a importância do *gallito*, que até hoje está presente no escudo da *Polícia*

⁷ O *Museo Policial* é administrado pela *Polícia Federal Argentina* e tem entre o seu acervo objetos associados à atividade policial na Argentina desde o seu período colonial – o que inclui, além dos modelos de fardas e de armas usadas pelos policiais utilizadas ao longo da história, elementos relacionados às atividades criminosas, como, por exemplo, a arena de rinha de galo e objetos utilizados em casos de delitos que ganharam fama em sua época. Apesar de não ser grande em tamanho (ele localiza-se num andar de um prédio no centro de Buenos Aires) ou muito extenso em acervo, esse museu por si só dá margem a um trabalho sobre como a polícia pode ser pensada ao ser constituída enquanto tema de um museu.

Federal Argentina (PFA). “O *gallito* representa os valores policiais, a moral e a coragem necessárias para um policial. O que está presente na postura do seu corpo, na sua atitude. Se for necessário, ele luta até a morte para defender os seus”, contou ele à senhora que o acompanhava.

Logo após o policial e a senhora seguirem adiante e se dirigirem para outros objetos do museu, me aproximei desse quadro e passei a reparar os seus detalhes, que, na verdade, não eram muitos. O galo que se destaca em primeiro plano está sobre um muro. Atrás dele, no alto do céu, surge um olho que, à primeira vista, está voltado para o que lhe está abaixo, e, no fundo se vê uma cidade disposta numa planície. Essa figura é rodeada na sua parte superior por duas frases que dividem com o *gallito* o destaque do quadro: “*¡Viva la Confederación Argentina! ¡Mueran los salvages unitarios!*”. Na parte inferior do quadro, em letras garrafais, pode-se ver escrito “*Policía*”. Essa obra é datada, junto à assinatura do seu autor, de 1838.

Apesar dos quase dois séculos que separam a produção desse quadro do momento em que nos encontrávamos naquela tarde, ainda assim o policial do museu pode encontrar nele sentidos que lhe eram atuais, tais como os “valores policiais”. O *gallito* daquela pintura, ao qual o policial se referiu, “representa” o que ele percebe como elementos essenciais do ser policial. “Valores” que em si, conforme a sua explicação, não mudam e acompanham a polícia seja no século XIX como no XXI, e é permitido a esse policial enxergá-los sem dificuldades no galo que se encontra hoje no escudo da Polícia federal argentina. Entretanto, se o encontro desse quadro com esse senhor permite que se veja o que ele considera ser “inato” do policial, essa obra também pode contribuir para pensar outras falas de policiais federais argentinos encontradas ao longo do trabalho de campo feito para esse estudo, no caso, o que pode ser encarado como o circunstancial e transitório na atividade policial. As inscrições ao redor da pintura, nas quais celebra-se a *Confederación Argentina* e desejam a morte dos *salvages unitarios*, situam e vinculam essa polícia de 1838 num dos tantos momentos de disputa que marcaram várias décadas da Argentina pós-independência⁸.

⁸ No caso da Argentina, deve-se considerar o seu passado colonial para pensar o caminho que a institucionalização do seu Estado trilhou. Isso se deve ao fato de que, após a sua independência, em 1810, o país passou por cinco

Ao seu modo, por um lado, as inscrições ao redor da figura do *gallito* mostram uma polícia que se envolve no conflito ao lado do Estado, e que trata, concomitantemente, o que está fora dessa instituição estatal como “selvagem”, incivilizado e, antes de tudo, ilegítimo. Por outro lado, esse quadro demonstra e conta algo que, em outros termos, as narrativas estudadas nessa pesquisa abordam continuamente: o fato de que a polícia e os seus profissionais encontram-se, ou pelo menos se percebem e se pensam, diretamente implicados junto aos rumos políticos da Argentina. .

Sobre a relação entre a polícia e a política argentina, o estatuto da atuação da PFA na cidade de Buenos Aires pode nos dar um primeiro vislumbre para pensá-la. A PFA foi criada em 1943 a partir do que era então a *Policía de la Capital*. Ao contrário das polícias provinciais⁹, ela tem poder de polícia em lugares em que o governo federal tem

décadas de conflito entre as suas províncias que buscavam tomar o Estado argentino e determinar a sua forma institucional (OSZLAK, 2011). Não há espaço aqui para irmos tão a fundo nos seus tempos de colônia, mas é importante sublinhar que a maneira com que essas províncias foram dispostas social e politicamente uma em relação as outras foi determinante para a formação de um país marcado tanto por um interior latifundiário, com alta concentração de terra e poder, como por um papel central da cidade e do porto de Buenos Aires no equilíbrio de poder argentino. Desse modo, grande parte do século XIX argentino foi de lutas e guerras – corriqueiramente com o emprego de exércitos próprios por parte de cada província uma contra a outra, ou mesmo com o envolvimento de países estrangeiros, tal como o Império Brasileiro e do Uruguai na guerra que depôs Rosas. De um lado, estavam os federalistas do interior, e, de outro, os centralistas que pretendiam estabelecer uma república a partir da cidade e dos interesses de Buenos Aires (ROMERO, 1996). Fruto desse longo conflito, o Estado argentino passou a gozar de estabilidade e concordância (nem sempre por meios pacíficos) o suficiente para uma institucionalização mais duradoura a partir de meados da segunda metade do século XIX, quando ele deixou de ser o objetivo das lutas e se tornou um palco relativamente estável do jogo de forças entre as várias províncias, principalmente quando se tratava de minar a hegemonia portenha sobre o resto do país (ROMERO, 1996).

⁹ Na Argentina, fora da Capital Federal, são as polícias provinciais que têm o encargo de fazer a polícia de segurança e de investigação nos seus territórios de atuação.

legislação exclusiva e/ou em matérias sobre as quais ele tem competência em todo o país (PITA, 2003). Desse modo, no que concerne à cidade de Buenos Aires, por ser então território federalizado e possuir caráter de Capital Federal, a PFA desde o seu princípio tem tido nela poder de polícia local¹⁰, ou seja, o de atuar nas funções de polícia de segurança e de investigação¹¹ (PITA, 2003). Institucionalmente, como instituição civil armada, a PFA está vinculada organicamente ao Poder Executivo do governo federal do país, sob comando do *Ministerio de Seguridad*¹² (PITA, 2003).

Entretanto, apesar de a PFA ser uma instituição relativamente jovem, sua tradição se enraíza na organização política da cidade de Buenos Aires (MARTEAU, 2002). Para Juan Félix Marteau (2002), esse enraizamento se dá a partir da criação da *Policía de la Capital*, em 1880, consequência da federalização de Buenos Aires, que nesse ano deixava de ser a sede do governo da província de Buenos Aires para se converter na Capital Federal. O nascimento dessa força policial era parte de um

¹⁰ Sobre o poder de polícia local desempenhado pela PFA em Buenos Aires, María Victoria Pita explica: “Al igual que la mayor parte de las policías provinciales cumple dos tipos funciones: una como policía de seguridad y otra, como policía de investigación criminal o judicial. Estas dos tareas también han sido denominadas de acuerdo a los siguientes pares conceptuales: prevención – represión, o bien administrativa – judicial. (...) La Policía Federal en el ámbito de la Ciudad de Buenos Aires, en su función de policía local de seguridad, tiene como misión 'mantener y preservar el orden, la tranquilidad y seguridad públicos, previniendo la comisión de delitos de la competencia de la Justicia Nacional' (Pelacchi, 2000, P. 839)” (PITA, 2003, p.18).

¹¹ Tais funções no âmbito da Cidade Autônoma de Buenos Aires se encontram regulamentadas principalmente através do *Código Procesal Penal de la Nación*, a *Ley Orgánica de la Policía Federal -Decreto-Ley 333/58* (ratificada pela lei 14.467), a *Ley para el Personal de la Policía Federal – 21.965 -*, a *Ley 24.059 de Seguridad Interior* e seus respectivos decretos regulamentários (PITA, 2003).

¹² No texto referenciado de María Victoria Pita (2003), a PFA se encontrava então subordinada ao *Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos*. Entretanto, a partir de um decreto da presidente Cristina Fernández de Kirchner de dezembro de 2010, a pasta de segurança passou para um ministério próprio, o *Ministerio de Seguridad*, separado do que veio a se tornar *Ministerio de Justicia y Derechos Humanos*.

importante processo de modernização das instituições públicas argentinas, pois foi o marco em que se produziu o primeiro passo rumo à nacionalização da polícia (MARTEAU, 2002). A partir de 1880, portanto, as autoridades policiais que atuavam em Buenos Aires, como polícia local, seriam designadas pelo governo federal e estavam subordinadas diretamente ao Poder Executivo nacional (MARTEAU, 2002; ROMERO, 1996). E foi a partir da *Policía de la Capital* e do seu estatuto na cidade de Buenos Aires¹³ que a PFA foi criada¹⁴.

A tradição da PFA identificada por Marteau no parágrafo acima permite perceber como a história da polícia na capital argentina aparece marcada pela conformação do Estado argentino e vinculada

¹³ É importante lembrar que a cidade de Buenos Aires não se encontra mais federalizada, constituindo hoje uma *Ciudad Autónoma* no país – o que acontece sem deixar de ter consequências para a organização policial da cidade. Conforme esclarece Juan Félix Marteau: “La reforma de la Constitución Nacional, realizada en 1994, transformó el estatuto político de la Capital del país, permitiendo que Buenos Aires se convirtiese formalmente en una Ciudad Autónoma. Este proceso, ratificado luego con la nueva constitución de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires de 1996, estableció las bases legales para que la seguridad sea provista por el Gobierno local, para lo cual éste debía disponer de un servicio policial propio” (MARTEAU, 2002). A partir desse novo estatuto, em meados da década passada foi criada e passou a operar uma agência policial local de Buenos Aires, a *Policía Metropolitana*. Entretanto, apesar dessa transformação, a *Policía Federal Argentina* continua a operar no que é hoje a *Ciudad Autónoma*, enfrentando junto à nova agência local uma série de problemas de jurisdição ao longo da cidade.

¹⁴ Segundo Adolfo Enrique Rodriguez, policial e historiador da polícia na Argentina, a *Policía Federal Argentina* foi criada em 1943 como um ramo da *Policía de la Capital*, que ainda atuava em Buenos Aires (RODRIGUEZ, 1971, p. 41). Porém, em 1945 a *Policía de la Capital* foi extinta e os seus membros integralmente incorporados na *Policía Federal Argentina*. Sobre a criação desta, Rodriguez comentou que “su surgimiento obedeció a la necesidad de hacer efectivo el ejercicio de la autoridad federal en todo el país. Con ella y sin afectar las autonomías provinciales, se puso fin al círculo de intereses y pasiones localistas que habían venido restando eficacia, y a veces autoridad, a los poderes federales, lograndose una acción coordinada en materia de prevención y represión de los delitos federales, seguridad de las personas y cosas de la Nación.” (RODRIGUEZ, 1971, p. 43)

estritamente com a delimitação do monopólio do uso da força física¹⁵ na Argentina (GALVANI, 2007). Isso se dá, por um lado, com a transformação da polícia portenha a partir do processo de federalização da cidade de Buenos Aires, em 1880, momento em que o Estado argentino conseguia estabilizar-se e estabelecer-se depois de várias décadas de conflitos internos que haviam marcado o país desde a sua independência¹⁶. Sobre esse longo período em que as elites regionais disputavam entre si a forma a ser impressa ao Estado nascente, o quadro do *gallito* do museu da PFA tanto nos serve como testemunha de uma época, quanto ainda nos demonstra o envolvimento da polícia nessas disputas. Por outro lado, a nacionalização da polícia da cidade de Buenos Aires submeteu a PFA às decisões e políticas provenientes dos governos nacionais incumbentes, seja nos tempos de ditadura, como nos de democracia. Contudo, essa transformação não implica uma desvinculação das forças policiais argentinas e seus membros dos rumos políticos do seu país. Com a efetivação e estabelecimento da centralização das instituições estatais na Argentina, houve antes uma série de mudanças na natureza dessa relação.

Não é o caso de ir a fundo no estudo das transformações e usos políticos da polícia a partir da sua nacionalização em 1880¹⁷. O interesse

¹⁵ A noção de monopólio do uso da força física é de uso corrente em grande parte da literatura sobre a polícia, e ela participa de várias discussões ao longo dessa dissertação. Por agora, gostaria de ressaltar que ao falar do monopólio do uso da força física e o Estado moderno, se fala da reivindicação com sucesso do uso considerado legítimo da força física por parte desse Estado (WEBER, 2003; ADORNO, 2005; RIFIOTIS; 2008). Ao fazê-lo, friso o reivindicar e o tornar legítimo enquanto ações necessárias que atualizam o poder estatal moderno em relação aos outros elementos com os quais interage ao mesmo que se procura dessencializar a natureza da relação entre “violência” e poder.

¹⁶ Os conflitos que aconteceram ao longo de várias décadas de instabilidade após a independência do país, foram marcados por guerras entre aqueles que defendiam um poder centralizado em Buenos Aires e os que preferiam que as províncias do interior tivessem maior força nos rumos do país (DONGHI, 1995; OSZLAK, 2011; ROMERO, 1996).

¹⁷ Uma entrada séria e consistente nesse assunto exigiria um desvio considerável nos rumos dessa dissertação. Para ver mais sobre a relação entre polícia e política argentinas ao longo da história, sugiro o trabalho de Mariana

quanto ao vínculo entre polícia e governo nacional na Argentina se dá por esse ser um assunto continuamente contado e refletido nas narrativas de policiais federais estudadas. Porém, nas falas desses policiais, a relação entre a polícia e governo federal não é tratada unicamente de um ponto de vista institucional, como nos textos citados até aqui. Quando esse tema foi abordado nos nossos encontros, falou-se antes sobre o momento político e social da Argentina recente e da sua consequência ao nível da atividade cotidiana do policial.

Sobre o momento atual da Argentina, se o quadro do *gallito* conta ao seu modo o vínculo da polícia do seu tempo com os conflitos políticos de então, grande parte da narrativa do agente Martin reflete a relação do “governo atual” do seu país com a polícia e os policiais. Na oportunidade em que conversamos, havíamos nos encontrado antes numa rua do centro de Buenos Aires, enquanto ele fazia ronda e eu voltava de um encontro com outro policial não muito longe dali. Era de noite e fazia frio, então, ao convidar Martin a participar da pesquisa, as minhas esperanças eram, como na maioria dos primeiros contatos com os outros interlocutores, de conseguir o seu telefone para que marcássemos depois uma conversa com mais calma. A princípio, Martin pareceu ter achado a ideia de falar com um antropólogo sobre a polícia um tanto divertida e curiosa, dadas as suas risadas enquanto eu me apresentava. Porém, o policial logo aceitou o meu convite e disse que poderíamos fazer a “entrevista” naquele momento, que não havia

Galvani (2007), que dedica um capítulo inteiro do seu *La marca de la gorra* ao percurso histórico da polícia na Argentina e o seu relacionamento com os distintos governos e com a conformação do Estado argentino. Outro texto que contribui para essa discussão é *De brava a dura: La policía de la provincia de Buenos Aires durante la primera mitad del siglo XX*, de Osvaldo Barreneche (2010). Nesse artigo, o autor discute as transformações institucionais da polícia da província de Buenos Aires na primeira metade do século XX, com especial foco nos seus usos políticos formulados a partir dos objetivos institucionais dentro de um esquema de alinhamento com o poder político-militar dessa época (BARRENECHE, 2010). Por fim, é interessante relevar o livro do policial federal Adolfo Enrique Rodríguez (1971), *Evolución policial*. Apesar de o seu foco estar nos avanços operacionais da polícia na cidade de Buenos Aires, ele nos dá uma perspectiva sobre as transformações institucionais da polícia na capital argentina ao longo da sua história.

problema, mas pediu apenas para que fôssemos para os fundos de um edifício público ao lado, numa região mais escura, para evitar, segundo ele, que o seu chefe o visse conversando em serviço, o que poderia lhe ocasionar dificuldades. Ao começar a sua narrativa, Martin contou principalmente sobre como não gostava da polícia antes de ser um policial. “Quando se é jovem e inquieto, e de esquerda, quem é que gosta da polícia?”, concluiu o agente de 26 anos de idade com uma questão. Por essa razão, ser policial era a sua última opção de emprego. Porém, ele contou que, num certo dia, quando era da infantaria da marinha, ele passou em frente a um escritório de inscrição da PFA, e resolveu entrar e se inscrever para a seleção de policiais. Depois de passar por todos os filtros seletivos, foi admitido na polícia e hoje faz parte dela há dois anos. A partir desse ponto da sua narrativa, talvez inspirado pelos seus dias de “juventude esquerdista”, Martin passou a ponderar sobre as condições da polícia e a sua relação com o “governo atual da Argentina”:

A Polícia Federal, a polícia propriamente dita, tem o peso da ditadura militar. A ditadura militar na Argentina é um peso muito grande e não somente está restrito aos militares, como também é compartilhado com a polícia. A polícia decaiu muito na ditadura militar. Então, é como se todo mundo nos visse mal. O governo atual da Argentina é como que... não sei como dizê-lo, mas é como se estivesse constantemente a retomar coisas da época da ditadura, sempre dizendo “por isso e por aquilo”. É como se o governo castigasse a polícia pelas coisas que aconteceram na ditadura. E são coisas que a maioria dos policiais não cometeram... isso tudo aconteceu há mais de trinta anos. E não tem policiais com mais de trinta anos de serviço. E os que estiveram e têm mais de trinta anos, eram pessoas como eu na época, jovens demais para estar em operativos como um grupo especial, para chamá-lo de uma maneira mais suave. Quero dizer que tudo acaba recaindo sobre a polícia.

Como dito acima, os narradores percebem a polícia extremamente vinculada aos momentos políticos da Argentina. Entretanto, em relatos que são marcados por queixas e lamentações sobre as condições da atividade policial hoje no país, essa percepção se dá através de críticas severas às políticas governamentais consideradas depreciativas em relação à polícia e aos seus profissionais. No caso do agente Martin, apesar de considerar que a polícia esteve envolvida nos rumos políticos na época da ditadura, quando ela “decaiu muito”, o foco dos seus comentários está nas reclamações quanto ao que ele vê como medidas punitivas do governo atual. Para ele, os policiais de hoje são responsabilizados por coisas que não cometeram, castigados por erros cometidos por outras pessoas, em outra época, na ditadura, “há mais de trinta anos”, período que, segundo o narrador, o governo atual insiste em lembrar para punir os militares e a polícia. Os comentários queixosos de Martin sobre o “peso” que ele e os seus colegas carregam, porém, não são uma exclusividade sua.

Outro agente da PFA, Sebastián, contou algo parecido ao reclamar dos problemas enfrentados pelos policiais argentinos atualmente. Inicialmente, esse policial demonstrou interesse imediato em participar dessa pesquisa pois ele afirmava ter “inúmeras denúncias de casos de corrupção” na delegacia em que trabalha. Por isso, devido à gravidade considerada ao que tinha para falar, Sebastián preferiu que nos encontrássemos num lugar em que não pudéssemos ser vistos juntos pelos seus colegas, que, segundo ele, suspeitavam dele por não ser “corrupto como eles”. A conversa com esse agente aconteceu então no porão de um negócio de um amigo seu, da vizinhança em que ele atua. Ao contrário do que havia prometido inicialmente, nessa oportunidade Sebastián não fez nenhuma “denúncia de corrupção”, exceto quando mencionava que ela existia na sua delegacia, mas sempre de maneira vaga e sem se referir a algum caso em especial. A sua narrativa foi marcada por queixas sobre as condições da atividade policial na Argentina e as dificuldades que os policiais enfrentam em serviço. Ao tecer as suas queixas, Sebastián concentrou grande parte da sua atenção no que ele considera ser a origem desses problemas, a política de “direitos humanos” do “governo atual”. Para o narrador, esse governo,

em conjunto com organizações civis “de esquerda”, defendem os direitos humanos por razões equivocadas, “por coisas que já passaram, que estão lá atrás, na época da ditadura”. Para reforçar o caráter ultrapassado e errôneo considerado a essa questão, o policial fez uma ironia ao citar uma das organizações civis identificadas por ele como responsáveis pela maneira errada com que os direitos humanos são conduzidos hoje na Argentina, as “Abuelas de Plaza de Mayo” (Avós da Praça de Maio), num trocadilho claro com o movimento das *Madres de Plaza de Mayo*¹⁸ (Mães da Praça de Maio). Segundo Sebastián, a política de direitos humanos do governo atual, “a luta pelos direitos dos desaparecidos” na última ditadura “hoje em dia ajuda os *delincuentes*”, e os policiais “saem sempre como errados, como malvados da história” por causa dela.

Como pode ser notado a partir das narrativas dos agentes Martin e Sebastián, o “governo atual” é um dos alvos preferenciais das suas queixas. Segundo os narradores, é o “governo” quem invoca um passado remoto para conduzir políticas que lhes parecem inadequadas sobre questões ultrapassadas; é esse “governo” quem prefere se associar a “movimentos populares”, “esquerdistas”, ao invés de se colocar ao lado dos policiais, que deveriam ser sempre defendidos por ele por estarem a serviço dele. Mas, ao se queixar sobre o “governo atual” e a sua aversão à polícia, os policiais se referem aos governos nacionais a partir de 2003, presididos por Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner. Apesar de se tratarem, formalmente, de dois governos distintos, eles são narrados no singular devido à percepção de uma continuidade entre eles,

¹⁸ As *Madres de Plaza de Mayo* é um movimento iniciado em 1977, quando a Argentina encontrava-se sob a última ditadura militar, e que procura desde então trazer à luz o desaparecimento dos seus filhos que foram sequestrados e/ou executados por forças estatais dessa época. Trata-se de um movimento político de grande destaque dentro e fora do país, o que, em alguma medida, pode ser atestado, nas narrativas dos policiais, através da queixa do agente Sebastián sobre a sua relação com o “governo atual”. Apesar do tom utilizado por esse policial em referência ao assunto que discutia não deixar dúvidas da ironia que procurava aplicar à expressão “Abuelas de Plaza de Mayo”, existe também uma associação com esse nome, que, no caso, trata-se das avós que buscam os seus netos desaparecidos junto com os seus pais durante a última ditadura.

à atribuição pelos narradores de uma agenda política em comum, associada por eles à “esquerda”, a “movimentos populares” e “medidas descabidas” – e é a esse governo que a PFA está hoje institucionalmente ligada e os policiais se veem submetidos.

Nas narrativas estudadas, as queixas e críticas dos policiais ao “governo atual” são demonstrações do seu descontentamento sobre como os rumos políticos recentes da Argentina vêm afetando a atividade policial. Ao reclamar do “governo”, os narradores contam o que consideram ser “ações descabidas” e “injustas” contra a polícia e os seus membros. Essa sensação de “injustiça”, porém, não é sentida somente por se estar abaixo numa hierarquia, por participar de uma cadeia de comando na qual as principais ordens partem do governo nacional argentino. Nos relatos, essa cadeia de comando é considerada parte da própria organização institucional da PFA e jamais é questionada. Os narradores percebem a “injustiça” porque, através dessa hierarquia, eles se veem irremediavelmente submetidos a medidas e ordens que lhes parecem “descabidas”, que, a seu ver, servem para desprestigiar a polícia, restringir a sua atuação e comprometer as condições de serviço dos policiais. O que pode ser notado quando o sargento primeiro Alejandro passa a responsabilizar o governo argentino “de hoje” pelos problemas enfrentados pela PFA, assunto que surgiu após ele ter falado sobre o modo com que “os direitos humanos não nos deixa fazer o que temos para fazer” e como os salários dos policiais vêm diminuindo recentemente:

O governo... o governo tem muita culpa nisso tudo [nas condições de serviço consideradas “ruins”], ele colocou muito abaixo a polícia... na rua, a liberdade de fazer o nosso serviço. Então, as pessoas... não respeitam, não respeitam nada. Se tem um problema grande, e a polícia está envolvida, a culpa é da polícia. Como se tapassem [o problema grande] com a gente. Nós estamos muito mal vistos pelas pessoas aqui, muito. Por exemplo, quando tem manifestação. O governo não quer que a reprimamos, não querem que as cortem. Ele permite o que façam o que querem,

que fechem as ruas, tudo. Em 2001... foi feio.. foi feio. Depois disso, me senti desprotegido completamente pelo governo, porque depois despediram muitos companheiros, por reprimir. Então... muitos companheiros, e ninguém conta isso, morreram, policiais... Então, foi feio na época de 2001, caiu um presidente, De la Rúa. E houve como uma... como se diz... um protesto civil, das pessoas.. que iam saquear... como se diz aqui... Bem, as pessoas mesmas, civis, queriam tomar o governo, e.. bem... aconteceram muitas coisas. Foi um desastre, tudo isso foi um caos. E ninguém dava ordens [aos policiais] de fazer algo, o policial atuava por ofício. Via alguma coisa errada acontecendo e intervinha. Então, muitos acabaram atuando e aí se foram também, por atuar sem ordem. Por colocar ordem, atuamos. Sem uma ordem superior, porque não tínhamos um presidente. Depois que passou tudo isso, muitos policiais foram expulsos por serem filmados agindo sem ordem ou agredindo alguém. Toda a culpa foi colocada na polícia. O governo a jogou sobre nós. Não foi o governo que entrou logo depois desses protestos. Mas o de hoje em dia, o de Néstor e Cristina [Kirchner]. Creio que se mudasse o governo, o modo com que a polícia é olhada também seria mudado. Temos uma polícia em comum, que é a polícia da cidade, a de [Mauricio] Macri¹⁹. Bem, eles estão muito bem.

¹⁹ Maurício Macri é o chefe de governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires desde 2007 e é reconhecido como uma das principais figuras de oposição ao governo de Cristina Fernández de Kirchner na Argentina. Por motivos como o fato de ser prefeito da cidade em que os narradores vivem, ser percebido como um dos principais concorrentes políticos de Cristina Fernández Kirchner e por ter criado a *Policía Metropolitana de la Ciudad de Buenos Aires* (que responde ao chefe de governo de Buenos Aires), Macri é volta e meia discutido nas narrativas estudadas. Segundo os policiais que comentaram de alguma forma o atual prefeito da capital argentina, ele causa uma boa impressão pois, além de se colocar contra o “governo atual”, a “polícia de Macri” (em referência à *Metropolitana*) tem condições de serviço e salários melhores que os contados

Creio que esse homem, com a mentalidade que tem, pode chegar a colocar a polícia em um lugar melhor. Para mim, acho que ele vai ser o próximo presidente. Para mim, sim. Os policiais votariam nele, porque a sua polícia está muito bem, enquanto a nossa polícia federal procura oferecer o mínimo para tentar fazer o seu serviço bem. A roupa, eu que tenho que comprar, a comida tenho que pagar. E isso as pessoas não veem. Nos cortaram completamente.

Nesse relato do sargento primeiro Alejandro, ele conta sobre como se sente completamente “desprotegido” desde quando o governo “de hoje” assumiu o poder e passou a rebaixar sistematicamente a polícia de diversas formas. Os policiais, segundo ele, são “completamente cortados” por esse governo, que lhes retira “a liberdade de fazer o seu serviço” e o dinheiro para comprar o seu uniforme e a comida. Mas, entre os vários exemplos dados pelo narrador, ele dedica grande parte da sua fala a como a polícia e os policiais são responsabilizados pelos problemas em que são envolvidos. Para Alejandro, o governo desprestigia a polícia diante da sociedade para poder “tapar os problemas grandes com a gente”, para culpá-la e tirar a atenção de si quando lhe for conveniente. É assim “quando tem manifestação”, e foi assim com os “protestos civis” de 2001, quando muitos policiais agiram sem ordem porque a cadeia de comando da PFA estava desorganizada, sem o presidente, e acabaram “expulsos” depois de algum tempo pelo governo de “Néstor e Cristina”. Mas isso é feito, conforme Alejandro, para culpar a polícia pelo “desastre” que foi esses eventos, para lhe imputar a responsabilidade pelo ocorrido. Dessa prática atribuída aos governantes é constituída uma dinâmica em torno dos policiais na qual o governo joga a culpa dos problemas na polícia e faz com que os policiais “sejam mal vistos pelas pessoas” – o que, por sua vez, facilita o trabalho do governo de responsabilizar os policiais

em relação à *Policía Federal Argentina*, a qual está submetida à presidente Kirchner.

pelo que acontece de ruim e reforça a má impressão que se tem da polícia.

Nesse ponto, percebe-se que quando os narradores reclamam do momento político da Argentina, eles não se referem apenas ao “governo atual” e aos “movimentos populares” a ele associados. Os policiais contam também sobre uma transformação no trato das “pessoas” e da “sociedade” em relação à polícia e aos seus membros. Se antes havia respeito e reconhecimento aos policiais por partes das pessoas em geral, essa relação atualmente se inverteu, e elas passaram a ignorá-los, desprezá-los ou suspeitar dos policiais ao ponto de defender os *delinquentes* quando estes são presos. Como narrou o cabo Julián ao comparar a polícia de hoje com a polícia dos tempos do seu pai e seu avô, que eram policiais durante a última ditadura militar na Argentina:

As coisas mudaram muito no país, a sociedade mudou muito em relação ao tempo do meu pai, do meu avô. A maneira com que as pessoas tratam a polícia também mudou, mas para pior. Antes, ela era bem quista. O policial era cumprimentado nas ruas, era reconhecido pelas pessoas. Hoje em dia as pessoas passam aqui e nem olham na nossa cara. Os direitos humanos não são um problema. Eu concordo com eles. Eles estão certos, mas quando bem aplicados. Só que aqui na Argentina eles são mal usados, não são aplicados de maneira igual para todos. Eles servem para estabelecer distinções entre os cidadãos, são usados de maneiras distintas, de um jeito para um, de outro jeito para outro. Tem casos em que estamos prendendo o ladrão e as pessoas gritando para deixá-lo, para não agredi-lo. Já aconteceu comigo. Isso acontece na capital e por todos os lados, tem gente que.. bem... E o governo atual é um dos principais responsáveis por essas coisas, como os direitos humanos, e a piora no trato das pessoas com os policiais. Lamentavelmente, isso afeta a nós, os policiais.

A conversa em que o cabo Julián fez esse relato aconteceu enquanto ele estava de serviço numa avenida movimentada do centro de Buenos Aires. Era um final de tarde, e, enquanto me falava que “as pessoas passam aqui e nem olham na cara”, ele fazia um gesto com a mão que buscava ilustrar o que dizia com o que acontecia ao nosso redor: os transeuntes passavam pela calçada sem dirigir nem mesmo o olhar para o policial. Ao comparar essa situação com um “antes” em que a “polícia era bem quista” pelas “pessoas”, “o policial era cumprimentado nas ruas”, Julián demonstra que o “governo atual” não é o único associado a uma certa aversão aos policiais, a “sociedade” também aparenta não gostar deles. Entretanto, o cabo não parece muito longe de concordar com o sargento primeiro Alejandro quando ele afirma que o “governo atual” é tão responsável por essa falta de respeito geral para com a polícia e o policial que, como afirmou Alejandro, “se mudasse o governo, o modo com que a polícia é olhada também seria mudado.” Os policiais, conforme as suas falas, portanto, passaram a ser mal vistos pelas “pessoas” em geral a partir de ações do governo que visam desprestigiar a polícia e culpá-la por problemas que não foram criados por ela.

Nas narrativas estudadas, a relação conflituosa entre o “governo atual” e os policiais gera todo um contexto em que o policial aparece “injustiçado” em diversos âmbitos da sua profissão. A sua “liberdade para trabalhar” é restringida, os salários diminuídos, o dinheiro para a farda e a alimentação cortado, quando há um problema o governo trata de culpar a polícia e as pessoas em geral de tratam os policiais. Mas essa “injustiça” surge em relação ao que é identificado pelos narradores como intencional por parte do governo nacional, diante do que eles desenham nas suas falas como uma campanha orquestrada contra a polícia. Nessa perseguição que os policiais se veem sofrer, a defesa dos direitos humanos e a retomada de questões referentes à última ditadura têm um papel fundamental ao dar o tom moral que associa os policiais de hoje aos “abusos” cometidos pelos policiais da ditadura militar. Nos relatos ouvidos, os direitos humanos e a ditadura não são utilizados pelo “governo atual” apenas para justificar as suas ações contra a polícia, mas também para animar uma campanha junto à “sociedade” que procura fazer com que os policiais sejam mal vistos e “mais suspeitos

que os próprios *delinquentes*”. É a impressão de que o governo age de maneira intencional e calculada através desses termos contra a polícia que leva, por exemplo, o agente Martin a dizer que “é como se o governo castigasse a polícia pelas coisas que aconteceram na ditadura”, e o agente Sebastián a ver nos direitos humanos algo que “serve apenas para defender o *delincente*”, e fazer os policiais saírem “sempre como errados, como malvados da história”.

Entretanto, para refletir sobre todo esse amplo contexto em que os policiais aparecem “injustiçados” em relação a uma série de problemas e infortúnios, é necessário relevar também o fato de que essas narrativas, ao mesmo tempo em que estão inscritas numa interlocução, elas a constituem. Conforme Richard Bauman e Charles L. Briggs (2008) escreveram a partir da crítica da noção de contexto enquanto um conjunto de condições externas e independentes das narrativas, o evento narrado e o evento narrativo estão mutuamente implicados na medida em que se dirigem faticamente à sua audiência. Ao invés de tomar a fala enquanto o produto de um conjunto de condições externas a ela, esses autores a pensam como um processo de contextualização ativo e contínuo no qual os participantes da narrativa examinam reflexivamente o discurso em sua emergência inserindo avaliações sobre sua estrutura e significado na própria fala (BAUMAN & BRIGGS, 2008). As palavras, portanto, não apenas descrevem as coisas, mas são utilizadas para pensar o que se diz, o que se faz, e para agir através da fala.

Com isso, as narrativas encontram-se diante de uma abertura dupla. A primeira se refere ao fato de que, por serem ativas ao nível das coisas, as narrativas não se encontram encerradas no âmbito referencial da significação e são contextualizadas no próprio evento do contar através de conexões fáticas e indiciais (CARDOSO, 2012). A segunda abertura da experiência narrativa parte da reflexão de que, ao invés de conectarem pontos exteriores e pré-existentes, é o movimento de conexão do contar que produz os pontos ao colocá-los em relação (INGOLD, 2007). Assim, como uma integração ao longo do(s) caminho(s) do narrar, a narrativa transborda à própria fala na medida em que ela abre um horizonte para uma experiência interpelativa na qual a relação e os seus sujeitos envolvidos estão entre os pontos que se criam ao se conectarem através do contar.

A performatividade do queixar-se

Para pensar a contextualização das “injustiças” sublinhadas nas narrativas dos policiais, portanto, é importante levar em consideração as situações em que essas narrativas aconteceram. Ou melhor, se faz necessário refletir como essas narrativas vieram a se tornar para os narradores oportunidades de fazer reclamações, denúncias, lamentações, críticas, enfim, de se queixar sobre as condições em que se é policial hoje na Argentina. Quanto às circunstâncias dos relatos, vale relevar que elas se deram em encontros nos quais os narradores se viam diante de um interlocutor facilmente distanciável do que era contado por eles, no caso, eu. Um “brasileño”, um estudante de uma universidade estrangeira, um antropólogo, “um garoto que se vê que não oferece perigo nenhum”, enfim, alguém que não fazia parte diretamente dos conflitos em que os policiais se percebem envolvidos, mas que, ao mesmo tempo, se demonstrava bastante curioso e interessado em ouvi-los ao ponto de abordá-los na rua para isso. Essa distância atribuída pelos narradores ao estudante estrangeiro mostrou-se importante para que os policiais federais argentinos logo se sentissem de alguma maneira à vontade para narrar.

O fato de eu não ser argentino foi relevado, por exemplo, pelo agente Sebastián quando ele se dispôs a participar dessa pesquisa. Na primeira vez em que nos falamos, após eu me apresentar como um estudante de mestrado em antropologia numa universidade brasileira e explicar o meu estudo junto a policiais federais argentinos de Buenos Aires, Sebastián mostrou-se bastante interessado em participar e prometia ter “muitas histórias de corrupção de dentro da polícia para contar”. Entretanto, essa abertura foi subitamente interrompida e o seu interesse passou a ser ponderado por uma série de receios quando lhe sugeri de nos encontrarmos na semana seguinte num café. Desconfiado, o policial afirmou que seria melhor que a “entrevista” acontecesse num lugar em que não fôssemos vistos ou escutados e não levantássemos as suspeitas de outros policiais, pois ele alegou ser bastante “visado” e “mal quisto” entre muitos dos seus colegas por não ser corrupto como eles. Ao terminar de me explicar a razão desses cuidados, Sebastián

dirigiu a sua desconfiança um momento a mim e cogitou a possibilidade e os riscos de eu ser um jornalista que poderia expô-lo e comprometê-lo, mas logo descartou essa possibilidade por eu ser “brasileiro”, por “não ser daqui”.

Essa ressalva feita a mim pelo agente Sebastián ilustra o que percebi também em outras ocasiões como uma certa neutralidade atribuída a mim por ser estrangeiro. Aos olhos dos meus interlocutores, eu não me encontrava envolvido nas tantas questões e disputas que atravessam as suas vidas e lhes são fundamentalmente de ordem local – e, nesse caso, diante de alguém de fora, o que é considerado “nacional” torna-se também local. Por não ser argentino, portanto, eu dificilmente seria um jornalista que poderia prejudicar um policial com uma publicação num jornal, ou, como também cogitou e logo descartou em outra oportunidade o agente Juan, um fiscal disfarçado do *Ministerio de Seguridad*, ou mesmo um universitário que participa de um “movimento popular”, “esquerdista”. Em muitos dos encontros com os narradores, a distância considerada ao estrangeiro curioso serviu para dimensionar as expectativas dos policiais em relação às minhas intenções, e tornou-se, com isso, importante para o modo com que as narrativas vieram a acontecer.

Contudo, não é o caso de resumir a recepção que tive por parte dos narradores ao fato de eu ser dissociável com facilidade da trama social e política em que eles se veem inseridos por ser um estudante estrangeiro. Em algumas das narrativas estudadas, por exemplo, nota-se que houve a convergência do meu interesse em ouvir o que os policiais tinham para dizer com uma certa vontade deles em contar o que vivem. Essa disposição em conversar comigo foi algo percebido aos poucos, ao longo dos nossos encontros, que chegavam a se estender por várias horas a fio e absorviam intensamente os policiais nas suas falas. Se, a princípio, ao abordar e convidar os policiais para participar da pesquisa, eu me sentia pedindo um favor, não demorou para que eu tivesse a impressão de que a “ajuda” que me prestavam logo era transformada por muitos deles em uma oportunidade de falar sobre si e de contar o que passam.

Isso é especialmente notável quando o agente Julio conversou comigo no saguão do hotel em que fazia hora extra no centro de Buenos Aires. Na manhã em que nos encontramos, ao chegar e me acomodar no

local marcado, o policial abriu uma caixa repleta de fotografias suas desde quando era do exército, além de outras coisas, como recortes de jornais, para me mostrar ao longo do seu relato. E foi com o auxílio desse material que Julio me contou de maneira pormenorizada toda a sua carreira, que iniciou-se como militar, mas hoje é policial há seis anos. Nós somente fomos nos despedir seis horas mais tarde, tempo em que Julio expôs o seu percurso profissional e falou de diversos outros assuntos, como, por exemplo, as suas atividades corriqueiras como policial, os seus dias de escoteiro na adolescência, a PFA, as suas considerações sobre os direitos humanos, as críticas aos seus colegas, além de mostrar os vídeo de pessoas mutiladas e mortas em ações policiais que carrega no seu celular. O nosso encontro encerrou-se apenas com o fim do serviço do agente naquela dia, quando o acompanhei até a frente da delegacia que ele faz parte, onde ele foi se preparar para voltar para a casa.

Ainda que chamasse o que fazíamos nesse nosso encontro de “entrevista”, a postura de Julio estava longe de ser a de alguém que se resume a responder perguntas feitas por outra pessoa. Em conjunto com o fato de a minha curiosidade e disponibilidade em ouvi-lo ter sido um importante motivador para a sua narrativa, as falas do policial foram marcadas pela atitude de assumir na nossa interlocução o lugar da condução da conversa – não sendo raro, por exemplo, que Julio desse respostas a questões que ele mesmo formulava enquanto narrava. Nessas situações, eu me encontrava como um interlocutor silencioso, que ouvia e respondia principalmente através de expressões faciais para não interromper o que o agente dizia. O meu interesse no que ele tinha para falar convergiu com o que veio a se tornar uma oportunidade para o policial contar o que vive, dizer o que acha, denunciar, reclamar, lamentar, se gabar, enfim, narrar tudo isso diante de alguém que se mostrava atento a ele. Desse modo, a narrativa de Julio demonstra, ao seu modo, algo percebido também junto às falas de outros policiais, a partir da postura de protagonismo assumida por eles na condução das conversas: ao mesmo tempo que os policiais se dispuseram a participar e contribuíram com essa pesquisa, eles vieram a dispor o meu próprio lugar na interlocução das narrativas, como um ouvinte.

O interesse demonstrado pelos policiais com a atitude de assumir a condução da conversa torna-se especialmente significativo se

refletirmos que os nossos encontros não foram apenas oportunidades de contar o que vivem, mas, principalmente, de queixar-se daquilo que passam. Como foi visto acima, as narrativas estudadas são marcadas por reclamações sobre o governo atual, as pessoas em geral, os direitos humanos e as condições de serviço na polícia. Mas as queixas dos policiais não se resumem a esses assuntos, elas também se referem aos seus colegas corruptos, à solidão e à falta de amizades, aos “*delinquentes* sem código de honra”, e por aí vai. A oportunidade criada pela convergência da minha curiosidade em ouvir o que os policiais têm para dizer e a sua vontade de contar o que vivem foi, antes de tudo, a oportunidade dos narradores de se queixar diante de um interlocutor aparentemente neutro e interessado.

Sobre narrativas que tomam forma de queixas, o estudo de Maria Filomena Gregori (1992) junto a mulheres que lhe contaram cenas de “violência” a que foram expostas pelos seus maridos pode contribuir com esse trabalho²⁰. Através de relatos em que as narradoras

²⁰ É importante salientar desde já que, ao utilizar o estudo de Gregori nesse trabalho, algumas ressalvas devem ser feitas. A primeira se refere ao fato dessa autora ter conduzido a sua pesquisa junto a mulheres que recorriam ao SOS-Mulher, onde era plantonista, para denunciar as agressões dos seus maridos (GREGORI, 1992). Em relação aos policiais federais argentinos, essa é uma diferença considerável, pois, enquanto as mulheres ouvidas por Gregori procuravam um serviço que acolhesse as suas queixas, com os policiais foi o inverso, eu que os procurei e abordei para ouvir o que tinham para dizer sobre o fato de serem policiais. Desse modo, enquanto as queixas discutidas por Gregori se deram em uma instância preparada para recebê-las, as dos policiais federais aconteceram a partir de uma situação de certa forma inesperada, com o aparecimento de um antropólogo estrangeiro curioso. Para muitos desses policiais, o interesse de alguém em ouvi-los logo foi transformado numa oportunidade para que eles pudessem se queixar sobre o que passam. Outro porém que deve ser feito em relação ao trabalho de Gregori se refere ao fato de que as queixas das mulheres ouvidas por ela retratam, a partir das cenas de “violência” contadas, relações em que há uma vítima e um agressor bem definidos (GREGORI, 1989). Nas queixas dos policiais argentinos, por outro lado, não é possível enxergar uma relação do tipo com tanta nitidez e, mesmo, dificilmente pode-se discernir nesses relatos alguém ou alguma coisa que represente um agressor propriamente dito. Apesar de o “governo atual” ser o principal alvo das reclamações dos narradores, ele não é contado numa relação a

retratam situações de sofrimento, a autora demonstra que as queixas não se limitam a fazer denúncias e reclamações, e explicita as estratégias adotadas por essas mulheres na construção da sua posição de vítima simultaneamente à de seus agressores (GREGORI, 1992). Para Gregori, a queixa é definida como “a narrativa em que a pessoa que é objeto de algum infortúnio constrói discursivamente a sua posição enquanto vítima”, como uma construção descritiva na qual o narrador apresenta os fatos compondo os personagens enquanto o eu vitimado e o outro culpado, e um contexto que demonstra a sua isenção de culpa em relação ao sofrimento a que é submetido (GREGORI, 1989, p. 167). Ao retratarem-se como vítimas ao longo das queixas, as mulheres ouvidas por Gregori apresentam-se como um sujeito passivo diante do acúmulo de infortúnios a que estão injustamente expostas (GREGORI, 1989).

Em relação às narrativas dos policiais federais argentino, esse estudo de Gregori pode contribuir para o entendimento da figura discursiva das queixas e das formas de subjetivação que acontecem através delas. Pois, enquanto queixas, as narrativas dos policiais não se

dois com os policiais, tal como os maridos que agridem as suas mulheres, e também não lhe é atribuído o papel do outro enquanto agressor. Esse governo e o que lhe é associado é narrado num contexto muito mais amplo que o familiar e se encontra nas queixas dos policiais como uma explicação privilegiada para os problemas enfrentados por eles. Nas narrativas estudadas, se há alguma injustiça contra a polícia argentina, de alguma forma o “governo atual” é responsabilizável por elas. Ele é uma fonte de infortúnios para os policiais, que mais ou menos diretamente os afeta, com ou sem intenção de prejudicá-los. Portanto, enquanto as mulheres que se queixaram para Gregori procuram explicações para as atitudes dos seus maridos em coisas como a bebida, o machismo, e etc., nas narrativas dos policiais o “governo atual” e o seu “esquerdismo” é a própria explicação para a maior parte das suas agruras. Além disso, nas narrativas estudadas, os policiais não se veem enquanto vítimas de agressões e “violência” de um outro. As suas queixas se referem a “injustiças” que acontecem em situações bastante diversas entre si e partem de vários sujeitos, como o governo, a sociedade e, inclusive, colegas. Entretanto, apesar da variedade de ocasiões narradas, as queixas dos policiais são articuladas na medida em que elas procuram cativar junto ao seu ouvinte um senso de justiça que, ao mesmo tempo em que aponta continuamente ao que é considerado errado e afeta a atividade policial na Argentina atual, demonstra esperar certo reconhecimento tanto da parte do governo como da sociedade em geral.

restringem a contar através de denúncias, reclamações, críticas e lamentações a condição atual da polícia ou os desmandos do “governo”. Esses relatos permitem aos narradores procurar assumir uma posição diante do seu interlocutor, que, caracterizava os policiais enquanto vítimas das “injustiças” contadas, lhes conferindo um lugar de virtude moral por se apresentarem injustiçados. Desse modo, as queixas dos policiais agem em relação ao seu interlocutor – no caso, eu – ao buscar produzir junto a ele uma compreensão e cumplicidade quanto aos problemas vividos por eles. O que se torna especialmente significativo pelo fato dos narradores se enxergarem amplamente mal compreendidos e hostilizados no seu país.

Pode-se notar, portanto, que as participações dos policiais nessa pesquisa, ao mesmo tempo em que foram oportunidades para eles se queixarem, elas não aconteceram sem que a própria interação dos nossos encontros entrasse em questão. Como foi visto acima com o agente Julio, foi comum da parte dos policiais assumir uma postura de condução do que muitos deles chamavam de “entrevista”, ao mesmo tempo que eu, o “entrevistador”, era transformado num ouvinte silencioso das suas reclamações e críticas. Algo que pode ser refletido a partir de Gregori quando ela afirma que, apesar de se dirigir a um outro, a queixa é uma fala monologal, ela se dá em uma única voz, e procura, além de cativar moralmente o seu interlocutor, transformá-lo, justamente, num ouvinte (GREGORI, 1989). Se, a princípio, os contatos com os policiais aconteciam através de conversas – das quais, muitas para checar as minhas credenciais de ouvinte –, assim que as queixas iniciavam-se, o diálogo dava lugar a um monólogo sobre os problemas aos quais os narradores se veem submetidos.

Sobre as estratégias adotadas por quem narra queixas na construção da sua posição de vítima, é interessante trazer o que Didier Fassin e Richard Rechtman (2007) discutem sobre o que eles chamam de economia moral do traumatismo. Segundo esses autores, o traumatismo é um *ethos* compassional recente, centrado na produção de vítimas e dos seus casos trágicos e de infortúnio que distribui preocupações, valores e expectativas de várias ordens e escalas ao longo de um campo sobre o qual se inserem sujeitos e objetos diversos (FASSIN & RECHTMAN, 2007). Entretanto, é importante salientar, essa economia moral opera tanto ao nível daqueles que sofrem e são

resumidos à condição de passividade da vítima, como daqueles que vêm a sentir empatia com o sofrimento alheio e enxergam as vítimas e o que está associado a sua condição (FASSIN & RECHTMAN, 2007). O traumatismo, dessa forma, instaura uma política da compaixão que, por um lado, move as pessoas ao comovê-las, e, por outro, torna os sentimentos morais o recurso essencial das políticas contemporâneas, são eles que passam a alimentar os discursos e legitimar as práticas, e transformam a posição de vítima como a condição fundamental para que se possa fazer reivindicações e procurar reconhecimento nas sociedades ocidentais atuais (FASSIN & RECHTMAN, 2007). Com o lugar privilegiado que lhe é concedido na política da compaixão da economia moral do traumatismo, a condição de vítima passa a ser alvo de disputas (FASSIN & RECHTMAN, 2007).

Apesar de reconhecerem que essa economia moral que privilegia a posição de vítima é um instrumento a serviço de demandas de justiça, Fassin e Rechtman alertam que, ao operar junto à produção de vítimas, ele vem a obliterar as suas experiências de infortúnio (FASSIN & RECHTMAN, 2007). Segundo os dois autores, para que a vítima se constitua enquanto tal nesse *ethos* compassional, há uma redução dos seus sofrimentos a um todo de sintomas e representações pré-definidos que a conformam numa condição de passividade e necessidade de intervenção e ajuda de um outro externo ao seu problema (FASSIN & RECHTMAN, 2007). Com isso, elude-se a complexidade e diversidade das situações anteriores e posteriores aos eventos trágicos que o invocaram, simplificando-os na medida em que cria consensos (FASSIN & RECHTMAN, 2007).

Na discussão de Fassin e Rechtman, a produção da vítima acontece, portanto, diante de um outro que lhe enxerga nessa condição por se compadecer e sentir alguma pena pela sua situação – muitas vezes sem que a própria pessoa “vitimada” se considere enquanto tal. Fruto da compaixão, a vítima é invocada, principalmente, através de relações de cumplicidade e de solidariedade. Essa forma de vínculo que se estabelece ao longo das relações entre quem se vê diante de infortúnios e quem se vê diante das vítimas pode ser pensado também junto às queixas dos policiais federais argentinos ouvidos nessa pesquisa. Nas narrativas estudadas, ao se retratarem como vítimas de “injustiças” por parte do governo atual, da sociedade, dos direitos

humanos, e por aí vai, o contar dessa condição se inscreve nos seus esforços em criar ao longo da interlocução com o seu ouvinte um *ethos* compassional que não somente demonstra a sua isenção de culpa em relação aos infortúnios que se veem submetidos, mas que procura produzir e cativar certo senso de justiça junto a quem lhe ouve e, com isso, a sua cumplicidade. Ou seja, através das queixas se procura estabelecer um determinado *ethos* ao nível da interação da narrativa que dá condições aos narradores de constituírem-se como sujeitos policiais “injustiçados” e de produzir efeitos junto ao seu ouvinte de modo que ele também se constitua como sujeito que participe e permita o fluir dos fluxos da economia moral da queixa. Dessa forma, a queixa, a fala da vítima por excelência, não apenas descreve uma realidade anterior, mas a contextualiza na sua busca por transformar o seu presente ao nível da interlocução que a tornou possível.

Para pensar a relação entre a constituição de sujeito e a fala, ou melhor, entre formas de subjetivação e interlocuções, e o modo com que elas se dão ao longo das queixas dos policiais aqui apresentadas, é interessante trazer a crítica de Judith Butler (1999) à separação entre as dimensões social e linguística proposta por Pierre Bourdieu. Para Butler, a magia social de Bourdieu, a força produtiva dos atos de fala performativos que dá a certos atos de discurso a força de eficácia da autoridade, não implica no dualismo entre o social e o linguístico e, muito menos, na prevalência daquele sobre este, como quer esse autor (BUTLER, 1999). Ao invés de submeter essa discussão a uma questão de produção da autoridade necessária para a eficácia da ação que atravessa a fala a partir de um campo social pré-existente (onde os sujeitos se posicionariam), ela recorre a uma noção de atividade prática interpelativa para superar tal dualismo, a de performatividade²¹ (BUTLER, 1999).

²¹ Deve-se salientar que a noção de performatividade de Judith Butler foi influenciada pelas reflexões de J. L. Austin. Esse autor, ao se contrapor à noção do positivismo lógico de que o sentido de um enunciado é função das suas condições de verdade, fez notar que se pode não apenas dizer algo ao falar, mas também agir sobre a realidade através das palavras (AUSTIN, 1982). Com isso, apesar de distinguir os enunciados constativos – em que a ênfase está na verdade ou falsidade fátual do que se diz, tal como em “a noite está estrelada” – dos enunciados performativos – através dos quais se age sobre o mundo,

Para a autora, as interpelações, enquanto performativo, estabelecem a constituição discursiva do sujeito de maneira inseparável à sua constituição social (BUTLER, 1999). Um exemplo disso dado pela autora é o de alguém que é chamado de “*girl*” (menina, garota) e é “*girled*” (ameninada, agarotada) ao longo do tempo e das interações de que participa²². Assim, através de interpelações difusas, tem-se a produção constante e temporalmente localizada no que há de performativo de um sujeito que não se reduz a determinações sociais ou linguísticas (BUTLER, 1999). Isso porque uma posição social é produzida em parte através de um processo repetido de interpelação (*a girl being continuously girled*), que, por sua vez, se dá através de atos de fala performativos que não se reduzem ao linguístico. Essa posição social, entretanto, não se dá de maneira estável e unidirecional. Quanto a isso, em seu texto Butler salienta com intensidade o papel da ressignificação de termos hegemônicos:

independente da veracidade ou não do dito, como com um fiscal de vestibular ao dizer “a prova acabou” -, Austin concluiu que todos os enunciados são performativos, pois mesmo ao constatar algo se está agindo sobre o mundo (AUSTIN, 1982). Exemplo disso é que, ao afirmar que o céu está estrelado, pode-se estar informando alguém desse fato, ou, como numa festa de estudantes universitários, criar assunto com alguém desconhecido a fim de conhecê-lo. A partir de tais constatações, Austin trouxe para a discussão a participação de elementos extra-linguísticos junto ao entendimento dos enunciados, seja a partir da intenção do enunciante, quanto dos seus interlocutores. Ou seja, os efeitos da ação sobre a realidade que acompanha o que é dito depende de fatores que não se limitam ao que é linguístico, mas devem lidar também com o que Austin chamou de condições de felicidade para o sucesso do que se almejou fazer ao dizer algo (AUSTIN, 1982).

²² Frisa-se aqui que a leitura que Judith Butler faz de J. L. Austin se dá através de Jacques Derrida (CARDOSO, 2009). Segundo Kira Hall, entre as principais críticas direcionadas ao autor da teoria dos atos de fala, se encontra a de Derrida, a partir da teoria literária, que questionou a relevância dada por Austin à intenção do autor do ato de fala num texto escrito, no qual o contexto da sua produção pode ser sempre irrelevante na sua leitura (HALL, 2000). Para Derrida, o contexto nunca pode ser identificado, já que os atos de fala operam através de um potencial de iterabilidade sem fim, ou seja, da repetição dos atos de fala dentro de uma história discursiva que perdeu o seu contexto original (HALL, 2000).

O performativo não é apenas um ato de um sujeito pré-concebido, mas um ato das maneiras poderosas e insidiosas nas quais os sujeitos são chamados ao ser social, iniciados numa socialidade por uma variedade de interpelações difusas e poderosas. Nesse sentido, o performativo social é uma parte crucial não apenas da formação do sujeito, mas da contestação política corrente e também da reformulação do sujeito. Desse modo, o performativo não é somente uma prática ritual: ele é um dos rituais influentes pelos quais sujeitos são formados e reformulados (BUTLER, 1999, p. 125, tradução minha).

No caso dessa citação, Judith Butler se refere aos movimentos de resistência femininos e raciais. Porém, o que vimos até aqui sobre a performatividade pode muito bem continuar a ser pensado junto aos policiais e os seus relatos. Nas narrativas estudadas, a queixa é performativa na medida em que, ao contextualizar uma condição de vítima na sua busca por transformar o seu presente ao nível da interlocução que a tornou possível, ela dá condições que um certo sujeito policial emerja através da interação entre o narrador e o seu ouvinte - sujeito esse que, porém, não acontece de maneira estável ou unívoca, mas que constitui-se dentro de relações que nunca são de todo dadas. Dessa forma, ao longo da prática que é o falar, o policial torna-se “policial” numa pragmática constante tanto para ele como para quem eles entram em contato. Quanto a isso, as suas narrativas são importantes testemunhas. As nossas conversas, os encontros que muitos policiais chamavam de “entrevistas”, eram elas mesmas performativas, conversas nas quais os policiais não apenas constituíam-se enquanto tais diante de um outro, mas tinham uma oportunidade de refletir sobre si mesmo e sobre a sua prática ao longo do contar, e de alguma forma procuravam constituir o lugar desse outro na relação estabelecida com ele. As narrativas, dessa forma, transbordam os seus narradores na medida em que elas são também experiências abertas por ser

interpelativas, por escaparem daquilo que se quer determinantes nelas e nos seus sujeitos (BUTLER, 1999), e pelo fato das formas de subjetivação dessas relações estarem entre os pontos a se criarem ao se conectarem através do contar (INGOLD, 2007).

Por fim, vale ressaltar que a importância considerada à possibilidade de se queixar, mesmo que seja para um estrangeiro inesperado, é acompanhada por certas expectativas que participam na constituição subjetiva dos policiais através das suas narrativas. Tais expectativas puderam ser percebidas ao longo de uma conversa que tive com o agente Juan numa estação de metrô em que ele estava de serviço. Na oportunidade, depois de se queixar de diversos problemas e dificuldades enfrentados pelo policial no seu país, Juan passou a associar as “injustiças” contadas por ele à impossibilidade de reclamar em instância alguma sobre os seus problemas. Segundo ele, os policiais se consideram “presos” por não poder protestar de modo algum contra as medidas da atual *ministra de la seguridad* argentina, Nilda Garré, “a chefe de todos os policiais”. Juan relatou então um caso em que essa ministra, ao perceber “anormalidades” cometidas por oficiais da PFA, passou a “cortá-los”, “mandá-los para as suas casas”. Porém, como consequência das ações contra os oficiais, os sub-oficiais também foram afetados na medida em que ficaram sem o dinheiro para alimentação durante o serviço e o tempo de descanso. Quanto a isso, “não há explicação”, disse indignado Guillermo, que se queixava, do fato de não poder reclamar em instâncias formais sobre a situação que denunciava, de ainda correr o risco de ser preso por isso. “Nem que seja só para ser ouvido!”, completou com um tom ainda mais revoltado.

Nessa queixa do agente Juan, o problema não está nas demissões dos oficiais que cometeram “anormalidades” e nem se resume ao corte do dinheiro que os policiais recebiam para o lanche durante o serviço. A principal queixa é o fato dos policiais não encontrarem instância alguma na polícia em que possam dar as suas opiniões, nem que seja para não resolver, mas para ao menos ter as suas opiniões escutadas pelos seus “chefes”. A revolta de Juan traz junto uma demanda por reconhecimento²³ através da escuta, por algo que ele não

23

Ao falar sobre expectativas de reconhecimento e das dinâmicas de reciprocidade que elas animam nas narrativas dos policiais, gostaria de apontar

se sente correspondido dentro da PFA e, a julgar pela aversão à polícia associada às “pessoas em geral”, em não muitos espaços fora dela. Mas o ponto mais importante da indignação do agente está ao demonstrar que, ao se fazer escutar, a relevância e o lugar de alguém transforma-se. Nesse sentido, a importância em ser escutado participou ativamente na transformação do encontro com o estudante estrangeiro em uma oportunidade de queixar-se.

Ao narrar as “injustiças” a que se veem submetidos, os policiais demonstram também certas expectativas de reciprocidade²⁴ pelo serviço que fazem em forma de “respeito” e “reconhecimento” em relação às “pessoas em geral”, à “sociedade”, e ao “governo atual”. Frustradas pelo que vêm encontrar ao longo da atividade policial no seu país hoje, essas expectativas movem grande parte das queixas dos narradores, principalmente quando se trata de reclamar das políticas e ações consideradas “descabidas” do “governo atual” que visam, segundo eles, apenas prejudicar a polícia e o policial, e em relação às quais eles

desde já o importante trabalho de Axel Honneth (2009) sobre a temática do reconhecimento e das lutas sociais contemporâneas. Em *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, esse autor discute a questão do reconhecimento em termos da interação social, através dos quais é possível situar o reconhecimento enquanto experiências de alteridade (HONNETH, 2009). Com isso, o autor define três tipos de reconhecimento, cada um com implicações sociais e políticas bastante diferentes entre si, e com a sua frustração constituindo um insulto ou ameaça que estimula uma luta para superá-la (HONNETH, 2009). Os três tipos de reconhecimento apontados por Honneth são: demanda por *amor*, que confirma a confiança nos sentidos básicos de alguém e seus necessidades e cria a base para *auto-confiança*; demanda por *direitos*, através dos quais se aprende a reconhecer os outros como seres humanos independentes com direitos e cria a base para *auto-respeito*; e, por fim, demanda por reconhecimento como uma pessoa única, a base para a auto-estima e uma vida social complexa e tolerante (HONNETH, 2009). Entre os aspectos relevantes elencados por Honneth sobre as lutas por reconhecimento, é importante salientar, esse autor destaca que o lugar central que ocupa a moral nessas lutas, sendo conflitos sempre motivados por convicções morais, ainda que em diferentes graus a depender do que está envolvido neles (HONNETH, 2009).

²⁴ A questão das expectativas de reciprocidade no ofício policial será melhor aprofundada no segundo capítulo.

contam não poder fazer nada, pois se encontram subordinados hierarquicamente aos mesmos governantes que “não gostam da polícia” e “castigam” os policiais. Situação essa que é agravada pelo fato de os policiais esperarem que o governo seja o primeiro a lhes defender, pois é para ele que eles trabalham – entretanto, ao contrário, o que eles veem é esse governo preferir se associar a “movimentos populares” e “de esquerda” que hostilizam a polícia. Desse modo, ao se apresentarem como vítimas de um desprestígio injusto, as narrativas dos policiais são queixas da decepção, de expectativas não cumpridas, de um descompasso entre o que se espera da atividade policial e o modo com que ela é tratada pelos outros. E o encontro com o estudante estrangeiro interessado em ouvi-los concede aos policiais a oportunidade de se colocar, ao seu modo, na condição de vítima e de poder demandar, no espaço da nossa interlocução, o reconhecimento da sociedade e do governo da Argentina que consideram merecidos por serem policiais.

SEGUNDO CAPÍTULO – Os ofícios policiais

“Ayudar a las personas” e “Proteger a la gente de bien”

No capítulo anterior, foi discutido como as narrativas dos policiais federais argentinos não apenas contaram e descreveram as suas experiências e opiniões, mas também se tornaram oportunidades para que os policiais narrassem o que vivem e o que pensam em forma de queixas para um estudante brasileiro interessado em ouvi-los. No que tange à atividade policial cotidiana nesses relatos, ela foi contada transversalmente a outros assuntos, tais como o “governo atual”, os “direitos humanos” e os baixos salários. Mas, se por um lado, essas narrativas de situações em serviço serviram para ilustrar ou conferir o peso da experiência vivida às reclamações, críticas e lamentações feitas pelos narradores, por outro, elas também refletiram e situaram o serviço policial de maneira mais ampla no que foi narrado.

Sobre o ofício policial, quando os policiais falavam acerca desse assunto, eles demonstravam algumas expectativas quanto ao que eu estaria esperando que eles me contassem sobre o que fazem na sua profissão. Como na segunda das várias conversas que tive com o sargento primeiro Mariano na pequena sala que lhe serve de escritório no necrotério judicial portenho, quando pedi a ele que me contasse alguma experiência marcante dos seus vinte e quatro anos na polícia, algo que jamais esqueceria ou que, por exemplo, contaria para os seus netos. O policial ficou em silêncio e pareceu demorar para ter alguma reação ao meu pedido e então passou a se mostrar cada vez mais absorto nos seus pensamentos, enquanto parecia procurar alguma situação de relevo e que talvez poderia ser considerada marcante. Entretanto, de repente, Mariano me devolveu um olhar desconfiado e disse, com o dedo em riste: “Se queres ouvir alguma dessas histórias de tiro, perseguição e essas coisas, não tenho nada para falar. Só fiz algumas prisões até hoje, mas nada demais.” Apesar da diferença de posturas, a reação de Mariano foi de certo modo parecida com a do agente Juan, quando o convidei a participar da pesquisa na oportunidade em que nos conhecemos numa estação de metrô do centro de Buenos Aires.

Hesitante, ele disse que não poderia contribuir muito, que não tinha nada para contar, pois estava há “apenas um ano e meio na polícia” e não tinha passado por nenhuma situação de prisão, tiro ou de uso da força que pudesse contar – o que, presumiu o policial, era a respeito do que eu estava interessado em ouvir.

Em ambos os casos, apesar das negativas que marcaram esses seus comentários, os policiais afirmavam algo em relação a mim, sobre o que seriam as minhas expectativas com aquelas “entrevistas” com eles. Ao frisar que não poderiam relatar situações em que usam a força física, Mariano e Juan acabaram por contar bastante sobre como viam o meu interesse em ouvir o que os policiais tinham para contar. Em algum ponto, a curiosidade que me levou até os policiais foi associada por eles à imagem através da qual se veem vistos pela “sociedade”, como alguém fardado, que porta e usa a arma de fogo, que tem permissão e faz uso da força física. As ressalvas desses policiais em relação às “histórias de tiro, perseguição e essas coisas” não apenas buscavam me alertar que não tinham relatos desse tipo para fazer, mas também tentavam dissociar a sua prática profissional da imagem através da qual se veem vistos pelas outras pessoas, como alguém que tem no uso força física o principal elemento do seu trabalho.

Mas, se, por um lado, as ressalvas e esclarecimentos de Mariano e Juan referem-se, de certo modo, ao que imaginam ser pensado sobre os policiais, por outro, a maneira com que os narradores se percebem na perspectiva da “sociedade” é ela mesma contextualizada e refletida no que contam. Por exemplo, quando no início da conversa com o agente Juan, as suas primeiras palavras foram de lamentação sobre o fato de que “na Argentina, as pessoas levam muito a mal os policiais”. Segundo ele, “os outros acham que os policiais são violentos, que nós abusamos do poder, que somos corruptos. Ninguém gosta da polícia aqui e somos muito mal vistos pelo governo, pelas pessoas, por todos”. Em lamentos e reclamações como da introdução da narrativa de Juan, muitos policiais não se viram associados apenas ao uso da força física, mas também, e principalmente, ao seu exagero e descomedimento, ao corrompimento

da permissão que lhe foi concedida, a desvios que, segundo eles, muita gente considera comuns da sua profissão no seu país²⁵.

Em relação ao modo com que os policiais se veem associados pelas outras pessoas ao uso da força física, faz-se importante trazer a essa reflexão o que Theophilos Rifiotis (2008b) discute sobre os “discursos contemporâneos vinculados à violência”. Esse autor, ao se propor fazer uma “genealogia da violência”, afirma que a “violência” tem uma história e que, nos termos com que é pensada atualmente, ela configura, antes de tudo, um “problema social”, um termo que funciona nos discursos como um operador que descreve e qualifica moralmente os acontecimentos aos quais é associado (RIFIOTIS, 1999; 2008a). Com isso, em relação ao que pode ser vinculado à “violência”, há um perda de legitimidade generalizada na medida em que aquilo que é considerado, de algum modo, “violento” é tratado como anti-social e reveste-se de negatividade (RIFIOTIS, 2008a). No que tange a polícia e os seus membros, os quais são associados ao uso da força física e têm nele o ícone que dá inteligibilidade à sua atividade profissional para os não-policiais, a negatividade atribuída ao “violento” coloca o policial diante de um conflito marcado por expectativas e impressões ambíguas quanto o seu uso da força. Por um lado, os policiais são preparados e equipados para que se possa esperar deles que resolvam problemas em que potencialmente se utiliza a força física, por outro lado²⁶, há dá parte

²⁵ É importante salientar que esse modo com que os policiais federais argentinos se veem vistos não é exclusividade deles. Como demonstram muitas obras, essa percepção do policial como alguém “violento” e, mesmo, digno de suspeita, acontece em outros lugares, como aponta F. Cathala (1975) ao comentar a polícia francesa, bem como Naldson Ramos da Costa (2004) ao falar sobre a luta por cidadania contra a “violência policial” no estado do Mato Grosso e Steve Herbert (2010) sobre o Departamento de Polícia de Los Angeles que em grande parte da década de 1990 se esforçou em melhorar a sua imagem em relação às opiniões pública, bastante afetada após alguns flagrantes de “abuso policial” contra jovens negros.

²⁶ Em relação às expectativas de que os policiais usem a força física em seu trabalho, Rifiotis, ao falar da “violência policial”, comenta que “ao mesmo tempo em que se identifica uma rejeição genérica da polícia, encontra-se uma demanda de direitos civis que exigem a ação policial eficaz. Porém, tal eficácia tem sido apropriada desigualmente na nossa sociedade, na maioria das vezes

deles uma “perplexidade em face da incompreensão social com relação ao trabalho profissional do policial, sobretudo no que se refere ao uso da força e ao tipo de trabalho que implica envolver-se com o crime”²⁷ (RIFIOTIS, 1999, p. 38). Diante da negatividade daquilo que é vinculado de algum modo à “violência” e diante das expectativas ambíguas em torno do seu uso força física, o policial passa então a ocupar uma zona cinza ao longo da sua atuação, que varia conforme as interações em cada caso em que ele se envolve.

Assim, ao se perceberem vistos negativamente a partir do uso da força física como “violentos” e associados ao “abuso” e à “corrupção”, as expectativas demonstradas por Mariano e Juan em relação ao meu interesse em ouvi-los, como uma curiosidade por relatos de situações em que a força física teve de ser empregada, não estão dissociadas do próprio modo com que os policiais se percebem aos olhos dos outros. Curiosamente, se esse fosse de fato o meu interesse ao procurar conversar com policiais, eu ficaria um tanto desapontado, pois, em relação ao relato do emprego da força física por parte de policiais, nota-se certo pudor. Falou-se pouco desses momentos, e, quando se chegou a tratar desse assunto, se fez com poucas palavras, sem se estender demais ou entrar em detalhes. Em contrapartida, quando se tratava de falar sobre “ser policial” e o que se faz na sua profissão, os narradores recorriam a um vocabulário em que expressões como “ayudar a las personas”, “colaborar con la gente” e “proteger a la gente de bien” serviam para descrever grande parte da sua prática.

Como na oportunidade em que eu e o agente Guillermo nos encontramos numa estação de metrô do centro de Buenos Aires, no seu horário de serviço. Num certo momento, uma senhora surgiu e acenou do outro lado das catracas, solicitando ao policial que lhe solucionasse uma dúvida. Ele pousou a sua cuia de mate sobre uma mesinha ao lado da sua cadeira e se levantou em direção à mulher. “Ela só queria saber quais conexões fazer para chegar numa estação lá...” me explicou

como demanda de ordem e tematiza em torno da vigilância e da repressão das ‘classes perigosas’” (RIFIOTIS, 1999, p. 38).

²⁷ Rifiotis apontou essa perplexidade a partir do que “têm comentado oficiais da polícia militar, e conforme observamos nos nossos contatos [com policiais] em Santa Catarina e na Paraíba” (RIFIOTIS, 1999, p. 38).

enquanto voltava e retomava o seu assento. Era a hora do *rush*, pouco mais das 18 horas, e aquela havia sido a enésima vez que a nossa conversa era interrompida por um usuário do metrô que recorria ao policial. Dessa vez, porém, o auxílio prestado pelo agente Guillermo acabou por alongar-se um pouco além do habitual, o que nos levou a esquecer sobre o que ele estava falando anteriormente. Para retomar a nossa conversa, lancei mão de uma daquelas questões que se imagina que os interlocutores tenham sempre alguma coisa para dizer: “o que é ser policial?”. Diante dessa pergunta como essa, que pode levar o narrador a idealizar a sua profissão, as palavras de Guillermo não vacilaram, apesar do seu esforço nítido em tentar achar os termos mais justos para o que procurava responder: “Ser um policial... para ser policial, é necessário que se tenha uma vocação, tem que ter um caráter sério, tem que gostar de ajudar as pessoas. O policial tem que ter vocação, vocação para colaborar com os outros. É isso o que fazemos”.

Ao falar sobre “ser policial”, Guillermo se refere, antes de tudo, a uma “vocação”, a algo que deve ser inerente a alguém que tem interesse em ingressar na polícia. Desse modo, ao tratar do que é “ser policial”, o narrador passa a descrever um “para ser”, ou seja, todo um conjunto de condições necessárias para que se atue enquanto um policial. Em muitos dos relatos estudados, falar daquilo que se é e que se faz enquanto policial é abstraí-lo e colocá-lo nos termos de uma vocação, uma inclinação pessoal, e de uma conduta que deve ser seguida. No caso de Guillermo, assim como de outros policiais, essa vocação se trata de uma determinada índole em relação às outras pessoas, uma disposição natural em “ajudá-las”, pois “é isso o que fazemos”.

Ao longo do tempo em que passamos juntos ali, o agente Guillermo constantemente proporcionava exemplos de como tal “ajuda” poderia se dar. A maior parte dessas ilustrações, que se deram através da atenção que ele prestava aos usuários do metrô enquanto conversávamos, como quando o policial tirava as suas dúvidas sobre quais trens pegar, ou quando ele abria a passagem por fora das catracas para as pessoas, em sua maioria idosas, que não precisavam pagar para entrar nas estações, e mesmo quando ele foi ter com um homem acusado de ameaçar alguns passageiros. Nessas situações, Guillermo, que se encontrava sentado na sua cadeira a tomar o seu mate, conversa comigo

e observar o movimento na estação, era acionado por alguém que precisava do seu auxílio e prontamente respondia aos pedidos de “ajuda” que lhe faziam – a grande maioria deles não lhe obrigavam a sair de onde estava, mas em alguns casos ele se deslocou até onde precisavam dele. Entretanto, o momento mais interessante da “ajuda aos outros” como o ofício do policial se deu num relato em particular, quando já rumávamos para o final da nossa conversa. Na oportunidade, eu havia voltado a pedir ao agente que contasse uma situação de trabalho policial que lhe havia sido “especialmente marcante”, algo que ele jamais esqueceria, por qualquer que fosse o motivo. Como nas vezes anteriores em que eu lhe havia feito esse pedido, Guillermo demonstrou um esforço considerável para tentar respondê-lo. Ele se calava e estreitava os olhos e cerrava a boca, parecendo profundamente absorto nos seus pensamentos e memórias. Às vezes, murmurava consigo mesmo um “teve um dia...”, mas logo mudava ideia, “não, não... isso não foi importante...”. Dessa vez, porém, depois de chegar a desistir novamente, ele se viu pego de surpresa pela lembrança de uma situação que julgou imediatamente marcante. Num salto, Guillermo disse:

Ah! Teve uma vez que eu e um colega estávamos fazendo a ronda na rua, de noite. Então, numa região mais escura, vimos que havia alguém sentado no chão, gemendo. Fomos até essa pessoa e era uma senhora chorando ali, no chão. Começamos a conversar com ela, tranquilizá-la, até que ela disse que estava chorando na rua, escondida, por causa do seu marido, que lhe batia muito em casa. Eu e o meu colega fomos até a casa dessa senhora para ver o que estava acontecendo lá, e fomos atendidos pelo seu marido, que era grande e forte, e não quis nem saber, veio para cima de mim, dando porrada, se jogando mesmo. No chão, conseguimos dominá-lo e prendê-lo. Na delegacia, já depois, tivemos uma surpresa, esse sujeito tinha várias ocorrências pendentes na sua ficha, inclusive de assassinato. Ele ficou preso e acabou sendo condenado a quinze anos de prisão. Essa senhora até hoje me

liga, dizendo que eu salvei a sua vida. Hoje ela vive no interior da província, vendeu a casa que tinha aqui e comprou um lugar que esse cara nunca ache. Mas ela sempre me liga, de dois em dois meses, mais ou menos, para me agradecer, perguntar como estou e contar como ela está.

A primeira coisa que chamou a atenção nesse relato é a maneira com que os elementos que dele fazem parte interagem e como ele se conclui. Há nele a vítima indefesa, o vilão comprovadamente mau, toda uma situação de abuso e “violência” na qual o policial, como um salvador, interveio para pôr fim às injustiças sofridas pela mulher, punir o marido “violento” e, como mais tarde se descobriu, assassino, e instaurar toda uma nova ordem na vida da vítima. Mas a situação que Guillermo considerou digna de ser chamada de “marcante” não foi uma em que apenas ajudou alguém. Esse relato é importante porque conta algo marcante não somente para o policial, mas também, e principalmente, para a mulher ajudada, que viu a sua vida totalmente transformada pela “ajuda” do agente e faz questão de agradecer-lo sempre por isso. Pode-se dizer mesmo que, no final das contas, essa situação é marcante para o policial por ter sido extremamente marcante para a pessoa ajudada.

Logo após fazer esse relato, Guillermo me mostrou um presente que havia na parte debaixo da mesinha ao lado da sua cadeira. “Foi uma moça que me deu hoje mais cedo. Ela veio, me deu isso, e disse que me viu arrumando umas coisas na estação, cuidando da estação. Me lembro dela quando eu estava colocando o fone de um telefone público de volta no gancho.” Perguntei ao policial se é comum acontecer isso, de pessoas dar presentes e agradecer pela “ajuda”. Ao que o agente respondeu:

Sim, mais ou menos, mas, sim, tem gente que reconhece o nosso trabalho. Dependendo do lugar, as pessoas passam a nos conhecer, tratam bem e nos respeitam, e nos agradecem pelo nosso trabalho. Geralmente gente mais simples,

diferente das pessoas mais ricas e dos direitos humanos, que nos desrespeitam e ignoram.

Ao fazer o relato da “ajuda” que prestou à mulher e falar dos presentes e dos agradecimentos que recebe da “gente mais simples”, como o que recebeu pelo seu serviço na estação de metrô, Guillermo traz à atividade policial toda uma ordem de retribuição e reconhecimento. Isso acontece, porém, não sem criar expectativas da sua parte. Como fez questão de apontar na sua última fala, se há aqueles que dão presentes e mostram respeito e gratidão pelo que o policial faz, há também os que o “desrespeitam e ignoram”. Nota-se, com isso, que a “ajuda aos outros” não se trata de um ato unilateral, que parte apenas de um dos pontos da relação. Ele instaura, ao menos ao nível das expectativas demonstradas pelos narradores, todo um regime de reciprocidade entre o policial e aqueles que ele “ajuda”.

Em relação às expectativas de reciprocidade demonstradas por Guillermo e outros colegas seus ao longo das suas narrativas, o texto clássico de Marcel Mauss (1974), *Ensaio sobre a dádiva*, pode contribuir com a sua reflexão. Nessa obra, Mauss, à luz de etnografias e estudos sobre muitos povos feitos por outros pesquisadores, propõe uma compreensão da sociabilidade humana através do vínculo gerado pela dinâmica do dar-e-receber (MAUSS, 1974). Para esse autor, a dádiva, que diz respeito ao ato de dar para um outro alguém elementos tão diversos como objetos, mulheres, sacrifício de escravos, e etc., produz uma aliança entre quem a oferece e a recebe – e que mais tarde terá de retribuí-la (MAUSS, 1974). A dádiva, portanto, dá lugar a uma relação entre as partes envolvidas na troca, ela permite uma inter-subjetividade. Contudo, Mauss frisa o fato de que as dádivas não são livres e nem desinteressadas, ou seja, que não existe dádiva sem uma expectativa de retribuição (MAUSS, 1974). Isso porque, ao mesmo tempo que cria a sociabilidade, a dádiva gera uma obrigação na qual não se tem o direito de recusá-la e nem de se abster de retribuí-la, sob pena de se tornar moralmente inferior em relação à generosidade de quem a ofereceu (MAUSS, 1974).

Como na dádiva discutida por Mauss, a “ajuda” prestada pelo policial às outras pessoas demonstra uma expectativa de retribuição. Nas narrativas estudadas, espera-se uma reciprocidade que não se dá

meramente através de presentes, telefonemas ou de qualquer coisa em si, mas do reconhecimento que é expresso através dessas retribuições. Porém, apesar do agente Guillermo contar um caso que considera marcante por causa da amplitude dos efeitos da sua “ajuda” na vida da mulher ajudada e do vínculo criado com ela, a expectativa de reconhecimento não se dirige apenas a quem recebeu a dádiva, mas às pessoas em geral. Assim, quando Guillermo reclama das “pessoas ricas e dos direitos humanos”, ele se refere ao fato de elas ignorarem os policiais como um todo e não reconhecerem o valor do seu trabalho, e por não lhes prestarem o respeito que ele considera devido à polícia e aos seus membros pelo serviço que cumprem.

Mas, é importante frisar, se para Mauss a dádiva é um ato simultaneamente espontâneo e obrigatório no qual o interesse e o desinteresse não podem ser plenamente separados, para os narradores, os policiais “ajudam” as outras pessoas, antes de tudo, por dever – esse é o seu serviço, essa é a sua vocação, e a sua obrigação. Não há espaço, portanto, para ações espontâneas no serviço da polícia, o policial faz aquilo que se espera que ele faça. Contudo, isso não impede que a sua atuação seja atravessada por expectativas de reciprocidade em forma de reconhecimento em relação às pessoas em geral, à “sociedade” e, mesmo, ao “governo atual”.

Sobre as contrapartidas e trocas existentes ao longo do trabalho policial, José Garriga Zucal (2010) dá condições de pensá-las a partir do seu estudo junto a policiais da província de Buenos Aires sobre o uso da força que não é regulamentado e os argumentos morais que os justificam. Para Zucal, o uso da força por parte do policial possui um caráter relacional e, por isso, ele é aplicado segundo as diferentes características de cada interação, entre as quais podemos citar os seus limites morais, que definem o permitido e o proibido, o tolerável e o intolerável (ZUCAL, 2010). A partir do reconhecimento desse caráter relacional, o autor discute o que ele chama de réplica, o uso da força física acionado pelo policial como uma resposta moralmente tolerável a formas variadas de interação, como ações violentas, abuso verbal e o desacato de seus interlocutores (ZUCAL, 2010). A réplica acontece, porém, não com o objetivo de corrigir o delinquente, mas de liquidar uma dívida moral na situação em que ela é contraída. Assim, como uma concepção moral, a réplica legítima aos olhos dos policiais certos usos

da força física que de outra maneira seriam considerados ilegítimos (ZUCAL, 2010).

A réplica como a retribuição de uma dívida moral baseada numa agressão recebida constitui um outro lugar em que policiais podem desenvolver relações de reciprocidade com os seus interlocutores. No caso, diferentemente das expectativas de reconhecimento dos policiais, trata-se de uma reciprocidade²⁸ baseada num uso da força física que equilibra moralmente uma relação. Além disso, enquanto a réplica funciona de maneira quase imediata e é dirigida a alguém em especial, as expectativas de reconhecimento dos narradores não se resumem ao momento da “ajuda” e nem à pessoa ajudada. Nesse caso, a reciprocidade encontra-se tanto na ordem da relação entre o policial e quem foi ajudado por ele, como num âmbito mais amplo, no qual se espera da “sociedade” e das “pessoas em geral” um respeito considerado devido à polícia e aos seus membros. Como foi visto no primeiro capítulo, muitas das queixas dos policiais se referem ao fato de eles não se verem contemplados pelo reconhecimento que esperam pela função que cumprem.

A discussão sobre reciprocidade e a atuação policial feita até aqui pode ser aprofundada a partir do que Sabina Frederic (2008) escreveu sobre a diferença entre “serviço” e “trabalho” verificada por

²⁸ Anteriormente discutimos a reciprocidade à luz da dádiva de Marcel Mauss, o que associa o reciprocitar ao que Marcos Lanna (2000) chamou de “ideologia da generosidade”. Porém, como Marshall Sahlins (1972) demonstrou, a reciprocidade pode possuir um sentido bem mais amplo. No caso desse autor, ele discutiu a reciprocidade a partir de um modelo das esferas concêntricas, através do qual ela assume diversas formas, entre as quais a “negativa”, que se refere a ações que visam receber vantagens utilitaristas. No caso da réplica descrita por José Garriga Zucal, ela pode ser melhor pensada junto à “reciprocidade balanceada”, que Ruthy Nadia Laniado (2001) resumiu da seguinte maneira ao discutir reciprocidade e confiança: “Reciprocitar, neste caso, tem um sentido útil e acontece por meio de uma troca entre coisas de valor balanceado (mercadoria por dinheiro), sendo realizada de imediato, sem intervalo de tempo entre o dar e o receber. (...) Não é um tipo personalizado como a reciprocidade generalizada, mas envolve algum nível de (re)conhecimento entre as partes e envolve um grau de relação social” (LANIADO, 2001, p. 230).

ela junto a policiais da província de Buenos Aires. Segundo essa autora, o entendimento do que o policial faz “como uma profissão culturalmente autônoma supõe em certa medida que a mesma não seja vista como ‘trabalho’, mas como um ‘serviço especial’” (FREDERIC, 2008, p. 68, 69, tradução minha) de índole sacrificial e que se faz independentemente do salário e das suas condições de atuação. Inicialmente, o caráter especial considerado ao ofício policial contribui para entender como acontece parte da expectativa de reconhecimento por parte dos policiais interlocutores dessa pesquisa. Entretanto, a discussão de Frederic prossegue afirmando que a relevância do ofício policial enquanto serviço está relacionada principalmente ao âmbito formal da atividade policial, enquanto o “*trabajo policial*” se refere ao cotidiano e situações consideradas informais pelo policial (FREDERIC, 2008). Para Frederic, a coexistência de uma visão oficial entre os policiais sobre aquilo que fazem e de uma outra que também organiza as suas práticas, porém de um modo “mais silencioso” e informal, pode produzir tensões e ambiguidades experimentadas pelos próprios policiais ao longo das suas atividades (FREDERIC, 2008).

Apesar de Frederic não ter trabalhado junto a policiais federais argentinos, essa sua discussão é importante nesta dissertação por relevar a coexistência de dois âmbitos distintos e inter-relacionados na atuação policial, um formal e outro informal. Os policiais federais ao me contarem o seu trabalho como “ajuda aos outros”, descrevem a sua prática profissional antes de tudo em termos do que consideram ser formalmente esperado de um policial, através do seu dever e da sua vocação necessária. Contudo, a expectativa de reconhecimento que participa da atividade policial contada traz em si uma ambiguidade. Pois, se de um lado, a reciprocidade da “ajuda” se dá em relações que escapam à lógica formal do serviço policial e estabelecem um espaço informal que atravessa a profissão, por outro lado, a sua expectativa é narrada em termos de um respeito considerado necessário para com os policiais e a polícia. Desse modo, ao mesmo tempo que abre a possibilidade para que se instaurem relações informais ao longo da atuação policial – tal como os presentes e os telefonemas recebidos por Guillermo, o reconhecimento que o agente Sebastián se gaba de receber das pessoas que vivem na região em que trabalha, e etc. –, a reciprocidade esperada pelos policiais é pensada também em termos de

uma obrigação que é a contrapartida do dever cumprido pelo policial no seu serviço. Ou seja, a reciprocidade é ela mesma moralmente formalizada nas narrativas estudadas.

Nas narrativas dos policiais federais, a “ajuda às outras pessoas” define o ofício policial, é para isso que se tem vocação ao ingressar na polícia, esse é o seu dever e o que, no final das contas, o policial faz. Algo não muito diferente do que Sabina Frederic (2008) relata ter escutado dos policiais da província de Buenos Aires. A partir do contato com esses policiais, essa autora afirma que “o serviço ao outro como ajuda, num sentido geral, é uma disposição que os policiais reconhecem como propriamente policial, que faz do seu trabalho um trabalho moralmente aceitável” (FREDERIC, 2008, p. 76, tradução minha). O ofício policial, nesse caso, portanto, é contado enquanto “ajuda” como parte de uma estratégia interlocutória que procura valorizar o que o policial faz.

Sobre o que Frederic aponta enquanto uma busca por valorizar de alguma maneira a atividade policial no seu estudo, as estratégias apontadas por essa autora podem ser pensadas em relação às narrativas aqui estudadas. Como vimos até aqui, grande parte dos narradores contam o serviço policial nos termos de “ajuda”, algo que se torna especialmente digno de nota por se tratarem, em sua maioria, de relatos que tomam a forma de queixas – dentro das quais o narrador busca assumir uma posição de virtude moral na construção da sua vitimização. Ao contar o que faz enquanto “ajuda aos outros, o policial não apenas demonstra uma utilidade constante e que pode assumir diversas formas em relação às necessidades alheias e da sociedade, mas ele também procura tornar a sua profissão “moralmente aceitável” na medida em que aquilo que o policial faz é, no final das contas, uma forma de “ajudar” alguém em necessidade – independente se com ou sem o uso da força física. Com isso, nas queixas estudadas, a “ajuda” contribui para que o policial se constitua ao longo da interlocução enquanto um sujeito que se não restringe àquilo que se vê associado, como as “armas”, a força física e o conflito. Ou seja, ao se contar como alguém que se demonstra sempre disposto a “ajudar” os outros, o policial procura se dissociar da imagem através da qual se vê visto por esses outros, e, assim, assumir a posição de virtude moral necessária para a sua queixa.

Portanto, através da “ajuda” enquanto ofício policial, os narradores procuram resolver, ao performatizar as suas queixas, a posição ambígua e conflituosa em que se reconhecem por utilizarem a força física na sua profissão. Essa posição acontece, como vimos, pelo fato de que, por um lado, eles são equipados e preparados para resolver problemas em que a força física pode vir a ser necessária, e, por outro, porque se veem vistos associados não somente ao uso da força física, mas ao seu “abuso”, à “violência”, pelo fato de serem policiais. Diante disso, ao contar o seu ofício enquanto “ajuda”, aos policiais é concedida a oportunidade de relativizar o peso do uso da força física naquilo que a atuação policial faz, e não apenas tomar uma posição que, nos termos de Frederic (2008), seria “moralmente aceitável”, mas moralmente digna ao ponto de criar junto aos narradores toda uma expectativa de reciprocidade através de “respeito” e “reconhecimento” em relação às outras “pessoas”, à “sociedade” e ao “governo atual”.

Porém, não é o caso de ignorar a possibilidade de que muitos policiais contaram a sua prática profissional enquanto “ajuda às outras pessoas” para, de certo modo, conceder àquilo que reconhecem como seu serviço cotidiano um caráter propriamente policial. Diante de uma atividade que os narradores percebem ser bastante associada a algo que eles relataram pouco fazer, o uso da força física, o ícone do trabalho policial, a “ajuda” proporciona ao ofício policial narrado uma utilidade e importância que não depende da força física para acontecer. Dessa forma, aquilo que os policiais fazem nas estações de metrô, nos necrotérios, em prédios públicos, e outros lugares em que pude conversar com eles, não é menos “policial” que as outras atividades comumente relacionadas à essa profissão e que envolvem o que o sargento primeiro Mariano chamou de “tiro, perseguição e essas coisas”.

Mas é importante salientar que, apesar da maioria das narrativas estudadas tomar a forma de queixas e descrever o ofício policial enquanto “ajuda às outras pessoas”, nem todos os policiais narraram o que fazem e o que são dessa maneira. Um exemplo de um policial que participou dessa pesquisa e que veio contrastar em muitos pontos com a maioria de seus colegas foi a do sargento primeiro José. Na oportunidade em que o conheci, eu estava numa estação de metrô perto de onde morava e vi um policial sentado ao lado das catracas, absorto enquanto manuseava um telefone celular. Com o trabalho de campo em

andamento naquela época, me dirigi até ele para convidá-lo a participar da pesquisa. A conversa que se iniciou aí durou cerca de dez minutos, nos quais ele aceitou o convite e me contou de uma prisão que havia acabado de fazer. No caso, uma senhora havia sido assaltada próximo à parada do metrô, e José, que então caminhava por aquela parte da estação, logo alcançou o ladrão. Diante da reação do *delincuente*, o policial contou que teve que “dar duas porradas na cara” do sujeito para efetuar a prisão. Esse assunto dominou o primeiro contato com José, que nos passou o número do seu celular para marcarmos um encontro com mais calma.

Nota-se que, em relação às narrativas que descreveram o serviço policial como “ajuda” aos outros, as palavras do sargento primeiro José trazem uma mudança considerável de tom. Primeiramente, porque o meu interesse em ouvi-lo não se tornou para ele uma oportunidade de se queixar pela sua vida como policial. Diferente dos outros narradores, as suas narrativas foram tratadas como oportunidades de falar de si, de se mostrar, e, principalmente, de se gabar pelo policial que é. Não foram poucas as ocasiões em que, por exemplo, José, com um ar soberbo, se comparava aos seus colegas e afirmava que eu, na minha pesquisa, “não iria encontrar um policial como ele”. Outra diferença significativa em relação aos outros narradores ocorreu quanto ao modo de contar o ofício policial. Sobre esse assunto, o sargento primeiro descreveu a prática policial em termos do que pode ser entendido como “*protección a la gente de bien*”.

Dentro disso, ao contrário dos seus colegas, José concede ao uso da força física um lugar de destaque nas reflexões e relatos que fez ao longo das suas narrativas. Algo que pode ser percebido já na nossa breve primeira conversa na estação de metrô, quando grande parte da atenção do seu relato estava voltada à prisão que contava a mim e à minha companheira. Enquanto outros policiais demonstraram certa economia e pudor ao contar situações em que tiveram que utilizar a força física, José frisava nesse primeiro encontro os “dois socos na cara” que deu durante a prisão do ladrão. Em outra oportunidade, assim que nos acomodamos num café próximo onde ele trabalhava naquele dia, José fez questão de apontar para dois pequenos broches que carregava na sua farda. “Esses aqui são dois *delinquentes* que matei”, mostrou, e passou então narrar esse episódio, no qual se viu diante de um tiroteio

com esses dois sujeitos que assaltavam um mercado e teve que reagir rápido. Portanto, ao mesmo tempo que descreve o serviço policial como “proteção das pessoas de bem”, José considera ao uso da força um lugar relevante nas suas narrativas.

Entretanto, é importante salientar, ao se falar em uso da força física a partir dos relatos estudados, não se está utilizando esse termo como sinônimo de “violência”²⁹. De forma parecida com os policiais militares catarinenses que estudei em outra pesquisa (KNABBEN, 2008)³⁰, os policiais federais argentinos contam o uso da força física como um meio técnico e criterioso para se atingir determinados objetivos na sua atuação. Como quando o agente Julio contou que “não costuma utilizar a força porque ela depende das situações” e ele enfrentou “poucos momentos em que a força física foi demanda”. Julio então me explicou, como os policiais catarinense fizeram antes, que “a polícia faz um *uso escalonado de la fuerza*”, ou seja, que o policial

²⁹ Utiliza-se aspas ao redor do termo violência nesse trabalho por reconhecer em relação a essa expressão termo, conforme Rifiotis (1997), um caráter polissêmico, através do qual o seu campo semântico tem estado em crescente extensão e relacionado cada vez a diversos âmbitos. Assim, ao reconhecer que a “violência” não se resume a um sentido unívoco e moralizante que lhe aplica uma “negatividade” necessária sobre as relações humanas, como algo que as obstrui e as quebra, esse trabalho faz questão de marcar a diversidade de sentidos que esse termo carrega e apontar que eles são possuem uma “positividade” própria na medida em que a “violência” pode participar na constituição das relações e estrutura os grupos e coletividade (RIFIOTIS, 1997). Quanto a essa “produtividade” da “violência”, faz parte dessa pesquisa compreender como ela se dá ao longo das narrativas dos policiais federais argentinos estudadas.

³⁰ No caso, estudei narrativas de policiais militares de Santa Catarina que contaram a sua atuação junto a manifestações públicas contra o aumento de tarifas de ônibus em Florianópolis (SC) nos anos de 2004, 2005 e 2007 (KNABBEN, 2008). Esses eventos, tal como narraram os policiais, foram marcados pela “violência”, “caos” e “confrontos” entre a polícia e os manifestantes (KNABBEN, 2008). Nesses relatos, os policiais contaram o modo com que utilizaram a força física a partir de critérios técnicos, segundo o “uso escalonado da força física”, e contrapuseram essa aplicação criteriosa com a “violência”, “quebra-quebra”, “desrespeito” e “baderna” dos manifestantes (KNABBEN, 2008).

calcula a força a ser aplicada segundo as necessidades de cada situação. Nesse sentido, os policiais emprestam ao uso da força física um caráter técnico e controlável a partir de critérios bem definidos. Algo que o sargento primeiro José tentou me demonstrar quando contou que matou os dois *delinquentes*:

Eu não atirei para matá-los. Eu fiz como a técnica que nos é ensinada, dei dois disparos seguidos, [o policial fez então com as mãos um revólver, e, como se estivesse atirando, soltou uma onomatopeia, *pá-pá*], apontando para os seus membros. Eu mirei nos braços deles, para desarmá-los, mas pelas circunstâncias da situação acertei os tiros no tronco dos *delinquentes*, que vieram a falecer. Mas, se queres saber, as mortes deles não me incomodam. Pelo contrário. Aquilo ali era gente ruim.

Nas narrativas estudadas, portanto, uma coisa é o uso da força empregado pelos policiais, que é técnico, criterioso e, em certa medida, controlável. Outra, completamente diferente, é a “violência”, que é atribuída a elementos que se encontram fora do âmbito profissional e moral dos narradores, como os *delinquentes*, civis e, mesmo, “policiais corruptos”. A “violência” encontra-se, ao contrário do uso da força física aplicado pelo policial, associada ao descontrole, à falta de critérios e, principalmente, à ilegitimidade. A partir dessa comparação, pode-se notar que a legitimidade³¹ do uso da força física encontra-se ancorada

³¹ Sobre a diferença encontrada nas narrativas estudadas entre o uso da força física exercido pelos policiais e a “violência”, é interessante observar quando Jacques Derrida (2007) ressalta a dificuldade em traduzir o termo *gewalt* ao discutir um texto de Walter Benjamin que se chama *Zur Kritik der Gewalt* (em inglês traduzido como *Critique of violence* e em espanhol como *Para una crítica de la violencia*). Segundo Derrida, *gewalt* pode significar tanto “violência”, como “força legítima, violência autorizada, poder legal” – o que, segundo ele, são termos que não podem ser confundidos como a mesma coisa (DERRIDA, 2007). Essa atenção prestada pelo filósofo argelino acontece

em dois pontos: primeiro, um técnico e criterioso, que supostamente permite o seu cálculo segundo as exigências de cada situação e lhe concede um aspecto lógico e controlável; e, outro, que depende de quem está utilizando a força física e com qual finalidade – no caso das narrativas estudadas, ela é empregada pelo policial, que participa do monopólio legítimo dos meios violentos reivindicado pelo Estado. Ao contar o uso da força física como algo feito com “a técnica que nos é ensinada” e situá-lo como um serviço de um Estado que se quer legítimo, portanto, é permitido ao narrador diferenciar aquilo que faz da ilegitimidade e imoralidade da “violência”.

Mas, ao discutirmos a partir das narrativas estudadas sobre o esforço em tornar legítimo o uso da força física por parte do policial, é importante ressaltar determinados aspectos do emprego da força que não se restringem ao seu âmbito técnico-criterioso ou ao pertencimento institucional do policial. Como vimos na citação acima do sargento primeiro José, ele não se mostra nem um pouco incomodado por haver matado os dois *delinquentes*, pois, segundo ele, tratavam-se de “gente ruim”, “nociva”. José, assim, justifica a sua ação não somente por ter sido bem aplicada ou pelo fato de ele ser policial, mas por ter protegido as pessoas “de bem” daqueles que ele considera “ruins”. Desse modo, ao contar o que faz na sua profissão em termos de “proteção”, o narrador aproxima da atividade policial certa moralidade que traça uma distinção através da qual as pessoas são divididas entre as “boas” e as “ruins”. Quanto a essa diferenciação, ela foi utilizada, por exemplo, quando o sargento primeiro procurou explicar o serviço policial através de uma metáfora biológica:

Quando tem um *delinquente*, um ruim, o policial é o anticorpo que o ataca. Eu o ataco, eu o pego, o destruo. São vírus, são doenças, não é da sociedade, não é gente de bem. Não é gente de bem. Tenho que destruí-los. Eu tenho que atacá-los, porque tenho que cuidar de ti. Se tu és uma

porque a relação ou não com uma legitimidade autorizada, como no caso da polícia, torna-se um aspecto importante da *gewalt* na análise que Benjamin faz na sua crítica (DERRIDA, 2007).

pessoa de bem, não és agressivo. Eu sou agressivo. Falo para ti, eu estou preparado para ser agressivo. O policial tem que estar preparado. Onde tem alguém aqui que poderia fazer isso? Eu posso, porque eu estou preparado. Tu tens a função de escrever, anotar, mais ou menos como nós fazemos com a nossa função de atacar e destruir os vírus. Está nos meus genes. Tem policiais que chegam e conversam com as pessoas, com os *delinquentes*, com todo mundo, quando tem algo errado chegam e dizem 'ah, cara, não faz mais isso', e na rua dizem 'olá, bom dia' para todo mundo, 'olá, como vai?'. São bonzinhos com todo mundo. Esses aí, morrem. Os policiais bons estão mortos. Eles não sobrevivem porque confiam em todo mundo. Uma hora morrem. Os policiais bons estão mortos. Eles são despreparados, descuidados. Por isso que sou ruim, sou malvado. Sim, eu sou. Porque eu tenho que ser agressivo, isso faz parte do meu trabalho contra as pessoas ruins.

Nesse relato, o policial protege as “pessoas de bem” dos “delinquentes” tal qual um anticorpo protege as partes de um organismo dos “vírus” e “doenças”. E, da mesma forma que os agentes “nocivos” não fazem parte do organismo defendido pelo anticorpo, os “ruins” não fazem parte da “sociedade”. As distinções morais utilizadas pelo sargento primeiro José para contar a prática policial não apenas servem para distinguir os “bons” dos “maus”, mas também para definir quem faz parte ou não da “sociedade”, ou seja, quem deve ser protegido e quem deve ser “atacado”, “pego”, “destruído” pelo policial. A partir da distinção entre o que é “nocivo” ou não para a sociedade, o policial tem, como um anticorpo, uma reação necessária para proteger as “pessoas de bens” quando algo as coloca em risco. Entretanto, para defender a “sociedade” e a “gente de bem” dos riscos externos representados pelos “*delinquentes*”, o policial não somente se prepara para ser “agressivo”, mas ele mesmo se torna um “ruim”, um “malvado”. Algo considerado necessário pelo narrador para que possa combater as “pessoas ruins”.

Nesse relato de José, o policial deve assumir uma posição ambígua na fronteira que separa os bons dos maus. Ele tem que ser justo na sua finalidade, “proteger a gente de bem”, mas “malvado” para que os seus meios sejam eficazes e para que o policial possa sobreviver aos perigos a que está exposto – como mostrou o seu contraponto com os policiais “bonzinhos”, “os policiais bons estão mortos” por serem “despreparados” e “descuidados”, “não sobrevivem porque confiam em todo mundo”.

Entretanto, na narrativa de José, a malvadeza considerada necessária aos policiais não redundava em “violência” ou aplicação constante da força física. Conforme ele comentou, “não se pode confundir proteção e prevenção com repressão. Eu não estou aqui para lutar com os *delinquentes*. Eu visto essa farda para que haja presença policial, e não repressão policial”. Nesse ponto, a “agressividade” associada à atividade policial pode ser re-dimensionada na narrativa de José. Pois se, a princípio, ela era contada próxima aos termos da sua metáfora biológica - tais como “atacar” e “destruir” os “vírus” e “agentes nocivos” -, a partir de certo ponto do seu relato o sargento primeiro relativiza o uso que faz da força. O ser “agressivo” entra então na ordem da “conversa”, da intimidação, do reforço da presença do policial em relação aos suspeitos e do seu controle sobre as situações em que se envolve – e para evitar que esse controle do policial seja posto em risco através, por exemplo, de um confronto físico, como no tiroteio em que matou os dois *delinquentes* que lhes renderam os broches que carrega na sua farda. Não se trata, assim, de um uso “repressivo” da força, pois não se trata de reprimir e punir um determinado comportamento, mas de dissuadi-lo e demovê-lo, enfim, de controlá-lo. “Não se precisa usar armas de fogo, porque elas não resolvem os nossos problemas”, comentou José, que continuou, “o que precisamos é de presença policial, de policiais em cada esquina, cuidando. Se o policial sabe o que faz e está no lugar certo e o *delincente* percebe isso, o crime não acontece e não vai ser preciso dar um tiro sequer.”

Desse modo, na narrativa de José, a “proteção” atua antes mesmo que o *delincente* cometa o crime, pois o policial impede que ele aconteça ao demover o seu potencial autor através da sua presença e intimidação. Com isso, a malvadeza e “agressividade” que o narrador considera necessárias à atividade policial ganham um novo sentido no

seu relato. Pois se, a princípio, José se dizia “malvado” como os *delinquentes*, logo ele diferenciou a sua “agressividade” da dos criminosos ao situá-la numa dinâmica em que o policial deve se mostrar agressivo e disposto a fazer “maldades” em relação aos suspeitos para dissuadi-los de cometer um crime. Assim, a ambiguidade moral³² do policial assinalada acima, a sua posição liminar entre a “gente de bem” e os “ruins”, vem a assumir uma condição diversa, na qual o policial se faz “malvado” na interação com quem ele considera dessa forma.

Como foi visto acima, vários policiais demonstraram se perceber diante de uma ambiguidade e de um conflito onde ao mesmo tempo que é esperado deles que usem a força física para a resolução de problemas da sua profissão, eles se veem, igualmente, recriminados e tratados de forma suspeita por serem associados com a “violência” e a impressão negativa que ela acarreta. Se muitos dos seus colegas procuraram resolver nas suas queixas os dilemas dessa ambiguidade ao se dissociar do uso da força física e dimensioná-lo nas suas narrativas num ofício policial contado como “ajuda aos outros”, no caso do sargento primeiro José, ele faz o contrário ao procurar reforçar essa imagem como meio de condução do seu serviço. A “agressividade” que

³² Em relação a esse lugar ambíguo da atividade policial, Jaqueline de Oliveira Muniz fala no seu estudo sobre a Polícia Militar do Rio de Janeiro: “Tal como ocorre com outras profissões que lidam com os interstícios e as câmaras ocultas da vida em comum, os policiais são, por contágio simbólico, moralmente confundidos com tudo aquilo que previnem, dissuadem ou reprimem. Uma vez associados ao absurdo e ao pior de nós mesmos que assistem de uma forma nua e crua no cotidiano, os PMs aparecem aos nossos olhos como criaturas ambivalentes, contaminadas pelo risco e perigo que diariamente convivem e administram. Aqueles que, por ossos do ofício, exercitam posições liminares e de fronteira, transitando em todos os universos sociais, clandestinos ou não, lícitos ou ilegais, decentes ou imorais, etc., parecem então fadados a assimilar todas as impurezas simbólicas daí resultantes. Certamente, este é um custo emocionalmente amargo para quem recebeu uma licença especial, ou melhor, para quem adquiriu um tipo de franquia moral para interagir com todos os “lados feios e desagradáveis da vida”. Assim, a despeito da incidência real de comportamentos policiais arbitrários e violentos, as expectativas coletivas em relação aos agentes da lei e seus “místicos poderes” incorporam a oportunidade sempre aberta da iminência desses eventos” (MUNIZ, 1999, p. 257).

o policial deve demonstrar nas interações com os *delinquentes*, para ser efetivamente intimidatória, associa-se a essa “má” imagem que os narradores calculam que a polícia argentina possua. O policial, portanto, usa a força física sem ter que efetivamente aplicá-la contra alguém, e é por atuar em conjunto com a sua “malvadeza” que José alega (e se gaba) não precisar “dar um tiro sequer”.

A intimidação contada por José dimensiona a força física a partir da potencialidade do seu uso pela simples presença do policial. Ela opera ao nível das expectativas geradas em relação aos policiais e aquilo que eles podem – dentro ou fora da lei – fazer nas suas interações com quem eles calculam ser *delinquentes* ou suspeitos. Expectativas essas que se atualizam e se tornam relacionalmente concretas na “agressividade” que José diz ser necessária ao policial em seu trabalho. O policial, assim, torna-se “violento” sem precisar usar de meios concretamente coercitivos para tal. Sobre esse caráter interacional e intimidatório do ofício policial na narrativa de José, pode-se retomar aqui a noção de performatividade de Judith Butler (1999) e a sua discussão sobre como os sujeitos se constituem. Nas narrativas estudadas, o policial interage com uma multiplicidade de situações que ele vem a entrar em contato ao longo do seu serviço nas ruas, das pessoas com que se relaciona no seu trabalho, da variedade de atribuições que desempenha - “somos socorristas, psicólogos, amigos (...) até guia turístico”, como contou o agente Juan. Mas o policial se torna “policial” através de uma pragmática constante através da qual ele vem a se tornar performativamente sujeitos policiais diante das interações que se vê envolvido ao longo da sua atuação. Tal como aconteceu nas ocasiões das participações dos narradores nessa pesquisa, nas quais o sujeito policial emerge das interlocuções enquanto um sujeito da queixa, de alguém que sofre “injustiças”, fato esse com consequências importantes para o modo que o “policial” vem a ser constituir no âmbito da interação das narrativas.

No caso do sargento primeiro José, a noção de performatividade nos permite pensar a força física invocada pelo policial como um elemento que se inscreve através de uma dinâmica inter-subjetiva na qual o policial se torna um policial “malvado” em relação ao “suspeito” e ao “*delincente*”, e demonstra através da sua malvadeza a sua disposição em utilizar os meios que têm para efetivar as expectativas do

seu interlocutor quanto ao que o policial pode fazer. Desse modo, o intimidação que visa a “proteção” atualiza ao nível da relação a percepção que há em torno da figura do policial, pelo menos ao nível da sua relação com o seu antagonista, o “vírus” que o permite ser o “anticorpo”. Apesar de a “agressividade” necessária, segundo José, ao trabalho policial redundar muitas vezes em agressões físicas, como ele mesmo reconheceu, percebe-se que a força física aqui não é somente utilizada, ou seja, posta numa ordem de meios e fins, mas, antes, ela é performatizada.

Até aqui, nesse capítulo, discutiu-se duas formas distintas e, a princípio, contraditórias do ofício policial a partir das narrativas estudadas. No primeiro caso, descreve-se um serviço policial que deve ser prestativo aos outros e que se adapta constantemente às necessidades diversas daqueles que lhe estão ao redor para “ajudá-los”. Nesses relatos, que assumem a sua maioria a forma de queixas, o uso da força física é contado de maneira pontual e econômica, de modo a permitir que o sujeito policial das narrativas se dissocie dele. No outro caso, o policial efetua a “proteção das pessoas de bem” contra os “*delinquentes*” através da separação moral entre bons e maus na qual o policial assume uma posição intermediária e liminar, e da defesa dos bons através de um trato “agressivo” e “malvado” dirigido aos “ruins”.

A princípio, aparentemente há um abismo entre a “ajuda aos outros” e a “proteção à gente de bem” ao ponto de se poder vislumbrar um certo antagonismo entre essas atividades policiais. A diferença entre essas duas maneiras de contar o ofício policial torna-se mais clara pelo lugar concedido ao uso da força física em cada uma delas: uma dimensiona esse uso de modo a torná-lo um elemento corriqueiro de um serviço policial marcado pela prestatividade às necessidades alheias; enquanto a outra relata abundantemente a força física e a forma com que ela se torna “agressividade” em determinadas interações em que o policial se envolve. Assim, essas são duas soluções bastante distintas para a posição ambígua em que os narradores se encontram ao se ver associado ao uso (e abuso) da força física aos olhos das “pessoas”, da “sociedade” e do “governo”, enquanto a “ajuda” procura resolver essa ambiguidade ao se dissociar da força física, a “proteção” potencializa a ambiguidade ao fazer uso dela para intimidar os *delinquentes*.

Entretanto, apesar das diferenças que as marcam, essas duas formas de contar o ofício policial possuem elementos em comum que as permitem ser pensadas conjuntamente. Tal como o fato de que muitas situações narradas como “ajuda aos outros” são também contadas como “proteção à gente de bem”. O que pode ser notado quando o agente Guillermo “ajudou” a mulher que encontrou chorando na rua e foi defendê-la do seu marido agressor, sobre o qual se descobriu mais tarde que era procurado por vários crimes, inclusive assassinato. Como na “proteção”, ao “ajudar” a mulher, Guillermo defendeu quem é considerado de bem, a vítima, daqueles que são comprovadamente maus, os *delinquentes*. Da mesma forma, a “proteção” pode vir a ser uma forma de “ajuda aos outros”, pois, afinal de contas, ao defender uma vítima de um *delincente*, se acaba por ajudá-la. Desse modo, quando José narrou a “proteção”, ele contou também sobre as expectativas de reciprocidade em forma de “respeito” e “reconhecimento” por ajudar uma pessoa ao defendê-la – o que, por sua vez, em contrapartida, nos permite vislumbrar que a própria “ajuda aos outros” é performatizada, na medida em que o sujeito policial que é constituído através dessas interações, espera esse “respeito” e “reconhecimento” dos outros.

Apesar de guardar as diferenças de entonação com que foram contados ao longo das narrativas estudadas, os pontos em comum entre esses dois ofícios policiais não são poucos e a reflexão de um contribui para a do outro. Como quando a “ajuda aos outros”, por exemplo, contrasta com o que David H. Bayley diz em “Padrões de policiamento” (2006). Nessa obra, esse autor afirma que, ao utilizar a palavra polícia em seu livro, ele se refere “a pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através da aplicação de força física. Esta definição possui três partes essenciais: força física, uso interno e autorização coletiva” (BAYLEY, 2006, p. 20). Para Bayley, a importância do uso da força física para a definição da polícia é tamanha que “embora os policiais não sejam os únicos agentes da sociedade com permissão para colocar as mãos nas pessoas de modo a controlar seu comportamento, eles seriam irreconhecíveis como policiais se não tivessem essa autoridade” (BAYLEY, 2006, p. 20).

Mas, o esforço de Bayley em encontrar um ponto em que se possa resumir o sentido do termo “polícia”, contrasta com o que alguns

policiais federais argentinos contaram como o seu ofício. Não se trata de afirmar que os narradores, ao falar sobre o serviço policial como “ajuda às outras pessoas” nas suas queixas, não utilizam a força física, o que invalidaria o esforço teórico de Bayley. Mas os policiais dimensionam a utilização e a importância da força física na sua atividade cotidiana e na maneira com que ela incide sobre o sentido dado ao seu trabalho. Por exemplo, o agente Sebastián, que afirma que o “policial é um cidadão como todos os outros, mas é diferente deles”, porque os policiais “têm mais deveres que direitos, ao contrário dos cidadãos comuns”. Desse modo, enquanto Bayley distingue³³ os policiais dos outros profissionais a partir da força física, Sebastián recorre aos direitos e deveres dos cidadãos para demonstrar a quão diferente é o policial em relação às outras pessoas – o que foi feito em tom de resignação numa narrativa que assumiu a forma de queixa. Ao contarem o seu ofício nos termos da “ajuda às outras pessoas”, portanto, os policiais não negam a força física (apesar de alguns mostrarem-se claramente desconfortáveis em relação a ela), mas a dimensionam como uma entre outras ferramentas utilizadas por eles no seu serviço.

Diminique Monjardet (2003), por sua vez, pensa a própria polícia como um instrumento³⁴. Entretanto, ao fazê-lo, o autor não vê nela qualquer ferramenta, mas uma em especial, o martelo:

³³ Bayley não é o único autor que define a polícia e os seus membros a partir da sua relação com a força física. Segundo outros autores, a figura do policial se torna distinta na nossa sociedade ao ser associada ao uso da força no exercício do seu trabalho, o que se dá *ao contrário* das outras profissões, que não podem utilizar a força física legalmente (MONET, 2001; BRODEUR, 2001). Desse modo, o policial se torna distinto em relação aos outros cidadãos pelo fato de a polícia ser considerada parte integrante daquilo que Max Weber apontou como o monopólio estatal do uso legítimo da violência reivindicado pelo Estado Moderno (WEBER, 2003; ADORNO, 2005; RIFIOTIS, 2008).

³⁴ Esse caráter instrumental dos meios “violentos” é também apontado por Hannah Arendt em *Sobre a violência*. Nessa obra, a autora constata, sem esconder o seu pesar, que a ciência política da sua época não distingue termos chave tais como poder, potência, força, autoridade e violência (1994). A partir de seu esforço em diferenciar e conceder um estatuto próprio a cada um desses conceitos, Arendt definiu a violência pelo seu caráter instrumental, como uma ferramenta para aumentar a potência de quem a utiliza (ARENDRT, 1994).

Seguramente, não é a soma infinita das possíveis utilidades do martelo que pode defini-lo, mas a dimensão comum a todos os seus usos, que é aplicar a força sobre um objeto. Acontece exatamente o mesmo em relação à polícia: instrumento de aplicação de uma força (a força física em primeira análise) sobre o objeto que lhe é designado por quem a comanda (MONJARDET, 2003, p.22, tradução minha).

Para Monjardet, o martelo metaforiza a polícia por ela servir para aplicar uma determinada força sobre algo e por, como qualquer instrumento, estar à disposição de quem o controla – no caso da instituição policial, o Estado (MONJARDET, 2003). Apesar desse autor reconhecer na dimensão institucional de toda polícia elementos que lhe são específicos, tais como prescrições normativas particulares e práticas próprias, ele aponta que há em comum entre todas as polícias o fato de serem instrumentos de distribuição da força num conjunto socialmente definido (MONJARDET, 2003). Em outra oportunidade, numa entrevista a Theophilos Rifiotis, Monjardet (2000) volta a falar desse que considera ser o elemento universal comum a toda polícia:

(...) eu estou completamente convencido de que é a detenção do uso do recurso à força e da execução da força física que é efetivamente a propriedade da polícia, e que especifica a polícia como organização de trabalho, como profissão em relação a todas as outras. Se tu não tens a capacidade de recorrer à força, tu tens muitas outras coisas, como controle social, ação social, o que quiseres, mas não tens a polícia. (MONJARDET, 2000)

Entretanto, se as narrativas em termos de “ajuda às pessoas” procuram relativizar a importância da força física para definir a identidade do trabalho policial, os relatos que retratam o ofício policial enquanto “proteção à gente de bem” permitem pensar o sentido unívoco considerado à utilização da força física por parte do policial quando Monjardet faz a sua metáfora do martelo. Como foi visto com o sargento primeiro José, a força física não é somente um meio para o seu ofício, mas ela é constantemente re-dimensionada ao ser performativizada pelo policial ao longo da sua atuação. Desse modo, a força física torna-se “agressividade” e “malvadeza” na performativização da sua potencialidade que serve para o policial na tentativa de intimidação de um *delinquente*. Nessa forma de atuação, portanto, a força física não apenas é um meio, um instrumento, um martelo, mas uma ponte através da qual o policial se torna o “policial” de determinada interação. Como no exemplo das piscadelas dado por Clifford Geertz (1989) quando ele procura demonstrar a diversidade de sentidos que um mesmo gesto pode possuir a depender da situação em que está envolvido, um martelo, muitas vezes, pode não ser somente um instrumento, mas parte de um cenário em que os atores dão vida aos seus personagens.

A pragmática para a imprevisibilidade

Uma das questões discutidas acima se refere ao fato de que ao uso da força é concedido um lugar ambíguo e conflituoso nas narrativas estudadas, no qual o policial se vê diante de expectativas e impressões contraditórias quanto ao modo com que ele deve utilizar a força na sua atividade profissional. Entretanto, se diante disso os narradores às vezes demonstram certo comedimento ao narrar as situações em que fizeram uso da força física, o que falam em termos de “ajuda às outras pessoas”, se poucas palavras bastam para contá-las - “o alcancei” e “o peguei”, “o imobilizei”, “efetuei a prisão” -, percebe-se, porém, que a “violência” pode ser discutida de uma maneira diversa nas narrativas estudadas. Nessa outra maneira de contar a “violência”, o narrador, pelo fato de ser policial, se vê diante do risco constante de ser alvo de um ato “violento”, de ser pego de repente, de surpresa, por uma agressão potencialmente

fatal de um *delincuente*. Apesar desse perigo ser diretamente tematizado em muitas oportunidades nas falas dos policiais, ele também é discutido através de outros assuntos e, inclusive, na própria maneira com que os meus interlocutores se acomodavam nos lugares em que nos encontrávamos.

Como quando me encontrei com o agente Guillermo numa estação de metrô do centro de Buenos Aires em que ele estava então de serviço. Logo ao chegar ao local em que o policial se encontrava, ele me ofereceu uma cadeira para me sentar. Chamou-me a atenção primeiramente que a cadeira que me foi oferecida era bem mais alta que aquela em que o policial estava sentado e, quando me acomodei sobre ela, dada também à nossa diferença de estaturas, tornou-se um pouco desconfortável para mim a nossa posição, seja pela postura física, como pela preocupação de estar criando algum constrangimento ao meu interlocutor devido à imagem que se formava ao nos dispormos em cadeiras de alturas tão diversas, comigo olhando para um policial de cima para baixo, enquanto anotava as suas palavras. Mas isso em nenhum momento pareceu ser uma questão relevante para Guillermo, que se manteve ali, sentado, tomando o seu mate, enquanto esperava que eu começasse a “entrevista”. Mais tarde, depois de tê-lo escutado falar sobre assuntos tais como o fato do seu trabalho ser o de “ajudar as outras pessoas” ou de como há pessoas que tratam mal os policiais, quando ficamos sem assunto por um momento, aproveitei para comentar em tom de brincadeira o desnível entre as nossas cadeiras e de como ele, um policial, se encontrava sentado numa muito mais baixa que a minha, que sou civil e bastante mais alto que ele. Ao ouvir esse meu comentário, Guillermo justificou a pouca importância que dava a esse fato sem mudar a sua expressão ou o seu tom de voz:

Nessa cadeira aqui estou de frente para todos os que entram e saem pela escadaria principal da estação, além de ver todas as catracas e todo o saguão de conexão entre as linhas de metrô. Atrás de mim, tem apenas uma coluna e a mesinha em que coloco o meu mate, e essa escadaria que sobe, mas ninguém dali consegue me ver, só quando

chega no saguão de conexão, mas aí também posso ver quem chega.

Ao ouvir essa explicação, parei para reparar que a cadeira em que eu me encontrava ficava de lado em relação a grande parte do movimento de entrada e de saída da estação e, devido à minha altura ao estar sentado nela, eu podia ser visto por quem chegasse pela escada que se encontrava atrás de nós. Há, portanto, da parte do policial, um cuidado que ele deve tomar ao se dispor nos lugares, uma atenção em se proteger e se dispor nos locais em que se encontra, de maneira a poder vir a “proteger” e “ajudar” os outros de modo a poder controlar os riscos.

A justificativa que ouvi do agente Guillermo quanto à pouca importância que concedia à diferença entre as nossas cadeiras me lembrou imediatamente o que o cabo Javier havia me contado dias antes. Na oportunidade, enquanto ele e o seu colega de graduação superior, o sargento primeiro Mariano, se intercalavam para me dar atenção em meio aos seus afazeres no necrotério, ele me falava sobre detalhes e procedimentos da profissão policial, como a organização das horas-extras que pode fazer, as outras agências policiais na Argentina além da PFA e sobre o que o policial faz no cotidiano do seu ofício, até que ele passou a falar da postura alerta que o policial deve sempre ter. “É algo que sempre temos que manter”, o cabo explicou, “estar atento ao que acontece ao redor, para que, caso aconteça alguma coisa, possamos já agir ou tomar alguma providência com rapidez.” Um pouco depois, ao terminar de falar sobre os corpos de suicidas nos trilhos do metrô com os quais tem que lidar mesmo fora de serviço, por exemplo, quando volta para a casa e os encontra no caminho, Javier voltou a falar sobre a atenção que lhe é necessária no seu trabalho ao contar um episódio em que estava com a sua mulher e um casal de amigos num restaurante:

Quando chegamos no lugar, eu escolhi uma mesa mais ao canto, junto à parede e que me desse visão de todo o restaurante, onde me sentei de costas para parede. Caso acontecesse um assalto,

por exemplo, eu já saberia do que estaria acontecendo e pensaria no que fazer... é importante ter isso em mente. Não é nem para reagir imediatamente, puxar a arma e trocar tiro com os *delinquentes*. Às vezes eles estão em número maior, ou mesmo por causa das outras pessoas que podem ser colocadas em risco. Mas para ter consciência de quem entra e sai, do que fazem e do que pode acontecer.” Ele me contou isso para chegar no dia em que saiu com a sua mulher e com um casal de amigos. Nesse dia, “a minha mulher ficava o tempo todo reclamando de mim, 'Javi (ela me chama de Javi), não prestas a atenção em nada do que estamos falando', 'Javi, o que tanto está te chamando a atenção nesse restaurante?', porque eu ficava o tempo inteiro olhando para o redor. Só que isso não significava que eu não estivesse prestando a atenção no que estava sendo dito na nossa mesa, eu estava, mas só me mantinha atento ao resto... coisas de policial.

Perguntei a Javier então se ele fazia isso por obrigação, por ser algo que todo policial tem que fazer, um dever, o que me foi respondido de maneira a complexificar a minha pergunta:

Um policial, fora de serviço ou em serviço, ao ver algo acontecendo, tem que agir. Se houvesse um assalto naquele restaurante, eu teria que fazer algo, nem que fosse tentar chamar os policiais em serviço e contribuir para que não se piore a situação. Mas eu não faço isso por obrigação. Como eu disse, quando estamos andando na rua, voltando do horário de serviço, nos mantemos atentos. Nós precisamos fazer isso, imagina... estou ali andando na rua, despreocupado, e um assalto acontece num mercadinho... eu provavelmente vou estar fardado, o *delinquente*

sai armado e dá de cara com um policial fardado, a primeira coisa que ele vai fazer é dar um tiro em mim. Nessas situações, o policial é sempre o primeiro alvo. Ou então, no restaurante, os *delinquentes* pegam a minha carteira e vêem a minha identificação de policial, tchau... vou ser morto. Vários policiais já foram mortos dessa forma, pegos pela sua identificação...Entre os *delinquentes* matar policial lhes dá mais valor, além de se livrar de alguém que pode atrapalhar o seu delito.” Javier, então, complementou, “não é só por obrigação, mas porque uma vez policial, para sempre policial... e se é policial 24 horas por dia.

A lembrança dos comentários e dos relatos do cabo Javier me levaram a reparar que, ao longo da “entrevista” com Guillermo, ele raramente pousava o seu olhar por muito tempo sobre algo, e poucas vezes o dirigia para mim enquanto ele me contava algo ou eu lhe respondia ou perguntava. Ao mesmo tempo em que o policial se encontrava bem posicionado dentro da estação de metrô, de modo a ter diante de si o movimento de entrada e de saída do lugar e com as costas cobertas por uma parede, o seu olhar passeava constantemente pela estação, ou melhor, pelas pessoas que por ela passavam. Volta e meia os olhos do policial repousavam na sua cuia enquanto colocava mais água no mate, ou quando contava algo para mim de maneira expressiva – que foram poucas, dada a tranquilidade do tom com que me falava. Ainda assim, a prontidão com que Guillermo me respondia e a maneira com que se alongava nos seus comentários e nas suas falas, mesmo quando era interrompido por alguma coisa ou alguém que necessitava da sua “ajuda”, atestavam que ele estava atento também à nossa conversa.

Como ouvi do agente Guillermo e do cabo Javier, o policial deve manter sempre a atenção em relação a tudo o que o cerca. Ao longo das conversas que tive com policiais federais argentinos, percebi que aquilo que notei junto a Guillermo, o seu cuidado em se colocar no lugar em que se encontra e a atenção que dispensa ao que lhe está ao redor, não é uma exclusividade sua. Seja nos assuntos narrados, como

através de elementos indiciais³⁵ tais como o olhar que não cansa de passear, a sua postura e o modo com que o seu corpo se movimenta quando está parado em um ponto para acompanhar o que acontece ao redor, participam da contextualização das narrativas estudadas quanto à prontidão que é considerada necessária pelos policiais. Mas, como contaram os meus interlocutores, essas precauções e a vigilância constante não são meramente procedimentos profissionais, feitos conforme um manual de atuação ou que foi aprendido na escola de formação de policiais. Elas estão associadas, antes de tudo, à sensação de perigo, ao risco de morrer e ao medo, à necessidade de sempre ter algum controle sobre as situações, enfim, à imprevisibilidade que acompanha a atividade policial.

Sobre os perigos e a imprevisibilidade que fazem parte do trabalho policial, o agente Juan contribui para pensá-los em uma das muitas conversas que tivemos em estações de metrô e nas ruas do centro de Buenos Aires. Num desses dias, Juan por um momento se deteve sobre as razões pelas quais escolheu se tornar policial e passou a falar sobre o fato da sua profissão ser “segura” porque tem um salário que garante “uma renda que, apesar dos pesares, ainda assim dá o mínimo para a sua família viver”, porque se trata de um emprego em que não se pode ser demitido, pois é um funcionário público, porque tem as suas “estabilidades”. Ao contar os atrativos que o levaram a se tornar um policial, Juan conteve as suas palavras e, calado, demonstrou com as suas expressões que refletia sobre algo, até que voltou a falar: “mas é muito inseguro ser policial”. O narrador então passou a balizar o que

³⁵ No primeiro capítulo foi brevemente apontada a importância das conexões indiciais no processo de contextualização. Ainda sobre este respeito, gostaria de trazer para a conversa a noção de “campo demonstrativo”, ligado à indicialidade e que converte, segundo Hanks (2008), o cenário interativo em um campo de signos. Citando a discussão de Buhler, Hanks observa que o campo demonstrativo inclui “os gestos e outros aspectos perceptíveis dos participantes, tais como a postura, o ato de apontar, a direção do olhar e o som da voz do falante” sendo que no “interior desse campo fenomênico, os enunciados em suas dimensões simbólicas e indicial, tanto refletem como transformam o contexto. Eles orientam a atenção dos participantes, tematizam objetos de referência, formulam, invocam e constroem o cenário, atuam sobre os sistemas de relevância, em resumo, produzem o contexto” (HANKS, 2008, p. 183).

havia falado antes sobre os pontos estáveis da sua profissão com o que ele reconhece como “perigoso” no que faz. “É muito perigoso pelo simples fato de se ser policial. Matar um policial é um troféu para os *delinquentes!*”, completou Juan. O seu trabalho, desse modo, apresenta “riscos” e se torna uma fonte de “preocupação para a família sempre que sai para trabalhar porque pode acontecer de eu nunca mais voltar para a casa”. Ao fazer as suas ponderações sobre o seu trabalho, Juan concluiu: “fazer parte da polícia é perigoso para o policial, mas seguro pelo salário e pela garantia de emprego” que proporciona a quem trabalha nele.

Ao balizar essa ambiguidade da sua profissão, Juan citou então os casos de dois policiais que conheceu. Em um deles, o seu colega terminou preso, no outro, acabou morto. Em ambas as situações narradas por Juan, entretanto, o narrador fez questão de sublinhar o caráter “inseguro” do trabalho policial, do que há de limítrofe e imprevisível na atividade policial e o porquê do medo e dos cuidados que se deve sempre ter por ser policial. O primeiro exemplo foi de um colega da escola de formação policial que Juan frequentou, “o mais destacado entre quatrocentos aspirantes a policiais”, expressão que o meu interlocutor fez questão de repetir várias vezes antes de passar a me contar o ocorrido:

Esse policial estava fora de serviço, de moto, e parou num semáforo de noite. Do seu lado apareceu dois caras num *motochorro* e parado num semáforo de noite com a sua moto, até que ao seu lado apareceu uma dupla de *motochorros*³⁶. O de trás sacou a arma e anunciou que era um assalto, que era para ele sair da moto, e deixar o dinheiro em cima dela. Mas esse policial, quando foi descer da moto, reagiu rapidamente e deu dois tiros em um dos *delinquentes*. Quando se deu conta, esse policial estava muito assustado e já

³⁶ *Motochorro* é como são denominados na Argentina os assaltantes que fazem uso de moto para efetuar os seus roubos. Geralmente eles operam em dois, como no caso relatado por Juan, com um dirigindo o veículo e o outro conduzindo o assalto.

tinha pego sua moto e fugido. Ele então resolveu voltar ao local do assalto para ver se os assaltantes se estavam lá. Ao chegar, encontrou apenas um deles, o que havia recebido os tiros, morto no meio da rua. Ele prestou os auxílios, chamou a ambulância e a polícia. Resultado, sem ter como provar que havia sido vítima de uma tentativa de assalto, as provas o outro delinquente levou consigo quando deixou o morto no local, esse policial acabou sendo preso por homicídio, e está aguardando o julgamento na prisão. Isso está muito errado. A palavra do policial não vale nada. Todos sabem que esse tipo de assalto é comum na Argentina. Um policial destacado e sem nenhum problema, nenhum de antecedente, acaba desse jeito. A família desse colega está extremamente preocupada, e, sinceramente, estou bastante desacreditado que ele vá ser inocentado. Mas, vamos ver.

O tom de indignação de Juan ao contar a situação em que o seu colega reagiu aos *motochorros* por ser policial, é nítido e se exasperava quando o narrador demonstrava a sua admiração por ele. Porém, é interessante notar que nesse relato há dois motivos para que o colega de Juan viesse a ser preso: o primeiro é a própria “insegurança” e o caráter limítrofe da sua profissão que o fez reagir enquanto “policial” diante de um assalto; o outro se refere ao fato de que, segundo Juan, “a palavra do policial não vale nada”, e que alguém com antecedentes pessoais e profissionais tão bons venha a ser preso por cumprir o seu dever. Ao fazer esse relato, a revolta demonstrada pelo meu interlocutor não se dirigia à “insegurança” associada à sua profissão, a fonte da sua indignação estava no que ele via como pouco valor atribuído ao policial. Quando terminou de contar sobre o episódio em que seu colega foi preso, Juan passou fala sobre o policial que foi morto. Entretanto, se o seu sentimento sobre o que aconteceu com o policial que está na prisão por reagir a um assalto era de revolta, o narrador não fez questão de esconder o seu tom crítico em relação ao que morreu:

Tratava-se de um policial que trabalhava por fora numa boate num bairro de Buenos Aires. Trabalhava de segurança. Numa noite, um *delinquentes* colombiano o reconheceu, se lembrou que era policial e passou a ameaçá-lo. O policial o tirou a força da boate. Mais tarde, quando ia embora de volta para a casa, o colombiano, que era menor de idade, se não me engano, o estava esperando do lado de fora e lhe acertou vários tiros, morrendo na rua.

Ao contar esse caso, a falha do policial parecia bastante clara para Juan, que balançava a cabeça com uma expressão de reprovação, que fazia questão de demonstrar, em relação ao fato de que esse colega trabalhava ilegalmente na boate. Para Juan, policiais que trabalham em lugares assim, fora de serviço, geralmente “acabam por beber e ficar distraídos, e deixam de prestar a atenção em coisas que se deve sempre levar em conta”, tal como manter a atenção e a prontidão, e se encontrar bem posicionados no local em que se encontra. “O policial morto, é responsável pelo seu próprio fim. Esse é um risco que todos corremos por causa da nossa profissão e sempre é uma falha nossa quando nos deixamos surpreender”, concluiu Juan.

Em narrativas marcadas por assumir a forma de queixa e que versam sobre as “injustiças” pelas quais os policiais passam na Argentina atual, chama a atenção o tom cínico de Juan quando falou da morte de um colega seu. Ao contrário de reclamar ou lamentar como fez ao contar sobre, por exemplo, o fato dos policiais serem “mal vistos” pelos outros, o narrador dirigiu críticas ao policial morto e elencou os erros cometidos por ele e que o levaram ao seu fim. Na narrativa de Juan e de outros narradores que contaram sobre a morte de colegas seus por serem policiais, o responsável pelo ocorrido é sempre o próprio policial, pois foi ele quem se descuidou de alguma maneira e permitiu que o *delincuente* o matasse. Portanto, para os policiais que participaram dessa pesquisa, não há o que se indignar ou se revoltar quando essas situações acontecem, pois se trata de coisas próprias do trabalho policial, com as quais se deve saber lidar. Diferente, por exemplo, da indignação

demonstrada por Juan ao contar sobre o fato de “a palavra do policial não valer nada” no caso da prisão do seu colega que havia sido o “mais destacado” na escola de formação. Aí, o que lhe revolta não é a prisão em si ou a “insegurança” e a imprevisibilidade que acompanham a atividade policial, mas o que ele vê como a desvalorização do policial aos olhos dos outros – o que não é considerado parte do ofício policial e que de alguma maneira intervém contra a polícia e os seus membros.

Sobre os casos contados por Juan sobre colegas que foram pegos pela “insegurança” associada à atividade policial, é interessante notar que nos dois relatos os policiais se encontraram fora de serviço e sem farda. Um deles trabalhava ilegalmente numa boate e o outro estava de moto de noite pelas ruas. Exemplos como esses, em que os policiais podem ser acometidos fatalmente pelas imprevisibilidades da sua profissão, são referenciados por muitos narradores quando falam sobre a necessidade de se *ser policía veinticuatro horas al día*. Algo que pode ser percebido acima quando o cabo Javier contou a sua ida ao restaurante com a sua mulher e um casal de amigos. O policial aí não se encontrava em serviço, era um momento de folga, de lazer, mas ainda assim Javier conta que selecionou a mesa no restaurante de modo a poder ter uma visão que permitisse ver todo o movimento no lugar e ter as suas costas protegidas, e que se manteve sempre atento ao que lhe acontecia ao redor, ao ponto de chamar a atenção da sua esposa, que reclamou da sua aparente dispersão em relação a ela e aos seus amigos. Tudo isso, segundo ele, por uma questão de segurança, para se poder ter noção do que se passa no local em que se está e que se tenha condições de reagir em relação a um possível imprevisto. Ao narrar esse episódio, Javier concluiu que “uma vez policial, para sempre policial... e se é policial 24 horas por dia”. Ou seja, independente se está em serviço ou não, se está *uniformado* ou não, o policial deve tomar uma série de medidas e precauções próprias do seu ofício para que se tenha controle sobre as situações em que está envolvido e não seja surpreendidos pelas sempre potenciais imprevisibilidades.

Nas narrativas estudadas, ao se tornar policial, deixa-se de ser civil, mesmo quando não se está formalmente em serviço. Entretanto, como vimos nos relatos apresentados, não se trata de um dever próprio da sua profissão, um código policial a ser cumprido, mas um cuidado necessário em relação à “insegurança” que o policial se vê diante, aos

“riscos” e “perigos” que, apesar de serem de algum modo esperados pelos narradores pelo fato de serem policiais, eles podem acontecer de maneiras imprevisíveis e para as quais o policial deve se encontrar de algum modo sempre preparado. Com isso, se o serviço policial tem grandes de horários e locais para acontecer, o sujeito policial não se restringe a essa formalização e leva o trabalho policial para diversos âmbitos da sua vida na medida em que o policial deve ser “policial” o tempo inteiro.

Sobre os efeitos da “insegurança” e dos “perigos” dentro e fora de serviço que os narradores contam, Pierre Clastres (1982) pode contribuir com a sua reflexão a partir da sua discussão sobre como a guerra e a “violência”³⁷ participam da organização e estruturam a vida social de diversos povos indígenas da América do Sul. Para Clastres, ao contrário da ideia corrente entre os estudiosos da sua época de que as constantes guerras entre os povos indígenas sul-americanos são fruto da fragmentação entre essas sociedades – algo que, para esses autores, ilustraria, por sua vez, a falta de organização e a escassez de recursos desses grupos –, a fragmentação apresentada entre esses povos é, na verdade, o próprio efeito das guerras (CLASTRES, 1982). A partir da percepção de que a fragmentação é uma finalidade produtiva e não consequência negativa para a vida social selvagem, pode-se pensar os

³⁷ Ao falar sobre a guerra nas sociedades indígenas da América do Sul em *Arqueologia da violência*, Pierre Clastres (1982) aponta uma falta de reflexão sobre a violência e a guerra nessas sociedades, em especial por parte dos antropólogos e etnólogos (CLASTRES, 1982). Segundo esse autor, quando a violência nesses povos é objeto de reflexão, se trata de mostrar como as sociedades primitivas são contra a violência, o que faz deduzir que a violência não figura no horizonte da vida social dos selvagens, que ela não pertence ao funcionamento normal das suas sociedades (CLASTRES, 1982). Em contraste com essa perspectiva sobre a violência e a guerra, Clastres demonstra que elas estão longe de ser um tema secundário nas sociedades selvagens, nas quais ela serve de eixo para uma produção ampla de sentidos às vidas e às práticas dos sujeitos sociais selvagens (CLASTRES, 1982). Desse modo, a discussão feita por Clastres nesse texto confronta diretamente uma série de abordagens sobre a violência que lhe relegam um papel meramente disruptivo e negativo na ordem social. Abordagens essas que compartilham com o contratualismo de Thomas Hobbes o fato de situarem o conflito e a “violência” como algo que se coloca fora da vida coletiva ou a interrompe.

sujeitos dessas sociedades em relação à guerra e à “violência” de maneira que eles tenham nelas um eixo para uma produção ampla de sentidos para as suas vidas e as suas práticas³⁸. Assim, ao invés de mostrar como a guerra interrompe e quebra as relações desses sujeitos, Clastres demonstra como a guerra as constitui e cria, junto a eles, um ser para a guerra (CLASTRES, 1982).

Diferente de Clastres ao falar dos indígenas sul-americanos, nas narrativas estudadas, os policiais não contam a sua atividade em termos de “guerra”. Entretanto, ao contar sobre os “riscos”, a “insegurança”, o “perigo”, e todas as práticas e precauções que devem tomar contra o que pode lhes fatalmente surpreender, os narradores permitem entrever ao longo da sua atuação profissional um *ser para a imprevisibilidade* e, principalmente, para o controle das situações de modo que os riscos imprevisíveis associados à sua profissão não lhes venham a sobrepujar. A partir de Clastres, portanto, pode-se refletir sobre a formação de um sujeito policial que performativamente interage com elementos associados à “violência”, que parte da “insegurança” e do medo de ser morto de repente para formar o eixo de constituição de um ser para o controle, ao menos ao nível da sua reação, da situação que lhe cerca. Um sujeito que, ao estar constantemente preparado para o imprevisível, ele torna o imprevisível previsível, mas não sabe se e como ele irá acontecer.

A emergência através das narrativas estudadas desse ser para a imprevisibilidade ao nível do sujeito policial pode ser pensada a partir do discutido por Mary Douglas (1998) em *Como pensam as instituições*, obra na qual essa autora reflete a relação entre instituição – entendida

³⁸ Não é o caso aqui de adentrar muito a fundo na discussão de Pierre Clastres sobre a guerra nos povos indígenas da América do Sul, mas tentar se apropriar da sua reflexão para as finalidades desse trabalho. Mas é importante apontar que a guerra atua nessas sociedades de maneira a ser um eixo produtivo na sua vida social na medida em que se inscreve entre a unidade autárquica e autônoma do grupo local e a multiplicidade de sociedades entre as quais ele se encontra, que precisam, por um lado, se manter independentes em relação ao que lhe é exterior, e, por outro, se afirmar em relação aos que lhe são outros para produzir a si mesmas (CLASTRES, 1982). Dentro disso, a prática guerreira sobre-determina e prevalece sobre a formação de alianças e as trocas entre esses grupos (CLASTRES, 1982).

aqui como uma agrupação social legitimada, ou seja, que possui as suas pretensões de legitimidade fundamentadas no seu encaixe com a natureza geral das coisas – e indivíduo. A instituição, no que se estabelece e naturaliza frente ao indivíduo, confere a ele mecanismos cognitivos que lhe propiciam as categorias do seu pensamento, os termos para o seu autoconhecimento e fixa a sua identidade (DOUGLAS, 1998). Daí a conclusão de Douglas de que os indivíduos não tomam por si mesmos as suas decisões, nem mesmo aquelas de vida ou morte, pois são as instituições que resolvem quem tem de ser salvo e que tem de morrer (DOUGLAS, 1998). Ou seja, segundo essa autora, o pensamento individual é de origem social, e o indivíduo pensa através das instituições que se reconhece filiado.

A princípio, apesar de Douglas conferir um caráter bastante amplo ao que entende por “instituição”, os policiais que participaram dessa pesquisa seriam exemplos perfeitos da argumentação da autora. Afinal de contas, tratam-se de indivíduos que falam enquanto policiais, que contam o que fazem como membros da polícia, como alguém que participa do pretensamente legítimo monopólio estatal dos meios violentos. Algo que ficaria ainda mais claro pelo reconhecimento por parte dos narradores das grandes repercussões que o fato de ser policial pode ter nas suas vidas e nas dos outros, os “riscos” aos quais se veem submetidos. Entretanto, é importante desde já lembrar a dissociação apontada por Walter Benjamin entre o que seriam os interesses do Estado e da polícia e as finalidades do policial ao nível da sua atuação, através das quais os objetivos maiores, das instituições que é parte, se dariam apesar de não se identificar com eles (BENJAMIN, 1978). Em outras palavras, os problemas em que a polícia se coloca para resolver são diferentes daqueles tomados pelos policiais ao longo do cotidiano do seu trabalho³⁹ – como, no caso dos narradores, “ajudar as pessoas”, “proteger a gente de bem”, os “direitos humanos”, as expectativas de

³⁹ O que não acontece sem implicações importantes para os estudos sobre a polícia e o policial, conforme foi visto no início dessa dissertação a partir da distinção de J.-P. Brodeur (2001) entre, de um lado, a polícia, a instituição, o órgão burocrático, e, de outro, o policial, o “trabalhador social” descrito por esse autor.

reciprocidade em forma de “respeito” e “reconhecimento”, ou, simplesmente, sobreviver a mais um dia de trabalho.

Mas, ainda que se reconheça tal dissociação apontada por Benjamin, a argumentação de Douglas não é superada. No seu ponto de vista, não seria o caso de afirmar que o policial pensa como a polícia, mas, sim, através dela, das categorias de pensamento que ela e outras instituições que lhe são associáveis – tal como, por exemplo, o Estado – disponibilizam (DOUGLAS, 1998). O estabelecimento desse vínculo entre polícia e policial pode ser pensado através do trabalho de Mariana Sirimarco, “De civil a polícia” (2009), feito a partir de etnografias em escolas de formação de policiais na Argentina. Nessa obra, a autora aponta que essas escolas operam uma série de transformações ao nível dos corpos dos seus alunos, que visam fazer desaparecer os corpos considerados vulneráveis e frágeis associados aos civis com os quais eles chegam nessas escolas, para o estabelecimento de um corpo potente e “legítimo”, como deve ser o corpo de um policial (SIRIMARCO, 2009). O processo pelo qual essas operações se dão passam por métodos diversos, tais como humilhações diante de colegas, a atenção a diversos detalhes mínimos, a sujeição a tarefas impossíveis de serem cumpridas sem ferimentos e dor, e etc. (SIRIMARCO, 2009). O objetivo dessas escolas, no final das contas, não é, segundo a autora, preparar o futuro policial para o que vai encarar nas suas jornadas de trabalho, mas, antes, constituir-lo subjetivamente através de um novo corpo (SIRIMARCO, 2009).

Sobre os seus tempos na escola de formação de policiais, o sargento primeiro Alejandro dedicou alguma atenção na sua narrativa. Numa das oportunidades em que conversamos, esse assunto surgiu logo após o relato de Martín, feito na parte de trás de um prédio público no centro de Buenos Aires, quando Alejandro ficou nos ouvindo e observando. Depois de um tempo, Martín me apresentou a Alejandro, seu colega e superior, com quem tinha falado sobre mim, a minha pesquisa e o meu interesse em ouvir o que os policiais tinham para contar. A diferença de idade e de postura entre os dois policiais era notável, o agente tinha vinte e quatro anos, há pouco tempo na polícia e tinha um trato tímido comigo e com o seu colega, enquanto o sargento primeiro era mais velho, quarenta e dois anos, há catorze na polícia, e me encarava com uma expressão séria. Depois de termos sido

apresentados, Alejandro substituiu Martin como meu interlocutor e prontamente passou falar sobre o que faz na polícia, a relação do seu emprego com a sua família e a se queixar do que vem passando na sua profissão. Num certo momento, quando reclamava das transformações em relação à atividade policial na Argentina, Alejandro lembrou-se dos seus tempos na escola de formação de policiais e logo invocou o que é uma expressão repetida por diversos dos narradores, relacionada a esse período de seus vidas: “Uma coisa é a formação, a escola de formação. Outra, completamente diferente, é começar a trabalhar nas ruas de verdade. É aqui fora onde se aprende a ser policial de verdade.” Essa expressão, ao comparar os tempos de formação com o trabalho policial propriamente dito, “de verdade”, lhes dispensa um certo menosprezo, os trata quase como uma ficção. Isso porque, conforme os narradores, torna-se policial apenas quando se começa a trabalhar nas ruas, quando se depara com aquilo que somente estando ali como policial se pode saber o que concretamente é. Como por exemplo, os “riscos” e “perigos” que podem ser conhecido apenas a partir da experiência concreta da imprevisibilidade potencialmente fatal, assim como o lugar ambíguo e conflituoso em que os policiais se encontram em relação às expectativas alheias contraditórias ao seu uso da força física. Mas, conforme vimos com Sirimarco, os tempos de formação estão longe de serem insignificantes. Na aproximação entre os autores discutidos até aqui e as narrativas estudadas, pode-se pensar na possibilidade de que as escolas de formação não formam policiais, e nem os preparam para aquilo que um policial deve lidar realmente. Elas, porém, operam antes na des-formação dos civis que nelas ingressam, no primeiro passo, no início de um processo que se conclui apenas com o contato propriamente dito do policial com o trabalho nas ruas.

O que não se dá sem consequência para a nossa discussão sobre a relação entre a polícia enquanto instituição e o policial como indivíduo. Pois, ao apontar que aquilo que seria a formação policial é antes um desmontar do civil e que o policial é formado “de verdade” através das interlocuções que se dão ao longo do seu serviço – e também fora dele, já que para muitos se é policial “24 horas por dia” –, se reconhece que a instituição enquanto fonte de categorias de pensamento e de resoluções de dilemas dos seus membros não é um argumento tão amplamente aplicável quanto pretendia Mary Douglas. Na verdade, no

caso dos “riscos”, “perigos” e da imprevisibilidade possivelmente trágica que os policiais narradores relatam estarem submetidos ao longo das suas vidas, a polícia não lhes é uma fonte de soluções para os seus dilemas, pelo contrário, ela é antes uma fonte dos tantos problemas que os policiais contam enfrentar ao longo da sua atividade profissional. Como, por exemplo, o fato de que é por serem membros da instituição policial que os narradores se veem como alvos privilegiados dos *delinquentes*.

A solução para a “insegurança” gerada com a imprevisibilidade é encontrada, como vimos a partir de alguns narradores, numa preparação e cuidado constantes por parte do policial para que ele possa controlar o que lhe está ao redor e não se deixe fatalmente surpreender por um *delinquente*. Se essa solução não é de todo eficaz, pois, por mais que o policial esteja atento e preparado, ele ainda assim pode ser surpreendido, isso acontece porque, na medida em que esse problema se dá numa dimensão social e relacional, ele se encontra no âmbito em que está vulnerável às instabilidades próprias das interações humanas. O sujeito policial, nesse caso, se atualiza e contextualiza performaticamente ao longo das interações que faz parte na sua atividade profissional, interações essas que são sempre abertas a imponderáveis que podem ser fatais para o policial pelo simples fato de ser membro da polícia. Desse modo, ainda que no silêncio de alguém que apenas observa quem passa e o que acontece ao seu redor, o policial tem diante de um si uma experiência em aberto e intersubjetiva por se encontrar mercê das interpelações dos seus concidadãos. Como pode ser visto com o agente Maurício numa estação de metrô em meio à hora do *rush*, de repente uma senhora pode surgir do outro lado das catracas para pedir informações sobre as conexões entre as linhas de trens, mas pode ser também um *delinquente* que pode colocar a sua vida em perigo, como as das demais pessoas ao seu redor. Por isso, nas narrativas estudadas, por não se poder prever as interações e como elas podem surgir, todo cuidado é pouco para o policial.

Por fim, em narrativas que foram marcadas pelas queixas, os momentos em que os policiais contavam sobre os assuntos relacionados àquilo que chamo aqui de ser para a imprevisibilidade e para o controle, ainda que envolvessem relatos de colegas que morreram, eram falas em que as queixas eram, de certo modo, suspensas. Mesmo quando se

tratava de um colega morto, como vimos acima, as críticas recaíam sobre as suas falhas e o seu descuido que permitiram que ele fosse surpreendido. Nas palavras dos narradores, o policial deve ser responsável por si e pelas pessoas que lhe estão ao redor – se ele não está preparado para cuidar de si, ele se torna um risco por si só para os outros. Entretanto, nessas narrativas, o tom indignado de quando os policiais se queixavam sobre as frustrações e dificuldades encontradas ao longo do seu trabalho, dava então lugar a um tom didático, que explicava questões formais do serviço policial. Algo que é bem ilustrado, por exemplo, quando perguntei ao agente Guillermo sobre a escolha das cadeiras em que sentávamos enquanto conversávamos na estação de metrô, e quando o cabo Javier me contou sobre como o seu olhar irrequieto que não pousava em nenhum ponto do restaurante em que se encontrava confundiu a sua mulher ao fazê-la achar que ele não estava prestando a atenção na conversa da sua mesa, e por aí vai. Nas narrativas estudadas, por mais trágicos que sejam esses casos em que o policial é fatalmente surpreendido na sua atuação, eles são vistos como fazendo parte do trabalho policial, como a “insegurança” e a imprevisibilidade, e as preparações que elas requerem – e é nos termos do seu ofício que a morte de policiais nessas situações é contada e refletida.

TERCEIRO CAPÍTULO – A “*Libertad para trabajar*”

Nas queixas dos policiais, como vimos no primeiro capítulo, é concedida ao momento político recente da Argentina uma atenção bastante especial. É através dele que os narradores refletem e, de certa forma, explicam, aquilo que contam como a situação atual do serviço policial, na qual, segundo eles, os policiais se encontram, por exemplo, com baixos salários, em condições de serviço ruins, e hostilizados tanto pelo “governo atual”, como pela “sociedade”. Dentro do que é contextualizado através das reclamações, críticas e lamentações dos narradores, os “direitos humanos” são alvos privilegiados das suas queixas na medida em que condensam em torno de si uma série de insatisfações derivadas ao que é contado como uma deterioração crescente das condições gerais da atuação policial na Argentina, entre elas a diminuição da *libertad para trabajar* dos narradores. Assim, os “direitos humanos” são associados a diversos percalços e frustrações encontrados pelos policiais ao longo dos relatos sobre a sua atividade profissional.

Em relação aos direitos humanos, é importante sublinhar, a antropologia tem demonstrado grande interesse em refletir sobre as diversas maneiras com que eles são pensados e praticados. Como a discussão de Theophilos Rifiotis (2007) que parte do reconhecimento que a consolidação da “cultura dos direitos humanos” no Brasil desde meados convive simultaneamente com sérios problemas em muitos campos de atuação desses direitos. Segundo esse autor, os exercícios e apropriações dos direitos humanos feitos por diversos atores têm sido atravessados, em diferentes âmbitos, por um conjunto de aporias⁴⁰ que os colocam diante de contradições decisivas (RIFIOTIS, 2007). Assim, por exemplo, Rifiotis comenta a respeito do sistema carcerário

⁴⁰ Segundo Theophilos Rifiotis, “uma aporia, em grandes linhas, é uma dificuldade de ordem lógica que não tem saída nos termos em que o problema é colocado. Se trata de uma questão sem solução, sem síntese possível, a menos que seja recolocada. Isso pode significar um impasse, outros caminhos, outras perspectivas. Em resumo, é um tipo de problema insolúvel que, ao mesmo tempo, acaba por ser inevitável” (RIFIOTIS, 2007, p. 231).

brasileiro, que, por um lado, é considerado um “projeto fracassado” e motivo de reclamações e denúncias contra a sua “ineficiência”, “custos elevados” e “tratamentos desumanos”, e por outro lado, é considerado a solução para algumas lutas sociais, como a ligada à “violência de gênero” (RIFIOTIS, 2007). Entre as aporias mencionadas por esse autor, encontra-se uma que acontece a partir da relação entre os direitos humanos e o limite da legitimidade considerada ao que é chamado de monopólio da força física por parte do Estado. Apesar de Rifiotis discuti-la à luz da crise do sistema carcerário brasileiro, a aporia entre os direitos humanos e o uso da força por agentes estatais contribui para pensar as queixas dos policiais federais argentinos e as suas próprias experiências aporéticas no que toca as ambiguidades e conflitos que cercam o recurso à força física por parte dos policiais federais argentinos. Com isso, para pensar os impasses ligados aos direitos humanos a partir das falas dos policiais, gostaria de levar em consideração o que Rita Segato (2006) discutiu a respeito das pesquisas antropológicas sobre esses direitos. Segundo essa autora, apesar dos direitos humanos serem amplamente associados a certo projeto hegemônico e universalizante⁴¹, Segato discute contrapontos que se propõem reconhecer as maneiras com que esses direitos são apropriados por grupos e sujeitos diversos, que levam a focar a questão da diferença, ao passo que as discussões políticas e acadêmicas hegemônicas sobre os direitos humanos defendem a igualdade como estado supremo da sua validação (SEGATO, 2006). A partir desses contrapontos, torna-se válido questionar se os direitos humanos, mesmo se tomados em seu caráter universalizante, podem ser alvos de apropriações locais e singulares, feitas por sujeitos e grupos a partir de práticas e concepções próprias – ainda que elas mantenham, à sua maneira, os mecanismos de universalização desses direitos aos outros indivíduos.

⁴¹ Os Direitos Humanos, conforme a sua concepção hegemônica atual, tiveram sua origem na Revolução Francesa. Em meados do século XX o tema passou a ser alvo de discussão do Direito Internacional e foi instituído pela ONU em 1948 – ocasião em que é aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa Declaração afirma que o ser humano é igual em direitos e deve ser tratado como tal em todo o mundo (BROWN; 2008).

A partir da discussão entre antropologia e os direitos humanos mencionada acima, portanto, é importante considerar o que os policiais federais argentinos falam sobre esses direitos nas suas narrativas. Como quando, o agente Sebastián, no porão de um estabelecimento comercial nas vizinhanças de onde trabalha, se propôs a fazer “denúncias de corrupção” contra a polícia e, principalmente, à sua delegacia. Entretanto, como já vimos, Sebastián no nosso encontro pouco falou sobre casos concretos de corrupção, utilizando daquele tempo antes para se queixar sobre as atuais condições da atividade policial na Argentina. A princípio, a fala de Sebastián tratava de assuntos como as dificuldades enfrentadas no trabalho na polícia e os “maltratos” que os policiais sofrem por parte do governo de Cristina Kirchner. Ao falar desses assuntos, não demorou muito, porém, para que o policial falasse dos “direitos humanos”. Ao pronunciar essa expressão pela primeira vez, ele fez uma pausa e deu um suspiro sarcástico, e, com os olhos revirados para cima, repetiu: “ah!... os direitos humanos!”. A partir de então, o tom de indignação das suas palavras elevou-se e os “direitos humanos” se tornaram o assunto da narrativa por um bom bocado de tempo. As suas reclamações quanto a eles eram muitas. “Simplesmente não dá mais para trabalhar”, concluiu Sebastián, “os direitos humanos não nos deixam fazer o nosso serviço em paz”. Curioso com o que ouvia, perguntei a Sebastián se poderia me contar algo em que os “direitos humanos” atrapalharam ou que não deixaram o policial fazer o seu serviço, o que ele me respondeu com o seguinte relato:

Um dia eu estava numa rua aqui perto, estava movimentado, e ouvi uns berros vindos de um pouco mais adiante, do outro lado da rua. Era um assalto, um guri havia roubado uma senhora, levado a sua bolsa. Para fazer que a senhora largasse a sua bolsa, ele acabou por jogá-la no chão, deu uns socos nela. Saí correndo atrás dele para recuperar a bolsa, e, quando o alcancei e o agarrei, o imobilizei, já estávamos em outra rua, não era a mesma em que o crime havia acontecido. Eu efetuei a prisão ali mesmo, com ele no chão, sem excesso de força algum, apenas o

algemei para esperar uma viatura da polícia. Ao ver o garoto no chão, naquela situação, várias pessoas ficaram ao nosso redor, observando e muitas delas dizendo coisas para mim, que ele era inocente, que eu estava errado por prendê-lo, que era abuso, que ele tinha direitos humanos. Elas nem sabiam o que havia acontecido, e pareciam nem querer saber! A polícia está sempre errada. A prisão foi efetuada, o *delincuente* levado para a delegacia, mas com muito protesto. A sensação que dá é de impotência, pois não se pode fazer nada, não se pode fazer o nosso serviço.

Esse relato do agente Sebastián traz em si uma trama que pode ser percebida também em narrativas de vários outros colegas seus. Nessa trama, o policial flagra um crime acontecer em situações bastante nítidas e evidentes, nas quais não há dúvida para eles de que algo errado aconteceu ali, e de quem é o *delincuente* e de quem é a vítima. Por sinal, em alguns desses relatos, o papel de vítima é desempenhado por uma “senhora”, como na fala de Sebastián, em outros relatos, por uma “mulher”, ou então um “senhor”, mas sempre pessoas a quem se pode emprestar com facilidade a condição de frágeis e indefesas. Ou seja, o policial não tem apenas o dever profissional e legal, mas também moral de intervir em favor dessas pessoas. Segundo eles contaram, diante de um crime, que é reforçado com os socos e agressões à vítima, o policial deve agir e ir atrás do *delincuente* para prendê-lo. Nas suas narrativas, o ladrão é alcançado e a sua prisão passa a ser efetuada em meio a pessoas que, por alguma razão, não viram o delito acontecer – seja por se encontrar num lugar diferente ou por ter sido uma punção discreta num vagão de metrô lotado. Sem ter a mesma evidência do flagrante que o policial, essas pessoas passam a automaticamente reprovar a sua ação e a defender o *delincuente*, a alegar que ele é inocente, que ele está sendo vítima de abuso, e, enfim, a recorrer aos “direitos humanos” do preso. “Elas não querem nem saber”, queixou-se Sebastián sobre a postura dessas pessoas, que segundo ele parecem predispostas a ir contra os policiais. Com isso, diante da percepção de que são vistos sempre como o lado “errado” na história, como quem está desobedecendo os “direitos

humanos”, os policiais se sentem “impotentes”. “Nós não podemos fazer nada, nem mesmo o nosso trabalho!”, concluiu o agente Martin ao encerrar um relato com essa trama.

Nessas narrativas, os “direitos humanos” sintetizam toda uma situação em que o policial se vê diante da resistência não somente do *delincuente*, que é logo dominado e preso, mas das pessoas que lhes estão ao redor e, segundo os narradores, imputam aos policiais uma má imagem de “arbitrários”, “corruptos” e de que “abusam da violência”. Pessoas essas que, nas queixas apresentadas, aparecem como aquelas que vêm a ser potencialmente *ajudadas* e *protegidas* ao longo da atuação dos policiais, o que serve para aumentar o tom de indignação desses relatos, pois, ao se colocarem contra os policiais, tais pessoas frustram as expectativas de reciprocidade em forma de “respeito” e “reconhecimento”, esperada pelos narradores. Diante das suspeitas geradas em relação à integridade moral do policial que efetua a prisão, as queixas dos policiais elevam o tom indignado das suas falas e ressaltam o fato de que se trata do seu “trabalho”, bem como economizam nas palavras utilizadas para descrever os momentos em que a força física foi usada (“o alcancei”, “o agarrei”, “o imobilizei”), fazendo ainda questão de esclarecer que tudo ocorreu “sem excesso de força algum”. Nas narrativas dos policiais participantes dessa pesquisa, os “direitos humanos”, portanto, são associados a um conflito no qual, por um lado, o policial se vê hostilizado pelas “pessoas em geral”, e, por outro, ele tem as suas expectativas de legitimidade, em relação ao modo com que conduzem o seu “trabalho”, não realizadas ao se ver confrontado por opiniões e julgamentos alheios sobre a sua profissão e o modo de conduzir o seu serviço.

Nos relatos em que os policiais encontram resistência, por parte das pessoas na rua, às prisões que efetuam, os “direitos humanos” participam do lugar ambíguo que os policiais se veem ocupar, a partir das expectativas conflituosas em relação ao uso que fazem da força física. Nesses casos contados pelos policiais, essa ambiguidade torna-se patente porque há a expectativa por parte da vítima de que o policial possa resolver o seu problema porque ele é preparado para isso, é ele quem pode utilizar a força física para prende o *delincuente* que a roubou, por exemplo, bem como porque ao mesmo tempo, diante da mesma situação, os outros expectadores da ação policial condenam

publicamente o policial pelo que ele está fazendo, por cometer “abusos”, por utilizar da “violência” contra alguém que estas pessoas alegam ser inocente. Cria-se, então, ao redor do policial uma zona cinza em que os seus atos são ambivalentes e geram reações diversas: ao mesmo tempo que os expectadores se colocam contra ele por ser “violento”, a vítima lhe agradece por ter resolvido um problema que só ele, enquanto policial, poderia resolver com o uso da força física. Nesse conflito, os “direitos humanos” não são apenas argumentos para constranger ou demover o policial da sua ação, mas são elementos que constituem a partir de si uma sensibilidade que contribui para que aquilo que o policial enxerga como uso da força física, seja visto pelos outros como “violência” - com todas as suas implicações morais e políticas sobre a atividade policial, com efeitos sobre a sua legitimidade.

Sobre a questão da construção da legitimidade na atuação policial, Jacqueline de Oliveira Muniz e Washington França da Silva (2010) fizeram um importante estudo junto a policiais militares de João Pessoa (Paraíba) ao buscar compreender como a autoridade policial é concretamente exercida diante das finalidades dos casos em que ela é chamada a atuar. Segundo esses autores, os policiais ouvidos por eles revelaram a existência de pelo menos dois “requisitos funcionais” para a construção de uma atuação policial aceitável: a legalidade e a legitimidade (MUNIZ & SILVA, 2010, p. 461). Desse modo, ao atuar, esses policiais procuram traduzir as expectativas dos que lhes estão ao redor através de uma negociação que visa atribuir aos seus atos, conforme cada caso, a legalidade e a legitimidade sem as quais a sua autoridade se esvairia (MUNIZ & SILVA, 2010). No que tange à relação entre legitimidade e o uso da força física, Muniz e Silva apontam um *dispositivo para a produção de legitimidade* que se sustenta, segundo os policiais ouvidos, em alegações morais e técnicas de proporcionalidade da força utilizada segundo as exigências de cada situação em que o policial atua (MUNIZ & SILVA, 2010). Entretanto, apesar das estratégias de legitimação aplicadas pelos policiais ao longo da sua atuação, esses autores ressaltam que a construção da legitimidade da ação policial está alicerçada antes de tudo nas relações de confiança que se constroem entre os indivíduos e as instituições, “as quais são resultantes de um histórico de representações, expectativas e práticas sociais acerca dos fins, modos e meios do exercício concreto do

mandato policial, que se convertem em aceitação e consentimento públicos” (MUNIZ & SILVA, 2010, p. 469).

É importante salientar que Muniz e Silva discutiram o que chamam de construção da legitimidade a partir da teoria da polícia de Egon Bittner. O núcleo duro dessa teoria, segundo esses autores, é a conceituação do mandato policial expressa na proposição de que “o policial, e somente o policial, é equipado, intitulado, e dele requerido que oriente cada emergência em que a força pode vir a ser utilizada”⁴² (Bittner *apud* Muniz & Silva, 2010, p. 450). A partir dessa citação de Bittner, os dois autores refletem sobre o “policial” como sendo alguém que é equipado tanto em termos de meios, quanto de modos para agir no cumprimento de seu mandato (MUNIZ & SILVA, 2010). O policial está autorizado porque lhe são concedidos respaldo legal e consentimento social para policiara, e porque ele responde a qualquer exigência, qualquer evento ou conflito que ameace um dado *status quo*, cuja amplitude corresponde à paz social pactuada entre a sociedade e seu governo (MUNIZ & SILVA, 2010). Ao falar da necessidade de produção da legitimidade para a atuação policial, portanto, Muniz e Silva a vinculam estreitamente a algum grau de concordância política e social em relação às suas finalidades e meios.

A partir do que Muniz e Silva escreveram sobre os “requisitos funcionais” para uma atuação policial aceitável, pode-se pensar os “direitos humanos” citados nos relatos em referência às vozes do público que defende um “*delinquente*” como limites que frustram as expectativas de legitimidade dos policiais quanto ao modo com que eles fizeram o seu serviço nas ocasiões contadas. Mas, nas narrativas, essa frustração não se dá somente por causa das discordâncias quanto aos procedimentos do policial. Os expectadores, quando levantam suspeitas ao policial, apontam abusos e alegam a desobediência dos “direitos humanos” do preso, ao mesmo tempo em que defendem a inocência do “*delinquente*”, eles performativamente invertem a condição do policial com a daquele que está sendo preso. Nessas situações, os “direitos humanos” são invocados não apenas para traçar uma linha legal para

⁴² No texto de Jacqueline de Oliveira Muniz e Washington França da Silva, a citação de Bittner encontra-se em inglês e, ao trazê-la para essa dissertação, optei por traduzi-la.

limitar a ação policial, mas para que o policial seja dissuadido, ou ofendido, por já ter cruzado essa linha e, com isso, encontrar-se fora-da-lei. Como queixou-se o agente Juan ao contar uma dessas ocasiões, “tem pessoas que sugerem ao delinquente que processem os policiais” pela prisão. Ou seja, nos relatos ouvidos, os “direitos humanos” não se limitam a ser apenas um argumento a favor do preso ou uma ofensa ao policial, ao fazer o uso da força por parte do policial ambíguo, ao torná-lo “violência”, eles são utilizados pelos expectadores de maneira a esvaziar performativamente a legitimidade da ação do policial, ao fazê-lo inverter a sua posição com alguém que está sendo preso.

Em certo momento da sua narrativa, o cabo Fabiano reclamou dessa inversão ao falar da intervenção dos “direito humanos” nessas situações:

Se estou de serviço numa rua, numa ronda, por exemplo, e pego um delinquente roubando. Ele é detido, vejo se está armado. Mas quando um de nós faz isso, sempre aparece alguém falando nos direitos humanos, e então parece que o policial é o *delincuente*, parece que fomos nós quem cometeu o crime.

Segundo Fabiano, trata-se de algo “injusto” e de um “desrespeito” para com o policial. Se pensarmos em conjunto com o que Muniz e Silva apontam acerca de tal coisa, essas situações de inversão tornam-se especialmente marcantes ao serem pensadas através do consentimento social que lhe é concedido. Desse modo, os narradores, ao considerarem o uso da força física utilizado ao prender o *delincuente* como moral e tecnicamente proporcional ao que lhe foi exigido, e, portanto, justificado, encontram-se diante de um impasse por serem confrontados por alegações e provocações que, segundo os policiais, acontecem automaticamente por se tratar da polícia, pois ela, aos olhos dessas pessoas, “está sempre errada”. Independente dos critérios utilizados pelos policiais para diferenciar o que fazem da “violência”, aos olhos das “pessoas” e da “sociedade”, o uso da força física por parte dos policiais é considerado “violento”. Ao menos no que é contado nas

narrativas, os policiais parecem estar longe de poder resolver impasses desse tipo na sua atuação, na medida em que essas dificuldades são contadas em associação a uma crise de confiança na polícia por parte da “sociedade” e das “pessoas em geral”.

Esses “problemas” enfrentados pelos policiais são contados como fenômenos recentes, eles são situados nas narrativas como dificuldades que os policiais argentinos nem sempre tiveram que enfrentar junto à “sociedade”. Assim, se antes a polícia e os seus membros eram “respeitados” e tratados com distinção pelas pessoas nas ruas, a partir de um determinado momento, esse trato transformou-se completamente e os policiais passaram a ser “ignorados”, “desrespeitados” e “hostilizados” pelas “pessoas em geral”. Dentro desse quadro de mudança, os “direitos humanos” são contextualizados nos relatos como um índice da piora das condições de serviço dos policiais e da deterioração política e social da Argentina nas últimas décadas. No tempo que é demarcado como o *antes* do aparecimento dos “direitos humanos”, os problemas e dificuldades a eles associados não eram conhecidos. Nas narrativas estudadas, esse momento anterior aos “direitos humanos” e aos seus efeitos é situado de algumas maneiras distintas. Alguns narradores, por exemplo, remetem essa época aos tempos da “última ditadura”, quando a polícia era “respeitada” e “bem quista” pelas “pessoas”. O que é contado nas suas queixas de maneira a comparar um passado “ordeiro” e que “respeitava as autoridades”, quando os policiais não tinham problemas para efetuar o seu serviço, com o presente “esquerdista” e “descabido”, no qual os policiais “não têm liberdade para trabalhar”. Outros policiais que participaram dessa pesquisa se restringem a identificar nos seus relatos o aparecimento dos “direitos humanos” e as suas consequências com a chegada ao poder do “governo atual”.

Nas queixas apresentadas, porém, os efeitos sobre a atuação policial relacionados aos “direitos humanos” não são sentidos apenas nas interações com as “pessoas em geral” nas ruas. Eles são contados como transformações que perpassam diversos âmbitos da atividade policial na Argentina e são percebidas sob muitas formas. Sobre a percepção dessas mudanças, o sargento primeiro Alejandro, numa conversa que tivemos junto ao agente Martin aos fundos de um prédio público no centro de Buenos Aires, após ter falado sobre diversos

assuntos como o que faz no seu trabalho, a sua revolta com o “governo atual”, e ter comparado os seus dias na escola de formação com o trabalho “de verdade” nas ruas, ele fez alguns comentários interessantes sobre o filme *Tropa de elite* a partir do fato de eu ser brasileiro. “Gostei bastante desse filme, mostra a realidade da polícia”, disse o policial, que prosseguiu com uma comparação, “as coisas no Brasil estão indo muito bem, fico feliz com isso. Estão muito melhores que aqui na Argentina, que vem decaindo muito”. Segundo Alejandro, ele vem acompanhando o que acontece no Brasil e, com uma expressão e tom de clara aprovação, comentou que “a Dilma está limpando as favelas” com a polícia e “até com o exército!”. A aprovação demonstrada pelo policial foi contraposta com as lamentações e críticas que vieram em seguida sobre a situação atual da Argentina, em que os “direitos humanos” não permitem que ocorra no seu país o que ele contou sobre o Brasil. Ao fazer essa comparação, Alejandro passou a ilustrar os “absurdos” aos quais ele e os seus colegas estão submetidos:

Agora nas viaturas da Polícia Federal tem um adesivo na parte traseira com um telefone para denúncias contra policiais. Então, se alguém achar que teve algum policial abusou do poder, pode ligar para esse número e denunciá-lo. Isso é muito injusto! Isso é condicionamento da polícia E por que é injusto? Porque as denúncias são anônimas e o policial, se for alvo de uma dessas denúncias, fica afastado por até seis meses. Imagina, alguém liga e mente só para prejudicar o policial, e ele se vê numa péssima situação. Complemente vulnerável. Porque, durante a investigação dessa denúncia, o policial é afastado do seu trabalho e recebe metade do seu salário normal, sem poder fazer os [horários] adicionais! É horrível! Eu falo isso... eu sei porque colegas meus já passaram por isso e eu vivo com medo de ser denunciado e punido por algo que eu não fiz. Mas isso é fruto da política atual, dos defensores dos direitos humanos e do governo atual. A presidente e a Garré [Nilda Garré, *Ministra de Seguridad*] não

ajudam os policiais. Elas não gostam da gente, na verdade. O policial não pode reagir de maneira alguma em nenhuma situação, sempre condicionado por uma possível denúncia. Por isso, as coisas estão indo muito mal na Polícia Federal, no sentido de trabalho, tem muitas coisas que não se podem fazer, e estamos falando de procedimentos de como se deveriam fazer, na rua, na favela, em protestos. Passei muito tempo na Onze e na Catorze, não sei se já ouviste falar, mas passei oito anos nessas delegacias. Bem... mas era outra época, estou falando de 2000, 2001. Era melhor, hoje em dia já não se tem liberdade para trabalhar. Como posso dizer.. judicialmente, tem muitas travas, aqui os delinquentes têm muitas liberdades, estão muito protegidos. Como te falei antes, sempre tem os direitos humanos.

Na queixa do sargento primeiro Alejandro, que é policial há catorze anos, enquanto no Brasil a polícia é utilizada de maneira “apropriada” para “limpar a favela”, na Argentina ela se encontra submetida a diversas formas de “travas” que a impedem de fazer o seu serviço de forma apropriada. Essa fala, com um tom marcado pela denúncia e a revolta, aponta as “injustiças” cometidas contra os policiais, que são “condicionados” ao longo seu trabalho tanto pelos seus superiores do *Ministerio de Seguridad* quanto pelos outros cidadãos, que podem prejudicar arbitrariamente um policial com uma denúncia. Com isso, o policial “não tem liberdade para trabalhar”, para fazer o que considera necessário para atuar junto aos problemas que ele se vê requisitado a resolver. Segundo Alejandro, essas restrições e perigos à atividade policial são frutos da “política atual”, ou seja, do “governo” incumbente, representado pela presidente Cristina Fernández de Kirchner, bem como pela *ministra de seguridad*, e pelos “defensores dos direitos humanos”⁴³, que de alguma forma participam das restrições colocadas aos policiais.

⁴³ Sobre a atuação de organismos de defesa dos Direitos Humanos na Argentina na última década, Marcela Perelman (2009), que atua nesses

De todo modo, Alejandro, ao falar sobre as restrições à sua “liberdade para trabalhar”, não as resumiu às “travas” que limitam a atividade policial, tais como as denúncias anônimas contra supostos abusos por parte de policiais. Após ter se queixado para mim sobre os “condicionamentos” a que ele e os seus colegas se veem expostos, ele continuou a falar sobre os “direitos humanos” e os seus efeitos sobre o ofício policial na Argentina atual, principalmente no que se refere às dificuldades encontradas ao efetuar prisões. Como outros colegas seus ao falar sobre esse assunto, Alejandro contou um caso de uma prisão em que os expectadores contestaram a ação do policial e defenderam o *delincuente*. Na ocasião, o sargento primeiro estava “de civil num trem” e flagrou um punquista roubar a carteira de um passageiro e prendeu o ladrão. Ao efetuar a prisão, as pessoas ao redor passaram a defender o *delincuente* e a pedir para “deixá-lo”, utilizando de fatores como a idade - “não vês que é um garoto?!” -, e os “direitos humanos” como argumentos contra o policial, mesmo depois de ele ter se apresentado como membro da polícia. Após contar esse episódio e lamentar o

organismos, traz uma interessante discussão ao escrever sobre a criminalização de manifestações públicas – no caso desse trabalho, os *piqueteros* – por parte de policiais, que os reconhecem como “exércitos irregulares”. Nesse texto, além do trabalho etnográfico feito a partir de contatos com policiais argentinos, observação do serviço policial durante manifestações e pesquisa com documentos de instituições de segurança pública, a autora traz também uma discussão sobre a maneira com que as organizações de defesa dos direitos humanos atuaram junto às políticas governamentais que visavam regulamentar e coibir o uso da força física por parte de forças de ordem em manifestações públicas (PERELMAN, 2009). Os principais sucessos dos organismos de Direitos Humanos em construir certo poder de denúncia e de incidência sobre a agenda de segurança na Argentina iniciaram-se desde os últimos meses do governo interino do presidente Eduardo Duhalde, quando começaram a instrumentalizar uma série de medidas de regulação e controle da violência policial em relação a manifestações. Com o início da presidência de Néstor Kirchner essa linha foi aprofundada, dando lugar ao que foi denominado “agenda de Direitos Humanos” (PERELMAN, 2009, p. 477). É importante sublinhar que esses sucessos acontecem conjuntamente a outras transformações política na Argentina desde o final de 2001, quando irrompeu uma grave crise econômica e política no país, com protestos de amplas proporções e dezenas de mortos nos choques com as forças de ordem (PERELMAN, 2009).

desprezo e antipatia das “pessoas” em relação aos policiais, Alejandro passou então a falar sobre os procedimentos que a polícia tem que efetuar junto a um policial após ele ter prendido alguém:

Te procuram depois... sempre te procuram depois para interrogar sobre os procedimentos da prisão... então deve-se estar bastante atento quanto a isso, ao que dizer, ao que falar, porque pode te custar o emprego. Um exemplo... em 2006 prendi dois *delincuente* que estavam para roubar um supermercado, eu os peguei. Eles eram menores de idade, um de dezesseis e um de dezessete... o de dezessete com um .38. Não trocamos tiros, porque eu não quis, pois eles chegaram a me ameaçar com a arma. E... bem, quando os levei para a minha delegacia, o advogado colocou que deveriam ser entregues aos seus pais. O chefe da delegacia consultou-se, passou isso, isto e aquilo, “ah! são menores, são competência dos seus pais.” E entregaram os *delinquentes* aos seus pais! Eu arrisquei a minha vida a ponto de quase trocar tiros e os *delinquentes* são levados de volta aos seus pais, como se não tivessem feito nada? Então, essas coisas te impedem de fazer... não te deixam trabalhar, não deixam fazer nada. E hoje em dia é assim. Então, o que acontece? Eu estava de civil, vi roubos, e não fiz nada porque não suporto mais isso. Hoje em dia não te dá gana. Temos uma... hoje em dia temos essa senhora, a [Nilda] Garré, a chefe de todos os policiais, e, bem, essa senhora é impossível, está cada vez pior. Ela não é uma boa *ministra de seguridad*, pelo menos para nós policiais, não.

Ao contar essa prisão, ao contrário da indignação e revolta demonstradas anteriormente, o tom da fala de Alejandro era cínico, em consonância com o conformismo que crescia entre suas palavras na medida em que se aproximava do final do relato. Nessa sua queixa, o

policial releva o fato de ter corrido o risco de morrer ao efetuar uma prisão que foi, no final das contas, inócua, não apresentou nenhum resultado esperado por ele ao fazer o seu serviço, ainda que um assalto a um mercado tenha sido frustrado por causa da sua ação. Apesar de considerar que o seu ofício é “defender as pessoas”, para Alejandro, portanto, o seu trabalho somente é completo com a prisão efetiva de quem cometeu o crime, o que não aconteceu por vários motivos diferentes, que vão desde a idade dos *delicuentes* presos até a política de “direitos humanos” do “governo atual”, passando inclusive pela ação de um advogado e a leniência do chefe da delegacia. Desse modo, se, antes, como quando prendeu o punquista no vagão de trem, mesmo ao estar de civil, Alejandro tinha “gana” de cumprir o seu trabalho e efetuar as prisões necessárias, atualmente ele se encontra desmotivado por se sentir “impedido” de trabalhar por causa da falta de “liberdade”. O cinismo com que o sargento primeiro concluiu os seus comentários e relatos sobre as frustrações e dificuldades associadas aos “direitos humanos” demonstra que, ao nível da relação entre o narrador e a sua prática profissional, ele não se vê em condições de resolver os tantos dilemas e conflitos que aparecem na prática policial, restando assim, pelo menos ao nível da sua queixa, certo conformismo.

Além da narrativa do sargento primeiro Alejandro, a figura do “advogado” também surgiu numa das conversas que tive com o agente Juan. Na oportunidade em que ele falou sobre esse assunto, nos encontrávamos numa estação de metrô em que ele estava de serviço, num horário pouco movimentado da noite, e ficamos junto às catracas de acesso aos trens e a cabine do *boletero*, a pessoa encarregada de vender os *tickets*. Era a minha última semana na Argentina e eu então procurava me encontrar com os policiais que participaram dessa pesquisa tanto para poder ter uma última conversa, como para agradecer a “ajuda” que me proporcionaram. Nessa noite pouco movimentada na estação, eu e Juan conversamos de pé, ele do lado de dentro das catracas e eu de fora, por mais ou menos uma hora e meia. Durante esse tempo, vários assuntos foram discutidos, e, em vários momentos, ao contrário dos encontros anteriores, a fala monologal de queixa que era comum nas conversas com Juan, deu lugar a diálogos sobre coisas como o seu interesse de viajar futuramente com alguns amigos pelo Brasil, a beleza das mulheres argentinas e brasileiras, ou o seu problema de infidelidade

em relação à sua esposa, algo que, segundo ele, a igreja evangélica da qual faz parte o ajudou a superar. Como em outras ocasiões em que conversamos, Juan também falou sobre os “direitos humanos”, a princípio em referência à comparação que, segundo ele, muitos colegas seus fazem com os “tempos da ditadura”. Quanto a isso, o agente relativizou a relação entre esses temas ao dizer com uma expressão de pouco caso que “tem muito policial que diz que na ditadura era melhor, e tem gente que diz que não se podia fazer nada, que era horrível. Mas eu não vivi essa época e nem a maioria de quem fala sobre ela, então não posso dizer nada.” Aproveitei então que o tema dos “direitos humanos” havia sido tocado para perguntar se o policial tinha algo mais para falar sobre eles, lembrando que esse é um assunto recorrente quando se trata do “governo atual” da Argentina. O agente, ao ouvir essa questão, pensou um pouco e passou falar calmamente que “o problema é que do jeito que está, os direitos humanos limitam a autoridade do policial, eles reduzem ainda mais o poder mínimo que os policiais têm.” Ao falar isso, Juan deu um exemplo de como os “direitos humanos” podem reduzir a “autoridade” do policial através da figura do “*abogado*”:

Às vezes, quando o policial faz uma prisão ou leva a cabo alguma ordem, aparece um sujeito que gosta de se mostrar para todo mundo, de dizer na frente de todos que ele é advogado, que conhece as leis e que o que estamos fazendo está errado. É comum aparecer um advogado, ou alguém que se diz advogado, para questionar a prisão... 'não podes privá-lo da liberdade! não podes privá-lo da liberdade se ele não tem nada... onde está a pessoa que o acusa? Vocês têm que respeitar os direitos humanos dessa pessoa! Eu sou advogado, eu sei disso!', chega o sujeito e diz isso para a gente, na frente de todos.

Nesse relato do agente Juan, de certo modo, o “advogado” torna-se a síntese dos inconvenientes associados aos “direitos humanos”

na medida em que se trata de alguém alheio ao trabalho policial que se intromete no que o policial está fazendo de modo a constrangê-lo e, aparentemente, a demovê-lo da sua ação. Nas palavras do narrador, ele é caricaturado como uma pessoa vaidosa, que “quer se mostrar para todo mundo” e diz diante de todos que “conhece as leis” para poder afirmar que o policial está errado, e que recorre a um título, o de “advogado”, para atestar que sabe do que está falando. A princípio, tomei o “advogado” um tanto literalmente, como o profissional relacionado a esse termo, mas depois acabei por me dar conta que nas palavras de Juan, ao menos ao nível da nossa interlocução, se tornou uma expressão que define ironicamente as pessoas que contestam em público a ação policial ou, mesmo, que alegam os seus direitos e os alheios de maneira estridente.

Eu me dei conta desse uso da expressão “advogado” um tempo depois de Juan falar sobre os “direitos humanos”. Na ocasião, o narrador comentava o que conhecia e o que achava do cinema brasileiro até ser interrompido por uma discussão acalorada entre um usuário do metrô e o *boletero*. A princípio, Juan se calou e passou a observar o que acontecia no guichê de compra de *tickets*, e então me olhou com um sorriso sarcástico e disse ironicamente, erguendo as sobrancelhas: “Olha! Um advogado!”. Perguntei ao policial se tinha ideia do que se passava, mas recebi como resposta apenas um gesto de dúvida enquanto a sua atenção estava voltada para o bate-boca que se intensificava com o tom de voz cada vez mais alto dos dois homens no guichê. Por um tempo, Juan apenas averiguava a situação, mas quando o “advogado”, um homem de cerca de quarenta anos e que ostentava na discussão uma carteirinha de funcionário da prefeitura de Buenos Aires, deu dois socos na grade que protegia o guichê e xingou o *boletero* de “*boludo de mierda*”, o policial se sentiu compelido a intervir na contenda e perguntou com o peito erguido e uma expressão séria “o que está acontecendo aí?”. Quando o agente envolveu-se na situação, o usuário do metrô disse, aos berros, para que ele “não se metesse”, pois iria “processá-lo também”, junto com o “trotskista” que trabalhava no guichê. Juan foi então rápido para ostentar, por sua vez, a sua presença fardada e a sua autoridade ao aproximar-se do “advogado” e afirmar que: “Eu me meto quando tu chamaste o *boletero* de *boludo*!” Nisso, o *boletero* saiu de trás do guichê e se colocou ao lado do policial e xingou

o usuário do metrô de “funcionário do Macri”, que lhe devolveu com mais um “trotskista!”. Entretanto, o principal alvo do “advogado” passou a ser Juan, que desajeitadamente acabou por se envolver num conflito que, a princípio, buscava intermediar. O policial, ao se ver acuado pelas respostas do usuário do metrô, passou então a explicar que ele “não pode permitir que as pessoas se xinguem na estação de metrô”, e que “não estava certo” o que o usuário tinha feito, e então o policial passou a ouvir o “advogado”, a escutar as suas reclamações sobre o *boletero*, ao que respondeu com uma alegação de que não podia fazer nada para ajudá-lo, pois “não havia nada que um policial poderia fazer para resolver essa situação”⁴⁴, e que, portanto, o usuário deveria “reclamar para administração do metrô”. Ao, de certa forma, utilizar o poder da impotência burocrática, aos poucos Juan conseguiu fazer com que o “advogado” se acalmasse, e se cansasse da discussão ao perceber que a sua causa não renderia frutos ali. O “advogado” então pediu desculpas a Juan por qualquer exagero da sua parte e desceu, conformado, a escada rolante rumo ao metrô.

Com o *boletero* de volta ao seu posto no guichê (havia se formado uma fila grande enquanto ele discutia), o policial me olhou com uma cara de incômodo. Perguntei a Juan de que modo ele havia tentado lidar com a situação que acabara de acontecer, ao que ele me respondeu ainda com um tom aborrecido: “Tenho que saber usar o critério para a nossa ação. E qual critério é esse? Não agravar a situação além do que já está”. Depois de dizer essas palavras, o meu interlocutor cerrou os lábios numa expressão de dificuldade e continuou:

⁴⁴ Os argumentos do “advogado” para Juan foram: “Eu fui ali no guichê para recarregar o meu cartão de embarque, mas esse comunista de merda disse que ele está ali para vender tickets, não para recarregar o cartão! Ele tem meios para recarregar o cartão, a máquina para isso está ali! Qualquer *boletero* faz isso, menos ele! Ele não faz porque não quer!” Depois que o usuário do metrô se retirou e desceu as escadas para pegar o seu trem, eu e o *boletero* trocamos alguma palavras e ele me explicou o porquê de não recarregar os cartões: “Eu sou contratado para vender tickets, sempre foi assim. Agora veio o governo Kirchner com o seu cartão de embarque, mas eu não recebo para isso. Eu recebo para vender tickets!”

Eu sei que o *boletero* é respondão, que ele é o contrário daquilo que ele deveria ser. Mas o “advogado” passou dos limites ao elevar a sua voz demais e começar a berrar, e ao xingar o *boletero* e depois me ameaçar, discutir quase aos berros comigo. Mas foi tudo bem, a situação foi controlada, tanto é que no final ele mesmo saiu pedindo desculpas. Como eu te disse, não podemos deixar que a situação se deteriore, que ela piore.

Diante de uma situação de conflito, portanto, o critério utilizado por Juan é o de conter qualquer forma de agravamento e garantir o controle sobre o que está acontecendo. Apesar de reconhecer os erros de ambos os contendedores, não lhe coube julgar os seus equívocos – mesmo com o modo irônico que falou dos “advogados” –, mas, antes, de garantir a ordem na estação de metrô, garantir que aquilo que está ruim não venha a piorar e colocar essa ordem de algum modo em risco. O critério de Juan em relação à discussão do “advogado” e o *boletero*, desse modo, não estava nos atos desses dois sujeitos, mas na relação desses atos com a ordem social que lhes cerca. Nesse raciocínio, um xingamento mais acintoso, como “*boludo de mierda*”, pode levar a uma briga, e, essa, à perda do controle que o policial atribui a si na situação – por isso, cabe a ele agir antes que a discussão vire uma confusão.

Desse modo, talvez seja o caso de pensar o desafio que os “advogados” colocam às ações dos policiais, e as pessoas que utilizam os “direitos humanos” para inverter performativamente a condição do policial durante as prisões de *delincuentes*, não somente como frustrações às expectativas de reciprocidade da parte dos policiais, mas como empecilhos com os quais os policiais têm lidar na medida em que têm que controlar a ordem pública durante a sua atuação. A contestação pública ao policial pode pôr decisivamente em risco o controle que o policial atribui a si nas situações em que se vê envolvido na medida em que ela mina a legitimidade do policial aos olhos do público – ou seja, a resistência associada aos “advogados” e aos “direitos humanos” pode levar justamente ao que Juan diz procurar evitar que aconteça, que aquilo que está ruim se deteriore.

Após ter assistido a discussão entre o “advogado” e o *boletero* e os seus desdobramentos, perguntei ao agente Juan se esse tipo de coisa é comum no seu dia-a-dia de trabalho. O policial respondeu que “depende de onde se está de serviço”, mas, na região em que nos encontrávamos, me contou num tom sigiloso, com vários prédios públicos, era comum encontrar “advogados”. Coincidentemente, não demorou muito para que a nossa conversa fosse interrompida mais uma vez por uma discussão entre o *boletero* e um usuário do metrô. Mais um vez, Juan me olhou com um sorriso irônico e disse: “Outro advogado!”. Como antes, assim que reparou uma escalada nas hostilidades, o policial interveio entre os dois para evitar que “as coisas piorassem”, e, de novo, o usuário passou a falar diretamente com o agente, só que agora aos berros e com o dedo em riste, dizendo coisas como: “Tu não és nada!”. Ao ver essa situação, algumas pessoas que passavam pelas catracas começaram a defender Juan, alertando ao usuário de metrô que ele não poderia falar desse jeito com ninguém, muito menos com um policial, que “não estava certo”, ao que ele respondia com “cala a boca” e “eu sou desembargador!” O meu interlocutor tentou explicar ao “desembargador” o mesmo que havia dito ao “advogado”, que ele teria que “reclamar com a administração do metrô”, que ele, enquanto policial, não poderia fazer nada em relação à recarga do cartão, mas também não poderia permitir agressões verbais como as que estavam acontecendo. Ao contrário da discussão com o “advogado”, na qual fazia questão de se mostrar calmo, diante do “desembargador” Juan estava visivelmente tenso e inseguro em como lidar com aquela situação. As suas palavras muitas vezes vacilavam enquanto o usuário de metrô continuava a lhe esbravejar. Ao reparar que o policial estava sem o chapéu da sua farda e não portava nenhuma identificação, o “desembargador” passou a perguntar coisas como, sempre com o dedo em riste em direção ao rosto de Juan, “qual é o teu nome?!", “em qual delegacia tu trabalhas?!", “qual o nome do chefe da tua delegacia?!", pois segundo ele iria “falar com o chefe” de Juan para demiti-lo. “Diga, qual o teu nome?! Me diz! Cadê a tua identificação?! Cadê?! E o teu chapéu?! Tu sabes que tens que usar o chapéu e a identificação e não estás usando! Vou falar com o teu chefe para te tirar da polícia!”, ameaçou o “desembargador”. A situação se prolongou um pouco, com Juan calado e cabisbaixo diante dos berros do “desembargador”, até que um funcionário que cuidava da limpeza do

metrô e um outro usuário que passava naquele momento pelas catracas começaram a perguntar repetidamente ao “desembargador” qual o seu nome. A cada vez que ele interrogava Juan sobre como se chama, a sua identificação, o seu chapéu, seu chefe, sua delegacia, esses dois respondiam “e qual o teu nome?!”, apontando dedo, continuamente. Incomodado e constrangido com a reação das pessoas ao seu redor, o “desembargador” se retirou de repente, ainda aos berros, em direção das escadas rolantes para pegar o seu trem.

A partir de então, o constrangimento e a preocupação eram claros no rosto de Juan. Depois de responder às outras pessoas que estavam em torno das catracas que estava “tudo bem” com ele, foi a minha vez de perguntar ao policial se estava preocupado com algo por causa do “desembargador”. Juan me respondeu afirmativamente, que “tem muito medo dessa gente”, pois, se falarem com o seu chefe, “quem é que vai tomar uma causa contra um desembargador ou um magistrado, alguém tão importante? Ainda mais eu agora, que estou sem identificação e sem chapéu.” Para distraí-lo e retomar a nossa conversa, procurei retomar o assunto sobre religião sobre o qual falávamos antes do “desembargador” aparecer, mas as respostas do policial eram lacônicas. Ao perceber que seria inapropriado continuar a conversa, por Juan estar talvez constrangido, ou por não conseguir pensar em nada mais, ou simplesmente por preferir ficar sozinho naquele momento, resolvi encerrar o nosso encontro, agradei pela sua participação na pesquisa e nos despedimos.

A conversa com o agente Juan na estação de metrô naquela noite não foi marcada somente pelos bate-bocas acalorados que se iniciaram no guichê de venda de *tickets* e envolveram inclusive o policial. O que determinou o desfecho do nosso encontro ao ponto de praticamente concluí-lo foi um erro decisivo cometido por Juan, no qual ele tomou um “desembargador” por mais um “advogado” a “exigir os seus direitos”. Com o “advogado”, o policial desde o início ostentou a sua autoridade através da sua presença fardada e da própria intervenção na discussão que então acontecia. Mesmo nos momentos em que se viu acuado pelas palavras do “funcionário da prefeitura”, o agente ainda assim pode encontrar um meio de reverter essa situação ao alegar não ter meios para resolver o problema do “advogado”. Ao mostrar-se impotente em relação às demandas do seu contendedor, Juan acabou por

acalmá-lo e por receber as suas desculpas pela sua atitude. Entretanto, no segundo bate-boca daquela noite, quando o policial utilizou uma forma abordagem parecida para intervir nessa discussão, logo descobriu que não se tratava de um “advogado”, mas de um “desembargador”, de uma figura jurídica que, na interação que se abriu a partir daí, não era meramente uma caricatura de um gesto “mal educado”, mas uma figura de poder e influência, inclusive sobre a polícia, apesar de não fazer parte da hierarquia policial. Assim, ao tentar fazer a sua autoridade presente em relação a alguém que veio a se tornar diante do policial uma autoridade ainda maior, Juan se viu sem meios para contornar a posição em que se encontrava, principalmente diante da reação enfurecida do “desembargador”, que lhe esbravejava e ameaçava de forma acintosa ao ponto das pessoas ao redor defenderem o policial – o que foi especialmente curioso para essa pesquisa, que ouviu várias queixas de situações em que o inverso acontecia quando os narradores contavam sobre prisões efetuadas em público. O “desembargador” apenas desistiu de Juan quando se viu importunado e intimidado por elementos externos e que escapavam à ordem de autoridade que submetia o policial ao “desembargador” naquela interação.

A situação em que Juan cometeu o erro de tomar um “desembargador” por um “advogado” demonstra, ao seu modo, que a constituição do sujeito policial está constante e diretamente vinculada às interações do policial ao longo da sua atividade profissional. No primeiro capítulo dessa dissertação, vimos como o sujeito policial é performaticamente constituído ao longo das narrativas em forma de queixas, fruto do encontro dos interlocutores dessa pesquisa com a curiosidade de um estudante de antropologia estrangeiro. No caso de Juan, em meio à conversa com esse estudante interessado em ouvi-lo, surgiram duas situações em que o policial, ao assumir o lugar do agente da manutenção da ordem, entrevistou através da autoridade que atribui a si e que espera que os outros façam o mesmo. Entretanto, se no caso do “advogado” esse sujeito policial da autoridade conseguiu manejar o problema que tinha adiante, no do “desembargador”, essa mesma autoridade acabou por colocar o policial numa ordem hierárquica de influência institucional e burocrática na qual ele se viu submetido e humilhado naquela situação, não lhe restando nada além de se calar e ficar cabisbaixo diante dos berros e, principalmente, das ameaças do

“desembargador”. O que aconteceu justamente porque Juan é um policial, pois é através da sua participação na instituição policial que o “desembargador” acabou por ter poder sobre ele – o que não aconteceu, por exemplo, com o funcionário do metrô responsável pela sua limpeza, que conseguiu constranger o “desembargador” e fazê-lo parar de importunar o agente. O policial, portanto, torna-se “policial”, ou melhor, “policiais”, ao longo das interações e encontros que participa na sua atividade profissional, o que pode colocá-lo em posições e lugares diversos a partir das relações que estabelece com os outros que encontra: às vezes pode ser uma autoridade que lida com um “advogado”; em outras pode acabar submetido e humilhado em público justamente por ser policial, por alguém de maior poder e influência dentro das instituições estatais; ou, mesmo, ele poder vir a ser o “policial” enquanto alvo da curiosidade de alguém interessado em ouvi-lo falar sobre a sua profissão. Assim, ao considerar que essas interações são performativas, bem como que a constituição dos sujeitos nelas envolvidos estão continuamente em jogo, e ainda que o *fazer* e o *ser* estão continuamente implicados um no outro na prática policial, pode-se falar que as queixas que contam as restrições à “liberdade para trabalhar” também reclamam, até certo ponto, de certas limitações à “liberdade” para *ser policial*.

Nas narrativas estudadas, os “direitos humanos” são associados a percalços e “injustiças” que a polícia e os seus membros encontram ao longo de situações e âmbitos diversos. As dificuldades relacionadas aos “direitos humanos” podem, portanto, assumir diversas formas, como, por exemplo, quando as “pessoas em geral” o invocam para deslegitimar uma ação policial contra um “*delincuente*”, ou quando o governo – que “não gosta da polícia” -, utiliza os “direitos humanos” para justificar políticas “contra” os policiais. Porém, independentemente de como os “direitos humanos” são contados nos relatos ouvidos, direta ou indiretamente eles estão sempre a produzir um efeito nocivo e “injusto” que não se limita a prejudicar o policial ou a polícia, mas própria a coletividade argentina como um todo. Diante deles, o policial encontra-se sempre vulnerável, sem uma reação que possa conter as suas consequências dos “direitos humanos” para a atividade policial e a “sociedade”. Nas reclamações, críticas e lamentações dos narradores, o serviço policial é progressivamente restringido e acuado em nome dos “direitos humanos” sem que eles possam fazer nada.

Entretanto, como foi visto no primeiro capítulo, ao fazer as suas narrativas em forma de queixas, os policiais tinham como principal alvo o “governo atual” e as suas políticas “descabidas” e “esquerdistas”. Afinal de contas, é principalmente em relação a esse “governo” que os policiais se veem “injustiçados”, é dele que enxergam partir medidas que deterioram as condições de serviço da polícia, ou que limitam a sua liberdade de ação. Mesmo quando se trata da hostilidade proveniente da “sociedade” e das “pessoas em geral”, o “governo atual” atua como a fonte de uma “campanha” que visa denegrir a polícia, o que acarreta o “desrespeito” e “injustiças” que os policiais contam sofrer. Com isso, o “governo atual” é retratado ao longo das falas dos narradores como um traidor da polícia e dos policiais na medida em que eles deveriam ser os primeiros a ser apoiados por esse “governo”, pois é para ele que os policiais trabalham – o que, pelo contrário, não acontece porque o “governo” prefere se associar aos “movimentos populares” e “esquerdistas” contra os policiais. Nessas queixas, portanto, apesar dos “direitos humanos” serem repetidamente associados a frustrações e dificuldades pelas quais passa a atividade policial na Argentina atual, eles são contextualizados em relação ao “governo atual” enquanto um instrumento que justifica e opera as políticas “descabidas” por ele conduzidas e a sua traição. É através dos “direitos humanos” e da associação da polícia com os “abusos” cometidos “na época da última ditadura” narradas pelos policiais, por exemplo, que eles falam da transformação por obra do “governo” da imagem da polícia argentina nas últimas décadas, período em que ela passou a ser vista como “corrupta”, “violenta” e digna de suspeitas. Assim como os “direitos humanos” servem de parâmetros e justificativas para as medidas governamentais, que visam restringir o uso da força física por parte da polícia. Dessa forma, como um elemento associado ao “governo atual”, os “direitos humanos” participam da performatização das “injustiças” sofridas pelos policiais, marcando a condição de vítima dos policiais nas queixas que contam.

Talvez por esse caráter instrumental concedido aos “direitos humanos”, que, apesar das críticas severas dispensadas a eles pelos policiais e de todos os problemas que lhes são associados ao longo das narrativas estudadas, em alguns momentos, a indignação e lamentação reinantes quando esse assunto era contado dava lugar a um tom

conciliatório. Nessas ocasiões, os narradores contrabalançavam a aspereza das suas palavras em relação aos “direitos humanos” com um reconhecimento da sua importância e uma breve ponderação dos que consideram ser erros cometidos em seu nome na Argentina e de como eles deveriam ser corretamente aplicados. Como aconteceu com o agente Martin logo após as suas reclamações sobre os modos com que o “governo atual” utiliza os “direitos humanos” para resgatar questões da última ditadura e, com isso, “castiga” os policiais de hoje por crimes que eles não cometeram:

Mas os direitos humanos não são ruins. Eu não estou em desacordo com os direitos humanos, eles estão, pelo que me parece, muito certos. Mas, bem... aqui na Argentina está muito... perto de outros países, aqui está muito desfocado. Eu acho o seguinte, os direitos humanos têm que valer para todos, e não apenas para os delinquentes, como acontece hoje na Argentina. Fala-se bastante neles, mas sempre de maneira equivocada, sempre defendendo quem não tem que ser defendido. Não se fala nos direitos humanos das vítimas, ou nos direitos humanos dos policiais. Se um policial morre, como é comum aqui na Argentina, ninguém lembra dos seus direitos humanos. Ou como acontece sempre, senhoras sendo assaltadas nas ruas do centro. Ninguém fala dos direitos humanos delas. Mas quando se trata de um delinquente... ah!, a coisa muda! E depois se surpreendem quando os garotos estão sem limites, quando o nível de *delincuencia* aumenta.

Na fala do agente Martin e de outros colegas seus, os “direitos humanos” não são negados, eles vêm a ser apropriados. Nesses momentos de ponderação – que, entretanto, não deixam de participar das queixas – os “direitos humanos” associados aos percalços e frustrações contados ao longo das narrativas estudadas são comparados aos que seriam os “direitos humanos” não “equivocados”, os

“verdadeiros”. Com isso, segundo os policiais, ao contrário do que acontece hoje na Argentina, em que se defende “quem não tem que ser defendido” e os únicos beneficiados são os *delinquentes*, os “direitos humanos” deveriam passar a funcionar como em “outros países”, ou seja, segundo eles em defesa tanto das vítimas, quanto dos policiais, bem como não permitindo que a delinquência aumente. Sobre essa versão “verdadeira”, não “desfocada”, dos “direitos humanos”, o cabo Javier explicou que ela “faz os direitos humanos serem iguais para todos”, diferente do que, segundo o policial, ocorre na Argentina atual, onde eles “são privilégios de poucos”, no caso, dos *delinquentes*. Com isso, os policiais propõem, através da comparação entre o que acontece e o que deve ser feito, um modelo diferente de “direitos humanos”, um que se quer mais justo, por se considerar mais abrangente, e moralmente mais apropriado, por visar proteger as vítimas, e não os seus agressores. Ou seja, o avesso dos “direitos humanos” associados nos relatos às dificuldades encontradas ao longo da atividade policial.

Fruto de uma contraposição, portanto, os “direitos humanos” que os policiais se dizem a favor invertem o que é considerado errado nos “direitos humanos” relacionado aos percalços e frustrações encontrados ao longo das experiências em serviço contadas pelos policiais. Entretanto, ao refletir sobre o modo com que os “direitos humanos” são narrados nesses relatos, se faz necessário ressaltar dois importantes pontos que de alguma forma atuam nas narrativas dos policiais federais argentinos. O primeiro deles é o fato de que os policiais falam de si como agentes estatais que não apenas participam da reivindicação do monopólio legítimo da força física por parte do Estado, mas que se veem “mal vistos” pelas “pessoas em geral” por serem associados não somente ao uso da força física, mas à sua “corrupção” e “abuso”, por se verem relacionados à “violência”. O segundo ponto a ser ressaltado refere-se ao fato de que os narradores se veem vistos como “violentos” através dos “direitos humanos” sobre os quais eles reclamam e denunciam nos seus relatos. Nas narrativas estudadas, são os “direitos humanos”, por exemplo, que são invocados pelos expectadores das prisões efetuadas pelos narradores para constranger os policiais e defender o *delinquentes*, são eles os “direitos humanos” os argumentos utilizados pelos *abogados* para argumentar contra os policiais, e esses direitos também são utilizados pelo “governo atual”

para fazer a polícia e os seus membros parecerem “violentos” diante do resto da “sociedade”. Dessa forma, os “direitos humanos” participam da conformação do lugar ambíguo e conflituoso em que o policial se vê em relação às expectativas e impressões alheias sobre o uso que faz da força física. Nas queixas dos policiais, os “direitos humanos” atuam junto a essa zona cinza em que o policial se percebe não somente por inspirar medidas do “governo” e discussões na rua “contra” a polícia, mas por constituir a partir de si uma sensibilidade que contribui para que aquilo que o policial enxerga como uso da força física, seja visto pelos outros como “violência”, com todas as suas implicações morais e políticas sobre a atividade policial. Diante desse conflito, os policiais consideram então que esses “direitos humanos” são “desfocados”, entre outros motivos, por serem frutos de “coisas que já passaram”, por resgatarem o que aconteceu na última ditadura na Argentina.

Desse modo, através de ambos os pontos ressaltados, seja porque os “direitos humanos” são relacionados à limitação das “liberdades” dos policiais em utilizar a força física, ou por se referirem aos conflitos políticos da última ditadura, se pode vislumbrar certas relações entre, de um lado, agentes e instituições estatais, e, de outro, coletividades e indivíduos. No que tange os direitos humanos, relações como essas serviram de ponto de partida para a constituição de grande parte desses direitos na medida em que elas foram, e são, marcadas pela tensão entre as suas partes. Segundo Boaventura de Sousa Santos (1997), a chamada “primeira geração de direitos humanos”⁴⁵ (os direitos

⁴⁵ Sobre as três gerações dos direitos humanos, Maria Victoria de Mesquita Benevides (1994) cita que elas “corresponderiam àqueles ideais de igualdade, liberdade e fraternidade. A primeira geração, englobando os direitos civis e políticos e as liberdades individuais, fruto da longa marcha das ideias liberais, teria sua inserção histórica marcada pelas conquistas da 'democracia americana'. A segunda geração, correspondente aos direitos econômicos e sociais, basicamente vinculados ao mundo do trabalho, estaria associada às lutas socialistas na Europa, e sempre referidas ao ideal da igualdade. A terceira geração, entendida como o conjunto de direitos decorrentes do ideal da fraternidade e da solidariedade (alguns falam até em 'solidariedade planetária', dos 'irmãos do planeta Terra'), corresponde ao direito à autodeterminação e passou a incluir, mais recentemente, o direito ao desenvolvimento, o direito à paz e, como lembra Lindgren, o direito ao meio ambiente saudável, ao usufruto

cívicos e políticos) foi concebida como uma luta da sociedade civil contra o Estado, considerado como o principal violador potencial dos direitos humanos⁴⁶ (1997, p. 106). Grande parte dos direitos humanos são utilizados, portanto, junto às relações constituídas entre as instituições estatais e os cidadãos, de modo que o Estado, enquanto elemento que reivindica para si o monopólio do uso da força física considerado legítimo junto a determinada sociedade, não cometa abusos contra seus indivíduos.

Nas narrativas estudadas, os policiais, ao se colocarem a favor dos “direitos humanos”, procuram dar uma solução para o que consideram ser uma fonte de problemas para a atuação policial na Argentina atual, ao mesmo tempo que lhes poupa do ônus moral de se contrapor aos “direitos humanos”, o que poderia reforçar, por exemplo, a imagem em que eles se veem associados à “ditadura militar”, à “corrupção” e à “violência”. Entretanto, os seus argumentos a favor dos “direitos humanos” que não são “*privilegios para los delincuentes*” e que protegem “quem tem que ser defendido”, ou seja, a vítima de delitos, acabam por relativizar a chamada primeira geração de direitos humanos, por retirar deles qualquer traço político e das lutas que os constituíram. Pois, ao propor essa solução, os narradores procuram, por um lado, empoderar o policial no seu serviço e resolver a ambiguidade em torno do uso que faz da força física, ao mesmo tempo que deslocam o foco dos “direitos humanos” da relação entre Estado e indivíduos para a relação indivíduos e indivíduos. Ou seja, se, por um lado, os policiais fazem questão nos seus relatos de demonstrar que não negam os “direitos humanos”, apesar de se colocarem veementemente contra a maneira com que eles são aplicados hoje na Argentina, eles acabam, porém, se apropriando desses direitos ao dissolvê-los na ampla gama de

dos bens qualificados como 'patrimônio comum da humanidade'" (p. 182,183).

⁴⁶ Entretanto, segundo Boaventura de Sousa Santos (1997), há uma tensão entre as gerações de direitos humanos no que tange a sua relação com o Estado. Pois, enquanto a primeira geração se relaciona com as instituições estatais através da suspeita e do conflito, “a segunda e terceira gerações (direitos econômicos e sociais e direitos culturais, da qualidade de vida, etc) pressupõem que o Estado é o principal garante dos direitos humanos” (SOUSA SANTOS, 1997, p. 106).

relações que os indivíduos constituem entre si, por transformá-los, no final das contas, num direito penal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos contatos e encontros que deram lugar às narrativas dos policiais federais argentinos estudadas nessa pesquisa, demorou para eu perceber o tom queixoso que eles emprestavam às suas palavras. A opção por não restringir a minha entrada em campo aos conhecidos que eu pudesse ter em comum com policiais, e por convidá-los diretamente quando estavam em serviço, em lugares como as ruas ou estações de metrô, guardava alguns receios da minha parte. Por isso, ao me deparar, nessa abordagem direta, com a disposição de grande parte dos policiais em conversar comigo e falar sobre o que fazem na sua profissão, esse fato em si reteve a minha atenção no início do trabalho de campo junto a eles. Tratava-se de uma surpresa devido ao modo com que eu e minha companheira nos dirigimos diretamente aos policiais em serviço, o que contradizia alguns receios meus e de parte da bibliografia sobre esses profissionais e a sua instituição. Nessa dissertação, que releva as circunstâncias em que as nossas interações aconteceram, esse fato não passou despercebido e foi importante em diversas situações, bem como na própria forma com que as narrativas se deram. Entretanto, com o passar do tempo e dos encontros com os interlocutores dessa pesquisa, percebi desenhar-se através das suas falas um tom às vezes indignado, às vezes pesaroso, geralmente crítico, sobre a atividade policial na Argentina atual.

A partir de então, notei que o interesse demonstrado por mim em ouvir o que os policiais tinham para falar sobre o que fazem, o que são, o que pensam, e etc., tornou-se para eles uma oportunidade de se queixar sobre os percalços e frustrações que acompanham o serviço policial. Assim, em narrativas que tomaram a forma de queixas, lamentou-se as muitas horas de trabalho e o pouco tempo de descanso, a “solidão” e a “falta de amigos” consequências da profissão, os salários baixos que os obrigam a sempre fazer hora-extra, e por aí vai. Mas as principais reclamações dos policiais, aquelas que mais eram repetidas e estendidas nas falas estudadas, e que especialmente alteravam o tom das palavras e dos gestos dos narradores, se referiam a assuntos como o fato da polícia e os seus membros serem “mal vistos” pela “sociedade”, bem como a transformação para pior do trato das “pessoas em geral” em

relação aos policiais, e ainda sobre as políticas “descabidas” do “governo”, os “direitos humanos” e os seus efeitos sobre o que o policial faz.

Mas, ao assumirem a forma de queixa, as narrativas estudadas não se restringiram a descrever uma série de assuntos ou a emitir considerações e opiniões sobre determinados temas. Como toda interlocução, agiu-se através do narrar, e, ao longo das minhas palavras e das palavras dos meus interlocutores, formaram-se performativamente relações nas quais o sentido do que foi dito e a constituição dos sujeitos que nelas participam estava constantemente em jogo. Assim, os policiais queixaram-se de modo a transformar-me num ouvinte cuja cumplicidade com as agruras e “injustiças” que eles contavam enfrentar era constantemente cativada através da constituição de um determinado senso de justiça junto a mim. Para tal, ao fazer as suas reclamações, críticas e lamentações sobre o que passam ao longo do serviço na polícia, os policiais instituíam para si nas narrativas uma posição em que se encontravam como vítimas de uma série de “injustiças” que os acometem de maneiras diversas. Ao nível da interação que tiveram com o estudante estrangeiro curioso em ouvi-los, portanto, os narradores se constituíam enquanto sujeitos policiais que se encontravam diante de diversas frustrações e percalços junto à sua profissão.

Entre as principais queixas dos policiais, destaca-se o “governo atual” - identificado nas falas dos narradores pela presidência de Cristina Fernández de Kirchner e o seu antecessor, Néstor Kirchner -, que é tratado como um traidor da polícia por, ao mesmo tempo que é o “chefe de todos os policiais federais”, “não gosta deles” e os hostiliza e se associa a “movimentos populares”, “esquerdistas”, dos “direitos humanos” contra a polícia. Desse modo, esse governo foi o principal alvo das queixas dos policiais na medida em que era responsabilizado, direta ou indiretamente, por quase todos os problemas que os narradores vêm enfrentando na sua profissão atualmente. Segundo as narrativas dos policiais, por exemplo, o fato do salário recebido pelos *suboficiales* da PFA ser baixo acontece devido a aversão desse governo aos policiais, assim como a antipatia das “pessoas em geral” contra os policiais, segundo os interlocutores dessa pesquisa, acontece devido a uma “campanha” orquestrada pelo “governo atual” contra a polícia e os seus membros. Associado nas falas estudadas a medidas “descabidas” e

“absurdas”, esse governo é a fonte de explicação da grande maioria dos problemas contados pelos policiais nas suas queixas. Fato que serve para reforçar o caráter “injusto” dos problemas enfrentados pelos policiais nos seus relatos, na medida em eles trabalham para esse governo e deveriam ser os primeiros a ser defendidos por ele quando necessário.

Nas narrativas ouvidas o “governo atual” condensa em torno de si as queixas voltadas ao que são consideradas intervenções sobre o modo do policial conduzir o seu trabalho. As reclamações dos policiais contra o “governo atual” acontecem, portanto, principalmente quando se trata de falar de como as suas políticas e medidas visam de alguma forma afetar ou conformar a atividade policial de maneiras percebidas pelos narradores como “nocivas”, “equivocadas” e, principalmente, “injustas”. É o caso, por exemplo, do que os interlocutores dessa pesquisa contam como a “liberdade para trabalhar” dos policiais é restringida através de meios diversos, como procedimentos jurídicos, assim como a “campanha” para fazer com que os policiais sejam “mal vistos” como “violentos” pela sociedade, e ainda elementos associados pelos narradores aos “direitos humanos”, e por aí vai. Com isso, muitos narradores lamentavam-se do fato de que se veem “impedidos” de fazer o seu serviço, de “que não dá mais para trabalhar”.

As narrativas dos policiais federais argentinos que participaram dessa pesquisa são, antes de tudo, narrativas de conflitos. E, apesar do “governo atual” ser retratado nelas como um traidor e ser pensado em diversos momentos nas falas dos policiais como a razão principal das suas frustrações e dificuldades, há outras tantas formas com que esses conflitos são contados pelos narradores. Um outro motivo para que os narradores aproveitassem o meu interesse em ouvi-los para se queixar, são as situações em que os policiais contam como as suas expectativas de reciprocidade em forma de “respeito” e reconhecimento” se veem frustradas pelo desprezo e suspeita dispensados à polícia e aos seus membros na Argentina atual. Conforme os interlocutores dessa pesquisa, essas expectativas são geradas como parte da dinâmica do próprio ofício policial, que é enxergado enquanto “ajuda às outras pessoas”, e que lhe é atribuído uma relevância especial devido à importância considerada à função da polícia em relação à “sociedade” e às “pessoas em geral”. Expectativas de “reconhecimento” e “respeito” que também acontecem numa outra forma do ofício policial, que é

pensado como “proteção à gente de bem”. Com isso, devido ao fato de serem policiais e se considerarem importantes por “ajudarem” e “protegerem” quem precisa deles, há uma expectativa de contrapartidas dos narradores em relação aos outros em forma de “respeito” e “reconhecimento” – e não apenas da parte de quem foi diretamente “ajudado” ou “protegido” pela ação policial, mas das “pessoas em geral”, da “sociedade” e do “governo”.

Mas a reciprocidade em forma de “reconhecimento” e “respeito” que os narradores demonstram ter pela realização do seu trabalho é quebrada pelo modo com que eles se veem tratados pelas “pessoas em geral” e pela “sociedade” nos seus relatos. Nas narrativas estudadas, os policiais contam que ao contrário do que acontecia num passado não muito distante, quando o “governo atual” não se encontrava no poder e “a polícia era respeitada e cumprimentada nas ruas”, o tratamento recebido hoje pelos policiais é de desprezo e despeito, e chega a ser em muitos relatos considerado hostil pelos narradores. Desse modo, as expectativas de reciprocidade em forma de “respeito” e “reconhecimento” são frustradas pelas suspeitas destinadas à polícia e aos seus membros, dado que, nas narrativas estudadas, os policiais se veem vistos pelos outros como “violentos” e “corruptos”. As queixas, ao contar o desapontamento dos policiais com o que encontram junto àqueles que dizem “ajudar” e “proteger” através do seu serviço, se dirigem à quebra de uma dinâmica que, segundo eles, constitui formal e informalmente parte da atividade policial.

Entre os tantos conflitos que os policiais contaram nas suas narrativas, os *delinquentes* são problemas com os quais eles têm de lidar, e que não faziam invocar o tom de revolta e de indignação que acompanhavam os momentos marcadamente de queixas das suas falas. Por sinal, é interessante notar que alguns dos momentos em que o tom queixoso era suspenso nas narrativas estudadas foi quando se falou dos “riscos” e “perigos” que acompanham o serviço policial. Nessas ocasiões, o assunto sobre o qual os policiais falavam era a “insegurança” e o “medo” que atravessam a constituição do sujeito policial ao longo das interações da sua atividade profissional. Com isso, para não se deixar surpreender por algum ataque repentino de um *delinquente* que poderia lhe custar a vida, os policiais tomam uma série de medidas e precauções ao longo do seu trabalho para que possam lidar com os

“perigos”. Nos relatos ouvidos, constituía-se, assim, junto ao sujeito policial um *ser para a imprevisibilidade* que tinha na prontidão constante, na atenção aos fluxos que os cercam e aos seus detalhes, e no se posicionar num lugar que lhe pode conferir uma visão privilegiada de onde se encontra, os principais elementos práticos da sua constituição. Esse ser para imprevisibilidade não se restringe aos momentos em que o policial está de serviço ou fardado, mas o acompanha o tempo todo, sempre, pois, “se é policial vinte quatro horas por dia”. Entretanto, é interessante notar, quando contavam alguns assuntos relacionados a esse tema, como quando um policial foi morto por alguma razão por um *delinquente*, os narradores não titubeavam em responsabilizar o colega que morreu pelo ocorrido, pois segundo eles quem “se descuidou e permitiu que isso acontecesse”, foi o próprio policial. Segundo os meus interlocutores, no final das contas, o policial que morre demonstra que não deveria ser policial, o fato de ter morrido prova que ele era inapto para um serviço a que se atribui nos relatos bastante importância.

Apesar de se tratarem de episódios em que policiais morreram por causa da sua profissão, os narradores não demonstravam nenhuma revolta ou indignação com o ocorrido como em outros momentos das suas narrativas em relação a outros assuntos. Conforme as narrativas, esses colegas morreram porque não souberam cumprir o seu serviço direito, não foram cuidadosos e atentos o bastante para lidar com os riscos inerentes à atividade policial e que exigem deles um ser para a imprevisibilidade. Para os narradores, não há do que se reclamar sobre isso, por mais lamentável que seja (um deles perdeu um amigo próximo dessa forma), porque faz parte do que eles fazem, é algo tratado como próprio do âmbito da atuação policial. Enquanto as críticas nessas situações se dirigiam a colegas falecidos, em outros momentos, quando o tom de queixa preponderava nas palavras dos policiais, a crítica voltava-se a elementos diversos que eram enxergados de alguma maneira em conflito com a polícia e os policiais no que toca ao modo com que eles devem conduzir os seus trabalhos.

Dentre esses momentos de queixas, os “direitos humanos” receberam especial atenção dos narradores na medida em que eles foram associados a diversos limites à “liberdade para trabalhar” do policial, que são encontrados ao longo da sua atuação profissional. Os relatos dos casos em que os policiais enxergam a sua atuação de algum modo

restringida pelos “direitos humanos” se dá de diversos modos, como quando eles contam a intervenção dos expectadores junto à prisão de um *delincuente* efetuada por um policial, para se colocar a favor do preso. Nessas situações, os “direitos humanos” vêm a ser utilizados para operar uma inversão performática da condição do policial e, conseqüentemente, deslegitimar a sua ação. Além disso, esses direitos também aparecem ligados nas falas dos narradores a políticas e medidas “descabidas” do “governo atual” que visam regular o uso da força física por parte do policial de modo a limitá-lo. Ainda em relação a esse governo, segundo os policiais, os “direitos humanos” são utilizados por ele na sua “campanha” contra a polícia e os seus membros, para fazê-los ser vistos como “violentos” e associá-los à “última ditadura”.

Entretanto, a partir dos relatos ouvidos, os “direitos humanos” atuam na restrição da “liberdade para trabalhar” de maneira a criar ao redor do sujeito policial uma zona cinza, na qual os seus atos tornam-se ambivalentes gerando reações diversas. Desse modo, enquanto os expectadores das prisões contadas pelos narradores se colocam contra o policial por considerarem a sua ação “violenta” e “abusiva”, a vítima do *delincuente* preso agradece o policial por “ajudá-la” e “protegê-la”. No conflito que se abre a partir da ambigüidade em torno do uso da força por parte do policial, os narradores se veem diante de um impasse que, ao menos nas suas queixas, não parecem conseguir solucionar, pois, de um lado, eles reconhecem uma demanda para que resolvam problemas em que a força física pode vir a ser utilizada, por outro lado, os narradores se veem “mal vistos” como “violentos” e “corruptos” justamente por serem associados pelos outros ao uso da força. Com isso, aquilo que para o policial é um exercício técnico, calculado e legítimo da força física, aos olhos dos outros trata-se de pura e simplesmente à imoralidade e ilegitimidade da “violência”. O que causa uma série implicações morais e políticas sobre a atividade policial, com efeitos sobre diversos âmbitos da constituição do sujeito policial, entre os quais junto à legitimidade da sua atuação em diversos momentos e interações. Efeitos esses que, por sua vez, foram alvos de reclamações, críticas e lamentações por parte dos narradores na medida em que frustram a criam percalços junto às suas atuações profissionais, sendo uma temática recorrente nas suas narrativas em forma de queixa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the state. **Journal of Historical Sociology** I(1), 1988.

AUSTIN. J.L. **How to do things words**. Londres: Oxford Univerity Press, 1982.

ADORNO, Sérgio. Le monopole étatique de la violence: le Brésil face à l'heritage occidental. *In: Cultures & Conflits Introduction*, n. 5, pg. 149-174, 2005.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dulmará, 1994.

BARRENECHE, Osvaldo. De brava a dura. La policia de la provincia de Buenos Aires durante la primera mitad del siglo XX. **Cuadernos de Antropología Social**. No 32, pp. 31–56, 2010.

BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles L.. Poética e performance como perspectivas críticas sobre linguagem e vida social. **Ilha**. Revista de Antropologia. 8(1):185-230, 2006 (2008).

BAYLEY, David H.. **Padrões de Policiamento**: uma análise comparativa internacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Os direitos humanos como valor universal. *In: Lua Nova*, No 34. São Paulo: Cedec, 1994.

BENJAMIN, Walter. Critique of violence. Reflections: essays, aphorisms, autobiographical writings. New York: Harvest / HJB, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*. Edição 48, 1997.

BRODEUR, J.-P. Le travail d'Egon Bittner: une introduction à la sociologie de la force institutionalisée. *In: Deviance et Société* 2001/3, Volume 25, p. 307-323.

BROWN, Chris. Human rights. *In: The globalization of world politics: an introduction to international relations.* BAYLIS, John; OWENS, Patricia; Smith, Steve (org.). New York: Oxford University Press, 2008.

BUTLER, Judith. "Performativity's social magic". *In: Bourdieu: A Critical Reader.* SHUSTERMAN, R (org). Oxford: Blackwell Publishers, 1999, pp.113-128.

CARDOSO, Vânia Zikán. Narrar o mundo: estórias do "povo da rua" e a narração do imprevisível. *In: Mana*, vol.13, n.2, pp. 317-345, 2007.

CARDOSO, Vânia Zikán. O Espírito da Performance. *In: Ilha.* Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 9, p. 197-213, 2009.

CARDOSO, Vânia Zikán. "Marias: a individuação biográfica e o poder das estórias". *In: Etnobiografia: Subjetivação e a etnografia.* GONÇALVES, M. A.; MARQUES. R. e CARDOSO, V. Z. (orgs.). Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

CATHALA, F. **Polícia:** Mito e realidade. São Paulo: Mestre Jou, 1975.

CLASTRES, P. **Arqueologia da violência.** Ensaio de Antropologia Política. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, Naldson Ramos. Ofício de polícia, violência policial e luta por cidadania em Mato Grosso. *In: São Paulo em perspectiva*, 18(1), 111-118, 2004.

DERRIDA, Jacques. **Força de lei:** o fundamento místico da autoridade. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DONGHI, Túlio Halperin. **Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)**. Buenos Aires: Espasa, 1995.

DOUGLAS, M. 1998. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 1998.

FASSIN, D.; RECHTMAN, R. **L'empire du traumatisme**. Enquête sur la condition de victime. Paris : Flamarion, 2007.

FREDERIC, Sabina. **Los usos de la fuerza pública**: debates sobre militares y policías em las ciencias sociales de la democracia. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento; Buenos aires: Biblioteca Nacional, 2008.

GALVANI, Mariana. **La marca de la gorra**: un análisis de la Policía Federal. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Maíra Marchi. **O lado negro do preto** : o fardo da farda narrativas de integrantes do BOPE-SC sobre mandato policial de grupos especiais de polícia. 475 p. Dissertação (Mestrado) - Unversidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2010.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: mulheres e relações violentas*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 23, p. 163-175, 1989.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a pratica feminista. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, São Paulo (SP): ANPOCS, 1992.

HALL, Kira. "Performativity". **Journal of Linguistic Anthropology**. 2000. 9(1-2): 184-187.

HANKS, William F. **Língua como prática social**: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bordieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008.

HATHAZY, Paul. Los caminos de la opacidad: accesibilidad y resistencia en el estudio de las organizaciones policiales como obstáculo y dato. *In: Estudiar la policía*: la mirada de las ciencias sociales sobre la institución policial. SIRIMARCO, Mariana (org.). Buenos Aires: Teseo, 2010.

HERBERT, Steve. De espía a buen tipo: confianza y validez en el trabajo de campo con la policía. *In: Estudiar la policía*: la mirada de las ciencias sociales sobre la institución policial. SIRIMARCO, Mariana (org.). Buenos Aires: Teseo, 2010.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2009.

INGOLD, Tim. “Up, across and along”. *In: Lines*: A Brief History. New York: Routledge, 2007.

LANGDON, Esther Jean. A fixação da narrativa: do mito para a poética de literatura oral. *In: Horizontes Antropológicos*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social UFRGS. Porto Alegre: PPGAS, 1999.

KNABBEN, Rafael de Medeiros; RIFIOTIS, Theophilos. “**Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar**”: uma análise de narrativas de policiais que atuaram nas manifestações contra os aumentos de tarifas de ônibus em Florianópolis de 2005 e 2007 sobre esses eventos. Florianópolis, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

LANIADO, Ruthy Nadia. Troca e reciprocidade no campo da cultura política. *In: Sociedade e Estado*: revista semestral de Sociologia, UNB, volume 16, número 1-2, Janeiro-dezembro, 2001.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o *Ensaio sobre a dádiva*. *In: Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, Número: 14: p. 173-194, Junho, 2000.

MARTEAU, Juan Félix. Azul casi negro: la gestión policial em Buenos Aires. Notas para una política policial democrática. *In: Violencia, sociedad y justicia em América Latina*. BRICEÑO-LEÓN, Roberto (org.). 2002

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In: Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974

MONET, J.-C. **Polícias e Sociedades na Europa**. São Paulo: Ford Foundation, Nev, Edusp, 2001.

MONJARDET, Dominique. Les Services de Police em Quatre Actes: l'évaluation, les demandes sociales, la culture policière et le monopole de la force légitime. Une interview avec Dominique Monjardet. Entrevista concedida a Théophilos Rifiotis. **Bulletin sur la police dans les sociétés démocratiques**. Mar 2000.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**: Sociologia da força pública. São Paulo: EDUSP, 2003.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. “**Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**”: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência Política. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira; SILVA, Washington França. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. *In: Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 449-473, Set./Dez. 2010.

OSZLAK, Oscar. **La Formación del Estado Argentino**. Buenos Aires: Emecé, 2011.

PERELMAN, Marcela. La protesta social como acción irregular: Vigencia de la figura del partisano en la mirada policial sobre los manifestantes piqueteros en Argentina. In: **Revista Colombiana de Antropología**, Volume 45 (2), Julho-Dezembro 2009, pg. 469-503.

PITA, María Victoria. **Lo infinitamente pequeño del poder político**: Policía y contravenciones en el ámbito de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Universidad de Buenos Aires, 2003.

RIFIOTIS, Theophilos. **Nos campos da violência**: diferença e positividade. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

RIFIOTIS, Theophilos. A mídia, o leitor-modelo e a denúncia da violência policial: o caso Favela Naval (Diadema). In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, SEAD, v.13, n. 4, 1999.

RIFIOTIS, Theophilos. Derechos humanos y otros derechos: aporias sobre procesos de judicialización e institucionalización de movimientos sociales. In: **En los márgenes de la ley**. Inseguridad y violencia en el Cono Sur. ISLA, A. (org.). Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2007.

RIFIOTIS, Theophilos. Violência e poder: avesso do avesso? In: **O poder no pensamento social**: dissonâncias. NOBRE, Renarde Freire (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a “violência conjugal” e a “violência intrafamiliar”. In: **Revista Katálisis**. Florianópolis 11(2), 2008b.

ROMERO, José Luis. **Breve historia de la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura, 1996.

RODRIGUEZ, Adolfo Enrique. **Evolución Policial: Síntesis Histórica**, 1580-1970. Junta de Estudios Históricos de San José de Flores: Buenos Aires, 1971.

SAHLINS, Marshall David. **Stone age economics**. New York: Aldine, 1972.

SAIN, Marcelo. **La policía en las ciencias sociales**. Ensayo sobre los obstáculos epistemológicos para el estudio de la institución policial en el campo de las ciencias sociales. *In: Estudiar la policía: la mirada de las ciencias sociales sobre la institución policial*. SIRIMARCO, Mariana (org.). Buenos Aires: Teseo, 2010.

SEGATO, R.L. “Antropologia e Direitos Humanos. Alteridade e ética no movimento de expansão dos Direitos Universais”. *In: Mana*, 12 (1): 207-236, 2006.

SIRIMARCO, Mariana. **De civil a policía: una etnografía del proceso de incorporación a la institución policial**. Buenos Aires: Teseo, 2009.

WAGNER, Roy. Existem grupos sociais nas terras altas da Nova Guiné? São Paulo: **Cadernos de Campo**, 2010.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ZUCAL, José Garriga. “Se lo merecen”. Definiciones morales del uso de la fuerza física entre los miembros de la policía bonaerense. *In: Cuadernos de Antropología Social*, nº 32, p. 75-94, 2010.